

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**O PAPEL DO SINDICATO RURAL NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA  
DOMÉSTICA E SEXUAL CONTRA MULHERES**

**ÂNGELA SILVA BARBOSA**

João Pessoa-PB  
Agosto /2023

**ÂNGELA SILVA BARBOSA**

**O PAPEL DO SINDICATO RURAL NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA  
DOMÉSTICA E SEXUAL CONTRA MULHERES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB), para obtenção do título de Mestra em Sociologia, sob a orientação do Dr. Charliton José dos Santos Machado.

Linha de Pesquisa: Teorias de Gênero e Estudos da Sexualidade.

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

B238p Barbosa, Angela Silva.

O papel do sindicato rural no enfrentamento da  
violência doméstica e sexual contra mulheres / Angela  
Silva Barbosa. - João Pessoa, 2023.

121 f. : il.

Orientação: Charliton José dos Santos Machado.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Violência - Mulher. 2. Sindicalismo rural. 3.  
Violência doméstica. 4. Violência sexual. I. Machado,  
Charliton José dos Santos. II. Título.

UFPB/BC

CDU 364.632-055.2(043)

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA BANCA EXAMINADORA COMPOSTA PARA  
AVALIAR ANGELA SILVA BARBOSA

Aos 29 dias do mês de agosto de 2023, às 09:00 horas, por videoconferência, realizou-se a sessão pública de defesa de Dissertação, intitulada: “O papel do sindicato rural no enfrentamento da violência doméstica e sexual contra mulheres”, apresentada pela discente **ANGELA SILVA BARBOSA**, estando a Comissão Examinadora composta pelos docentes: **Charlton José dos Santos Machado** (Orientador), **Mônica Lourdes Franch Gutierrez** (PPGS/UFPB) e **José Gerardo de Vasconcelos** (PPGE/UFC). Dando início aos trabalhos, o professor **Charlton José dos Santos Machado**, na qualidade de Presidente da Comissão, convidou os demais integrantes da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida foi concedida palavra à defendente para expor uma síntese de sua Dissertação que, após, foi arguida pelos membros da Comissão Examinadora. Encerrados os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Dissertação, à qual foi atribuído o conceito de **APROVADA**. A seguir foi encerrada a reunião, devendo a Universidade Federal da Paraíba, de acordo com a Lei, expedir o respectivo Diploma de **MESTRE EM SOCIOLOGIA**.

OBSERVAÇÕES DA BANCA EXAMINADORA

A BANCA RECONHECE IMPORTÂNCIA DA TEMÁTICA DESENVOLVIDA EM RELAÇÃO A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES DO CAMPO, NA CIDADE DE QUEIMADAS - PARAÍBA.

A BANCA RESSALTA O VALOR EMPÍRICO E DOCUMENTAL LEVANTADO NA PESQUISA DE MESTRADO.

Documento assinado digitalmente  
 **CHARLTON JOSÉ DOS SANTOS MACHADO**  
Data: 25/08/2023 11:00:19 -0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**Charlton José dos Santos Machado**  
Orientador(a)

Documento assinado digitalmente  
 **MÔNICA LOURDES FRANCH GUTIERREZ**  
Data: 25/08/2023 16:36:52 -0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**Mônica Lourdes Franch Gutierrez**  
(PPGS/UFPB)



**José Gerardo de Vasconcelos**  
(PPGE/UFC)



**Ângela Silva Barbosa**  
Defendente

## DEDICATÓRIA

À minha Avó Antônia dos Santos Silva (em memória)

À minha mãe Antonieta Silva Barbosa

À minha filha Mariana Silva Fernandes

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Deus pela força e coragem para dá continuidade no desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço ao meu companheiro José Enilson Fernandes por estar sempre me apoiando.

Agradeço à minha filha Mariana Silva Fernandes por ser a razão pela qual eu anseio um mundo melhor.

Agradeço à minha família pelo apoio e carinho nesse momento, em especial a minha mãe Antonieta Silva Barbosa e minha irmã Maria Elma Silva Barbosa.

Agradeço a minha prima Jéssica Barbosa da Silva do Nascimento e a Luiz Henrique Gamboa Marques, pelo incentivo a dá continuidade ao trabalho.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr Charliton José dos Santos Machado, pela paciência, compreensão e orientação.

Agradeço à Prof. Dra. Mónica Lourdes *Franch* Gutiérrez por ter aceitado fazer parte banca examinadora desta pesquisa, pelas contribuições.

Agradeço ao professor Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos por ter aceitado fazer parte da banca e pelas contribuições.

Agradeço a professora Elizabeth Christina de Andrade Lima, professora do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande , por ter me acolhido no estágio à docência .

Agradeço à todas as mulheres do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Queimadas, na Pessoa de Anunciada Flor atual presidente do Sindicato, pelo acolhimento e atenção.

Agradeço às agricultoras filiadas ao STR de Queimadas que me receberam e aceitaram participar da pesquisa.

Agradeço Isânia Petrócia Frazão Monteiro, Gestora de Políticas Públicas de Gênero do município de Queimadas, pelo comprometimento e disponibilidade.

Agradeço à Luciana Basílio à Ana Carolina dos Santos Lima e Iara Tatiana Freitas , do Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes por contribuir com a pesquisa.

## RESUMO

Esta dissertação analisa a relevância da atuação das mulheres frente ao Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rural (STR), do município de Queimadas - PB, no enfrentamento à violência doméstica e sexual contra mulheres residente na Zona Rural do município. Esta pesquisa é desenvolvida de forma qualitativa, buscando abranger a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e de campo, através de entrevistas. Nesta estamos registrando e analisando as ações que vislumbre o empoderamento das mulheres vinculadas ao STR e como acontece o acesso a políticas públicas de enfrentamento, o atendimento a violência doméstica e sexual contra as mulheres, e se este contribui para o rompimento do ciclo da violência vivenciado por mulheres do território rural de Queimadas. Analisamos como o STR dialoga acerca das desigualdades de gênero e direitos das mulheres. Deste modo, este trabalho trata acerca da participação das mulheres nos sindicatos rurais como agentes de transformação social no enfrentamento a violência doméstica e sexual contra as mulheres.

**Palavras-chave:** Sindicalismo Rural. Gênero. Violência Doméstica.

## ABSTRACT

This dissertation analyzes the relevance of women's actions in front of the Union of Rural Workers and Workers (STR), in the municipality of Queimadas - PB, in the fight Against domestic and sexual violence against women residing in the rural area of the municipality. This research is developed in a qualitative way, seeking to cover bibliographical research, documental and field research, through interviews. In this one, we are registering and analyzing the actions that envision the empowerment of women linked to the STR and how access to public policies to face it happens, the assistance to domestic and sexual violence against women, and if this contributes to breaking the cycle of violence experienced by women in the rural area of Queimadas. We analyze how the STR dialogues about gender inequalities and women's rights. Thus, this work deals with the participation of women in rural unions as agents of social transformation in facing domestic and sexual violence against women.

**Keywords:** Rural unionism. Gender. Domestic violence

## LISTA DE SIGLAS

ASA	Articulação do Semi árido Brasileiro
AJURCC	Associação de Juventude e Resgate a Cultura e Cidadania
CEDM	Conselho Estadual dos Direitos da Mulher
CEPIR	Conselho Estadual da Promoção da Igualdade Racial
CERMFL	Centro Estadual de Referência da Mulher Fatima Lopes
CNCM	Conselho Nacional da Mulher
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão da Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRAMS	Centros de Referência da Mulher
CREAS	Centro Especializado de Assistência Social
DEAM	Delegacia Especializada da Mulher
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FIO CRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBTQIAPN+	Sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/ Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais
MAB	Movimento de Atingindo por Barragens
MPUS	Medidas Protetivas de Urgência

MST	Movimento Sem Terra
NASF	Núcleo de Assistência Social
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
REAM	Rede de Atendimento á Mulheres
SECUT	Secretaria de Cultura
SECOM	Secretaria de Comunicação
SEDUC	Secretária de Educação
STR	Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadoras Rurais
SUS	Sistema Único de Saúde
SMDS	Secretaria de Desenvolvimento Social
UBS	Unidade Básica de Saúde

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Localização Geográfica do Município de Queimadas .....	58
FIGURA 2 - Sindicato dos /as trabalhares e trabalhadoras Rurais de Queimadas.....	59
FIGURA 3 - Mobilização do Comitê Ana Alice .....	71
FIGURA 4 - Projeto Rota da Assistência as Mulheres .....	80
FIGURA 5 - Participação do STR na Marcha pela Agroecologia e pela Vida das Mulheres .....	88
FIGURA 6 - Preparação para a Macha das Margaridas .....	89
FIGURA 7 - Reunião de mulheres na preparação da Marcha da Margaridas.....	90

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	14
CAPÍTULO I – METODOLOGIA DA PESQUISA .....	19
1.1 O percurso metodológico .....	19
1.2 A Pesquisa na Prática .....	20
CAPÍTULO II MULHERES NO SINDICALISMO RURAL : CONSTRUINDO NOVAS RELAÇÕES DE GÊNERO .....	25
2.1 Mulheres Camponesa, Gênero e Relações de Poder nos Sindicatos Rurais .....	25
2.2 E seguem as Margaridas, em Marcha em Luta.....	31
CAPÍTULO III AS INTERFACES DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES E O PAPEL DO SINDICATO RURAL NO ENFRENTAMENTO.....	34
3.1 A violência de gênero contra as mulheres rurais: um debate urgente e necessário .....	34
3.2 A importância das Políticas Públicas de Gênero para coibir e enfrentar à Violência contra as mulheres rurais .....	44
CAPÍTULO IV STR EM MOVIMENTO: AÇÕES E PARTICIPAÇÃO PARA O EMPODERAMENTO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES RURAIS NO MUNICÍPIO DE QUEIMADAS.....	57
4.1 STR: Espaço de luta pela Formação Política e Enfrentamento a Violência Doméstica e Sexual contra as mulheres .....	57
4.1.1 Comitê Ana Alice.....	68
4.1.2 O STR na mobilização por justiça no caso da Barbárie de Queimadas.....	72
4.1.3 A Mulher Negra no Espaço Rural: Resistir, construir e avançar.....	73
4.1.4 Palestra: “Violência doméstica contra a mulher: debatendo para enfrentá-la”.....	74
4.1.5 Palestra: Pobreza Menstrual: um problema social e de Saúde Pública.....	78
4.1.6 Projeto Rotas de Assistência as Mulheres.....	79
4.1.7 Curso: Formação Política para Mulheres - CONTAG.....	85
4.1.8 Participação na Marcha pela agroecologia e pelas vidas das mulheres.....	86
4.1.9 Preparação para a Macha das Margaridas.....	89
4.1.10 A participação do STR na Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher do Município de Queimadas.....	90
Considerações Finais.....	97
Referências .....	103
Anexos .....	109
Apêndices.....	116

## INTRODUÇÃO

“Para mudar a sociedade do jeito que a gente quer Participando sem medo de ser mulher...” (Zé Pinto)

Esta pesquisa trata da relevância da atuação das mulheres frente aos sindicatos rurais no enfrentamento à violência doméstica e sexual contra mulheres residentes na zona rural do município de Queimadas, Estado da Paraíba. A pesquisa foi desenvolvida de forma qualitativa, abrangendo as pesquisas bibliográfica, documental e de campo, além da realização de entrevistas.

Nesta, buscamos registrar e analisar as ações que conjeturam o empoderamento das mulheres associadas ao Sindicato de Trabalhadores e trabalhadoras Rurais (STR) do Município de Queimadas. São elas: rodas de diálogos sobre gênero e violência doméstica, palestras, participação em seminários voltados para a temática, vinculação à rede e enfrentamento, encaminhamentos para a rede de atendimento à mulher em situação de violência, debates sobre a inserção feminina na política, conferências para elaboração de políticas públicas, participação em mobilizações de reivindicação de direitos, dentre outros.

É relevante ressaltar que, ao longo do tempo, as mulheres vêm conquistando espaços sociais, conseguindo ocupar lugares antes apenas ocupados por homens. O século XX é marcado por muitas dessas conquistas, a exemplo do direito ao sufrágio universal e o uso de anticoncepcionais. Nas últimas décadas, uma grande parcela delas vem adquirindo visibilidade política. Em outras palavras, além de dona de casa, mãe, esposa, professora etc., elas reivindicam ocupar cargos públicos.

É possível compreender que muitas destas mulheres insistem em conquistar espaços públicos e representatividade política, à medida que também procuram a igualdade de gênero e equidade de oportunidades. (MACHADO; NUNES, NASCIMENTO, 2021). Porém, mesmo com toda uma luta por participação e direitos, ainda existem muitas lacunas que precisam ser preenchidas, discursos precisam ser superados e debates são necessários para que haja a desnaturalização das desigualdades de gênero.

O interesse pela temática escolhida se deu, em primeiro lugar, pela imprescindibilidade do enfrentamento à violência contra as mulheres e pela busca de uma sociedade mais justa e digna, onde estas não percam suas vidas pelo fato de serem mulheres.

Antes de frequentar o ambiente acadêmico, na graduação, eu já possuía o interesse em contribuir para uma sociedade mais justa para às mulheres, isso por ter presenciado inúmeras situações de violência doméstica durante a infância, vivenciada pela minha mãe e que, conseqüentemente, atingia a família inteira. Assim, eu me sentia inquieta por não achar justa tal situação. Para além disso, me angustiava ouvir a história da minha avó materna que se quer teve o direito de escolher o marido e pai de seus 9 filhos. Ela passou a vida inteira lamentando um casamento infeliz que, segundo ela, por muitas vezes pensou em fugir, mas tinha medo de ter que retornar e não ser aceita. Ou seja, tinha medo dos julgamentos sociais.

Particpei da Pastoral da Juventude do Meio Popular, o que despertou ainda mais o meu olhar para as desigualdades de gênero. Fui sócia fundadora da Associação de Juventude pelo Resgate à Cultura e Cidadania (AJURCC), organização sem fins lucrativos, que tem como objetivo a defesa dos direitos das juventudes que estejam em situação de vulnerabilidade social.

Ao adentrar nas Ciências Sociais, passei a observar as relações de gênero e as violências mais distantes do senso comum, em uma perspectiva científica. Já no fim da graduação iniciei o trabalho como educadora social no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes (CERMFL), instituição que presta atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e sexual. No citado centro pude enxergar a importância das políticas públicas para o enfrentamento à violência contra as mulheres no campo prático e foi nesse espaço que eu despertei para a realização desta pesquisa.

Em um primeiro momento observei que a maioria dos atendimentos que chegavam neste espaço eram de mulheres que residiam na cidade, ou seja, no espaço urbano, e me questionava: por que o número de mulheres da zona rural que chegam até este serviço para buscar atendimento, é ínfimo? Claro que não era pelo fato destas não passarem por situação de violência, pois sabemos que a violência contra as mulheres está na maioria dos espaços sociais. Posteriormente, passei a observar que as mulheres que estavam em situação de violência chegavam ao Centro

de Referência encaminhadas e acompanhadas por representantes de alguns sindicatos rurais, sobretudo, aqueles que tinham mulheres na liderança.

No decorrer do desenvolvimento da minha função de educadora social, realizei algumas rodas de diálogos e oficinas sobre violência contra as mulheres e os mecanismos de enfrentamento à problemática, em sedes de sindicatos rurais, os quais solicitavam as atividades.

Eu me recordo de algumas situações e relatos de mulheres durante essas atividades, um deles foi de uma mulher que sonhava em usar batom, mas era impedida pelo marido. Ela cortava imagens das revistas, colocava sobre a boca, quando ele não estava em casa. Não entendia que estava em situação de violência doméstica. Durante a atividade, foi notória a expressão de percepção de que estava em situação de violência. Outros relatos muito presentes eram sobre a falta de rede telefônica e de internet na zona rural, e, portanto, elas não tinham como pedir ajuda em caso de emergência.

Em outro momento uma mulher relatou que estava em situação de violência doméstica e possuía medida protetiva e como no sítio onde ela residia não tinha rede telefônica, ela havia comprado um aparelho que funcionava com antena, porém o agressor foi até sua residência e desligou o fio que transmitia energia elétrica.

As histórias de luta por sobrevivência aos mais variados tipos violências domésticos me traziam o estranhamento e a reflexão de que as mulheres que se encontram na zona rural estão mais vulneráveis e propensas a viverem no ciclo da violência, pelo fato dos serviços de assistência social e de acesso à justiça estarem em sua maioria nas zonas urbanas.

O lócus escolhido se deu pela notória atuação das mulheres que compõem o sindicato rural do município de Queimadas, ou melhor, que estão à frente desta instituição que é tão atuante na busca por políticas públicas de atendimento às mulheres em situação de violência. Políticas públicas são aqui entendidas como o “Estado em ação é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade” (GOBERT, MULLER, 1987, apud HOFLING, 2001, p.2). Além da inserção em espaços de participação e reivindicação política ou atividades fincadas na intenção de melhoramento comunitário, gerar renda para as mulheres e para a família como um todo.

A escolha da temática também é resultado da observação da chegada de encaminhamentos de mulheres vítimas de violência para a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, mais especificamente, para o CERMFL.

Diante de todo o exposto, ainda destaco que um fato específico me chamou bastante atenção: assistir ao julgamento do assassino de uma jovem queimadense chamada Ana Alice. A jovem foi violentada sexualmente e brutalmente assassinada por um vaqueiro de nome José Leôncio. Ana Alice era filha de uma das integrantes do Sindicato Rural de Queimadas. Durante o julgamento, foram perceptivas a indignação e a dor nos olhos daquelas mulheres que faziam parte do sindicato. Ali foi possível observar que o STR de Queimadas tinha um papel importante na busca por justiça para a jovem Ana Alice que, inclusive, era muito participativa nas ações da organização. Dentro do Sindicato foi criado um comitê, chamado Comitê Ana Alice para poder contribuir com as investigações e buscar resolutividade na elucidação do crime. Então percebe-se nesta instituição a preocupação com o enfrentamento à violência contra as mulheres.

A pesquisa foi realizada por meio da abordagem qualitativa com estudos de referências bibliográficas documentais na área da Sociologia. Nesse sentido, a preocupação central do(a) cientista social no desenvolvimento da pesquisa é a estreita aproximação dos dados, de fazê-los falarem da forma mais completa possível, abrindo-se para a realidade social com a finalidade de melhor apreendê-la e compreendê-la. Uma das características marcantes da pesquisa qualitativa é a flexibilidade, principalmente quanto às técnicas de coleta de dados, incorporando aquelas que mais se adéquam a observação a ser realizada (MARTINS, 2004).

Considerando essa flexibilidade e a tessitura em que se insere o objeto a ser investigado, a coleta e análise dos dados aconteceu a partir dos seguintes métodos: trabalho de campo; pesquisa documental; verificação das atividades e políticas realizadas no sindicato rural, para a equidade de gênero; verificação junto aos equipamentos de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e sexual.

O trabalho está dividido em quatro capítulos, sendo o primeiro, referente à metodologia utilizada para a realização da pesquisa, no qual apresentamos a forma como foi realizada a pesquisa de campo e as impressões do contato com o objeto estudado.

O capítulo II trata-se de um passeio histórico e sociologicamente reflexivo, sobre o sindicalismo rural, a participação das mulheres no movimento sindical rural e

a inserção dessas atrizes sociais no contexto de mobilização e articulação política, vislumbrando este, como um espaço de reconhecimento e formação que permite o acesso público às pautas coletivas e afirmativas de gênero para as mulheres.

O capítulo III intitula-se “As interfaces das violências doméstica contra as mulheres e o papel do Sindicato Rural no enfrentamento desta”. Neste, caracterizamos de forma breve o lócus onde acontece a pesquisa e trazemos uma reflexão acerca das desigualdades de gênero e seus impactos para a violência doméstica e sexual contra as mulheres situadas na zona rural de Queimadas. Tratamos da relevância do acesso às políticas públicas afirmativa de gênero no enfrentamento e atendimento às mulheres em situação de violência, e da necessidade do aparato legal para a não violação dos direitos das mulheres.

No capítulo IV, “STR em movimento: ações e participação para o empoderamento e enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres no município de Queimadas” realizamos uma reflexão acerca da relevância de as mulheres estarem frente aos sindicatos rurais quebrando paradigmas e construindo novas relações de poder, além da contribuição para o acesso a políticas públicas de gênero, e para o empoderamento feminino. Neste capítulo, dialogamos com os temas reivindicatórios ligados aos direitos das mulheres, assim como a participação na Marcha pela agroecologia e a Marcha das Margaridas. Discorremos também acerca das políticas de assistência local, acessadas e reivindicadas pelo o STR, especificamente as ligadas ao atendimento às mulheres em situação de violência doméstica. Por fim, trazemos as considerações finais.

# CAPÍTULO I

## METODOLOGIA DA PESQUISA

### 1.1 O percurso metodológico

O percurso metodológico desta pesquisa se constituiu para nós como um desafio: primeiro, pelo fato de estarmos lidando com as Ciências Sociais. Desse modo, entendemos que as pessoas não são coisas, são indivíduos que possuem história, memórias e sentimentos. Somos seres humanos, estudando seres humanos. Daí se originam as dificuldades e a maneira pela qual se discute como se pode obter resultados científicos nas Ciências Sociais, sendo estes objetivos, de modo que, as vozes dos(as) nossos(as) interlocutores(as) não sejam naturalizadas, de maneira que o que é visto não seja descrito sem uma busca interpretativa e que os aparatos conceituais não sejam modelos de encaixe.

Um segundo desafio com o qual nos deparamos foi o fato de sermos tão próximos ao nosso objeto de estudo. Como perceber e articular as características do que se é observado, principalmente quando o(a) pesquisador(a) está tão próximo(a) ao seu objeto de estudo? Nos termos de Velho (1987), como transformar o familiar em exótico? Quanto a isso, elegemos Bourdieu (2007), como um dos pensadores que trata da postura do(a) pesquisador(a), assinalando que este(a) deve ter como exercício uma postura de vigilância, nos seus termos de vigilância epistemológica.

A vigilância epistemológica é algo que se impõe, principalmente por ser a relação entre senso comum e o discurso científico algo tênue, cabe ao pesquisador, realizar a ruptura com o senso comum, através dessa vigilância, desconfiar do que está dado, e assim iniciar o seu exercício de trabalho científico.

Este trabalho compõe um exercício de pesquisa qualitativa e, como tal, analisa o papel dos Sindicatos Rurais no Enfrentamento à Violência Doméstica. A pesquisa é desenvolvida no Sindicato Rural do Município de Queimadas.

Partimos da compreensão de que o estudo qualitativo representa um método de investigação característico das ciências sociais. Constitui um conjunto de técnicas e métodos interpretativos que buscam descrever e decodificar elementos que compõem dada realidade social complexa de sentidos (CRESWELL, 2007).

A metodologia qualitativa tem como foco privilegiado a análise de micro processos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, desenvolvendo um exame intensivo dos dados. É caracterizada pela heterodoxia no momento da investigação.

Nesta, em particular, utilizamos como método, a pesquisa documental, a partir das imagens, exposições orais, diálogos panfletos, reportagens e mídias digitais. Consideramos que:

A noção de documentos corresponde a uma informação organizada sistematicamente, comunicada de diferentes maneiras. (oral, escrita, visual ou gestualmente e registrada de maneira durável (GONSALVES, 2001, p. 33).

Utilizamos também a pesquisa bibliográfica, que se aproxima da pesquisa documental. Porém, se difere pelo caráter das fontes. A pesquisa documental possui sua caracterização

Pela identificação e análise dos dados escritos em livros, artigos de revistas, dentre outros, sua finalidade é colocar o investigador em contato, com o que já se produziu a respeito do tema de pesquisa” (GONSALVES, 2001, p.34).

Utilizamos fontes primárias, aquelas que ainda não passaram por uma análise científica, e fontes secundárias, que são os estudos realizados em documentos originais. **Consideramos também os contatos diretos, que “significa que o investigador deve conversar informalmente com pessoas que podem fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações uteis”** (GONSALVES, 2001, p. 36).

## 1.2 A pesquisa na prática

É importante destacar que essa pesquisa foi iniciada durante o período pandêmico da COVID-19. Então, todas as organizações, inclusive o STR de Queimadas, estavam em isolamento social, desenvolvendo atividades internas. Nesse sentido, tivemos que aguardar para chegar até o campo da pesquisa.

De início, foi realizado o levantamento bibliográfico, pesquisando conteúdos sobre mulheres, sindicalismo rural e violência doméstica contra as mulheres.

Posteriormente, foi realizado o contato com a direção do Sindicato, e com isso, tivemos o diálogo com a instituição objetivando a pesquisa.

Deste modo, a primeira visita presencial foi realizada em 17 de junho de 2022. Na ocasião, aconteceu a apresentação da pesquisa, mostrando sua importância. Também houve o reconhecimento da estrutura física do sindicato e da equipe que compõe a diretoria. Em seguida, foi realizada a aplicação do termo de adesão à pesquisa, o qual foi assinado pela diretoria.

Durante o desenvolvimento da pesquisa utilizamos a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas, sempre buscando encontrar informações para a análise acerca da atuação das mulheres no enfrentamento a violência doméstica e sexual perpetrada contra mulheres que residem na zona rural do município de Queimadas.

Nessa dinâmica investigativa de campo, aplicou-se um questionário para identificação do perfil das entrevistadas, contendo as seguintes questões: Nome, faixa etária, local do sindicato, ocupação cargo/função, local de trabalho, gênero, orientação sexual, raça/etnia, religião, renda familiar, tempo de filiação no sindicato rural da cidade, tempo de integração na diretoria, data, local de entrevista e tempo de duração. Destacamos que esse questionário foi aplicado com todas as entrevistadas da pesquisa.

Em um primeiro momento entrevistamos a direção do sindicato, para identificar questões ligadas ao perfil social destas. A entrevista foi realizada de forma individual com cada integrante da diretoria. O questionário para obtenção de dados da pesquisa, possuía as seguintes questões: 1º Faz parte da diretoria? 2º Como se inseriu no sindicato Rural? 3º Há quantos anos é filiada ao sindicato? 4º Se filiar ao sindicato rural trouxe alguma mudança para sua condição de vida? 5º Sofreu algum tipo de preconceito por ser mulher? Se sim, qual foi? (Pedir exemplo); 6º Participa ou participou de alguma atividade voltada para o enfrentamento a violência contra a mulher promovida pelo sindicato? Se sim, quais? 7º Organizou ou fez parte da organização de alguma atividade social voltada para mulheres do sindicato? 8º Acredita que existe desigualdade de gênero (que homens e mulher são iguais)? 9º Já encaminhou ou indicou alguma mulher para alguma instituição que atende mulheres em situação de violência? 10º Já precisou acessar algum serviço e foi encaminhada através do sindicato? Quais? 11º Já acessou algum benefício social através do sindicato rural? 12º Você considera importante participar do Sindicato Rural? Se sim,

por quê? 13º Você acha que o sindicato contribui para o enfrentamento da violência contra a mulher? Se sim, por quê? 14º Como é participar do Sindicato Rural? 15º A rádio do sindicato apresenta temas voltados para questão dos direitos das mulheres? Destaca-se que todas as indagações foram pensadas baseadas nas questões do enfrentamento a violência contra as mulheres.

Entrevistamos algumas mulheres que são sindicalizadas e participam de forma direta das ações sociais desenvolvidas pela referida instituição, mas que não fazem parte da direção, passaram por situação de violência doméstica e tiveram o sindicato como “porta de entrada” e instrumento fundamental para o rompimento do relacionamento abusivo e saída do ciclo de violência, através do acesso às políticas públicas de gênero de assistência e atendimento a mulheres em situação de violência doméstica.

As entrevistas foram realizadas na sede do STR de Queimadas e gravadas com a permissão de todas as entrevistadas. Como o questionário trata de questões de violência foi dialogado e exposto que, se elas não se sentissem à vontade, poderiam desistir e não responder. Porém, todas as entrevistadas fizeram questão de responder, algumas sob o argumento da importância de outras mulheres observarem o exemplo e tomarem coragem para romper com a violência vivenciada.

Deste modo, foram colocadas para essa entrevista as seguintes questões semiestruturadas: 1º Você participou ou participa de alguma atividade com temas sobre violência contra as mulheres? 2º Você participou de reunião com o tema “A Marcha das Margaridas “ou Marcha pela agroecologia? 3º Você conseguiu algum benefício social através do Sindicato Rural? 4º Você participa de alguma atividade de formação através do sindicato, dos tipos cursos, palestras, oficinas? se a resposta for sim, quais? 5º Participar do sindicato Rural trouxe alguma mudança para sua condição de vida como mulher? 7º Você já passou por alguma situação de violência doméstica, tipo psicológica, física, sexual, patrimonial e moral? 6º Você já foi encaminhada para algum serviço através do sindicato Rural? 8º Você acredita que o sindicato contribui para o empoderamento, independência e autonomia das mulheres?

A pesquisa também foi aplicada junto a alguns organismos de políticas públicas de gênero de atendimento e de execução de políticas para mulheres, que atendem mulheres em situação de violência doméstica sexual contra a mulher no município de Queimadas, pertencentes a rede local e de Campina Grande, da rede estadual. As

entrevistas foram realizadas nos organismos, observando as parcerias realizadas entre o STR e a instituição.

No total foram entrevistadas 15 (quinze) pessoas, sendo 6 (seis) da diretoria do Sindicato Rural de Queimadas, 7 (sete) agricultoras sindicalizadas, a gestora de políticas Públicas de Gênero do município de Queimadas, a presidente do Conselho Municipal de Queimadas, a assistente social e a advogada do Centro Estadual de Referência da Mulher Fatima Lopes. Estas pessoas foram entrevistadas com foco na representação social do Sindicato Rural de Queimadas no enfrentamento a violência contra as mulheres.

Foram acompanhadas, na perspectiva de observação, algumas atividades voltadas para o enfrentamento à violência e empoderamento feminino, sendo estas: oficinas do projeto Rotas da Assistência, intituladas “A Mulher Negra no Espaço Rural: Resistir, construir e avançar”; as palestras “Violência doméstica contra a Mulher: um diálogo urgente e necessário” e “Sobre dignidade menstrual e entrega de absorvente”; a Marcha pela Agroecologia e pela a Vida das Mulheres; a exposição “Um olhar sobre o feminicídio: Por nós por ela, por todas”, a oficina “Diálogos sobre os dispositivos de gênero na violência contra mulheres LBT”; participação no Intercâmbio: “Município de mãos dadas pela igualdade de gênero”, participação na preparação para a Marcha das Margaridas que acontece a cada 4 anos desde o ano de 2000 e, por fim, a avaliação do projeto “Rotas da assistência”. Também foram consideradas participações em atividades realizadas anterior à pesquisa, como a participação na mobilização para a resolutividade do caso da Jovem Ana Alice, integrante do STR de Queimadas, que foi estuprada e assassinada. Sendo criado o Comitê Ana Alice para ajudar nas investigações.

Observamos também alguns documentos, em especial, algumas atas de reunião, panfletos, cartazes e cartilhas utilizadas nas atividades.

Justifica-se ainda, o uso da entrevista, pois:

Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa, e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada (CRUZ NETO, 2002, p.57).

Através da pesquisa foi possível obter informações de caráter objetivo e subjetivo, por tratarmos também da observação participante, compreendendo atividades realizadas pelo STR, buscando analisar a realidade social da organização, assim como coletar informações inéditas com as entrevistas realizadas. A relevância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de entrevistas (CRUZ NETO, 2002).

Portanto, esta pesquisa tem uma postura compreensiva, com livre participação dos(as) envolvidos(as). Buscamos sempre manter uma relação efetiva de interação. Ao adentrar no campo de pesquisa, procuramos mostrar a relevância do estudo científico e os ganhos advindos desse processo de investigação. Consideramos, por fim, que cada sujeito social pesquisado possui sua contribuição para construção de todo o contexto, com suas narrativas e experiências de vida, que utilizamos também como estratégia para melhor compreender vivências e ações no âmbito do cotidiano sindical.

## **CAPÍTULO II**

### **MULHERES NO SINDICALISMO RURAL CONSTRUINDO NOVAS RELAÇÕES DE GÊNERO**

#### **2.1 Mulheres camponesas, gênero e relações de poder nos sindicatos rurais**

Este capítulo apresenta um breve histórico e sociopolítico sobre a inserção das mulheres camponesas nos sindicatos rurais e a discussão das relações de gênero no interior desses espaços e para além deles. Trataremos aqui, da emergência de mulheres dirigentes de sindicatos de trabalhadores rurais, e a discussão sobre gênero, relações de poder e papel das camponesas nesses processos. Esse movimento analítico se dá com base em bibliografias sobre empoderamento, luta política e ativismo de mulheres camponesas sindicalizadas e as perspectivas do debate sobre feminismo popular.

Consideramos, portanto, dois momentos históricos. O primeiro, marcado pela participação das mulheres no sindicato de trabalhadores rurais, tendo como pauta e luta central a questão da terra e dos direitos dos trabalhadores do campo, de forma genérica. E um segundo momento, início da década de 1990, em que emerge o debate sobre a desigualdade nas relações de gênero e as condições de vida das mulheres camponesas, no interior desse espaço político de representação e luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Trata-se de uma análise na qual daremos ênfase ao processo de mudança ou de ressignificação na luta dos sindicatos rurais que passam a ser liderados por camponesas.

A presença da mulher camponesa feminista no sindicato rural muda a configuração política das reivindicações dos(das) trabalhadores(as), ampliando as discussões, que nesse momento começaram a ser atravessadas pelo debate de gênero e suas ramificações, para além das questões, antes únicas e centrais do sindicato, como os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Estamos falando de um processo de redefinição do papel das mulheres no sindicato rural, lastreado pela desconstrução da dominação masculina na tomada de decisão e do intenso debate sobre as violências, a invisibilidade e exploração das mulheres camponesas existentes dentro e fora do sindicato, bem como seus processos reflexivos sobre suas realidades e as estratégias de enfrentamento,

fortalecidos a partir da luta feminista e a construção de um projeto popular de campo, que integre as mulheres camponesas, suas demandas e especificidades, que dê conta do combate à violência em suas diferentes expressões que atravessam a vida dessas mulheres.

Os estudos desenvolvidos nos últimos anos, sobre relações de gênero e sindicalismo rural (AMORIM e FIÚZA, 2011), nos permite refletir sobre os processos políticos que geraram mudanças no interior da luta sindical dos trabalhadores do Campo e participação das mulheres nesse processo.

De acordo com Amorim e Fiúza (2011), há um aumento significativo da participação das mulheres nos sindicatos rurais, inclusive, como dirigentes. Até a década de 1980 a luta sindical era protagonizada majoritariamente por homens. É a partir dos anos 1990 que o movimento feminista, os movimentos sociais do campo e instituições católicas do campo progressista se mobilizam conjuntamente numa perspectiva de luta e garantia de direitos, fortalecimento da democracia e reivindicações de políticas públicas.

Assim, nesse contexto abrem-se espaços para o debate de gênero no interior dos movimentos, organizações sociais, pastorais sociais e sindicatos. A condição da mulher e a desigualdade de gênero passam a se constituir como pauta, não só do movimento feminista, ela adentra diferentes espaços de representação e luta, como também a agenda pública governamental, resultado de muita pressão dos movimentos e organizações, mais precisamente do movimento feminista.

Nesse período, torna-se mais intensa e efetiva a participação política das mulheres, fruto de processos de formação e educação popular nas periferias e comunidades rurais e, conseqüentemente, emerge o engajamento das mulheres nos sindicatos rurais e associações de agricultores, decorrente de processos de organização e luta da classe trabalhadora do campo e da cidade, do sindicalismo que surge na década de 1970, da mobilização dos trabalhadores rurais e agricultores na perspectiva de “construir um novo sindicato do campo, rompendo com a estrutura assistencialista presente na organização dos sindicatos vigentes da época”. (AMORIM e FIÚZA, 2011, p. 82).

O fato é que nos últimos anos, a participação ativa das camponesas nos sindicatos rurais vem aumentando de forma significativa. Essas mulheres assumem hoje um papel central no sindicato, como dirigentes, conduzindo negociações políticas, pautando as questões de gênero e da vida das mulheres camponesas, além

das definições “próprias” da categoria. Essa onda crescente da participação das camponesas nos sindicatos é histórica e está ligada também a inserção do debate de gênero no interior dos movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem-terra (MST), o Movimento de Atingidos por Barragem (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), dos grupos da dimensão sociotransformadora da igreja católica, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Pastoral da Juventude Rural (PJR), que através de suas lideranças femininas e feministas travam o debate sobre as relações de gênero em seus espaços, movendo as estruturas patriarcais das organizações.

A abertura para a discussão sobre as desigualdades de gênero e a participação das mulheres nos sindicatos rurais, antes ocupados e encabeçados por homens, não significa que exista equidade de gênero nas decisões tomadas no interior desses espaços, tão pouco que as demandas e direitos das mulheres sejam questões centrais a serem reivindicadas, pautadas. Ainda há uma predominância da centralização nas tomadas de decisão nas mãos dos homens, pois as relações no interior das organizações são permeadas pelo sexismo e machismo (BONI, 2004).

A oposição binária dos gêneros masculino e feminino e as representações sociais dicotômicas que orientam as relações entre os sujeitos de diferentes gêneros, na sociedade capitalista, são mecanismos de generificação a favor das relações de poder na cultura da dominação masculina.

Os termos produção – reprodução; razão-sentimento; forte-fraco; público e privado, denotam classificações diferenciadas e hierárquicas entre os gêneros, que atribui às mulheres um lugar de inferiorização e subalternidade, o que favorece a dominação masculina. Nessa lógica, o gênero feminino é considerado o fraco, a mulher é o sujeito da reprodução, o lugar da mulher, é o lugar da casa, o ambiente privado. Essas representações constituem um imaginário social, orientam as práticas e as relações entre os sujeitos generificados e estão presentes nas diferentes instituições, portanto, no sindicato rural. (AMORIM e FIÚZA, 2011).

As mulheres camponesas ainda estão inseridas numa lógica de dominação masculina, que é parte estrutural das relações de poder em nossa sociedade e se estabelece de forma ainda mais forte no universo das relações do mundo rural, através da naturalização da violência simbólica, em que as funções e papéis que as mulheres assumem no seio familiar e na vida comunitária são estabelecidas como algo natural,

normal, tendo o homem como referência, como medida para todas as coisas. Essa violência acontece no plano sutil das relações, como se fosse invisível a priori, e fosse consentida pela vítima (BOURDIEU, 2005).

A dominação masculina se dá portanto a partir da naturalização das classificações entre os gêneros, da definição da posição das mulheres nas esferas da vida social, estando presente nas relações de produção de forma invisibilizada, na divisão social do trabalho, a partir da divisão sexual do trabalho à qual as mulheres figuram imagens de controle na garantia da reprodução social, desenvolvendo atividades de cuidados, o trabalho doméstico, de forma naturalizada, conforme classificação dos gêneros e as funções estabelecidas socialmente.

Essa dominação tem como base de apoio o lastro composto pelas principais instituições responsáveis pela reprodução cultural da sociedade: a escola, a religião, a família e o Estado, com seus diferentes mecanismos de reprodução, desde a linguagem, as imagens de controle, o controle social dos corpos, até a definição de políticas e dispositivos legais, que asseguram a perpetuação da dominação masculina através do capital simbólico (BOURDIEU, 2005).

Estamos falando de um processo de internalização de um padrão de dominação simbólica, que atende a interesses, ideias e valores do masculino, dos homens, que historicamente se estabelecem como centro das relações e do poder, em nome do capital. Desse modo, o machismo é incorporado tanto pelos dominantes, como pelos dominados.

Assim, o machismo e a dominação masculina se manifestam e se reproduzem na esfera do simbólico, das representações, de forma inconsciente e mecânica. Dessa maneira, a violência simbólica contra as mulheres acontece através dos símbolos negativos, de representações agressivas que lhes foram atribuídas historicamente. É através da violência simbólica que o machismo se perpetua em nossa sociedade. Segundo Bourdieu, trata-se de “uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e, também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconscientes de a exercer ou a sofrer” (BOURDIEU, 1997, p. 22).

Esse tipo de violência está presente no cotidiano das mulheres camponesas, colocando-as em situação de humilhação, rebaixamento social e moral. Embora exista uma “cumplicidade tácita” entre quem sofre e quem pratica a agressão simbólica, no caso específico do machismo, não podemos descartar a possibilidade de que os

envolvidos estejam conscientes da situação de agressão e sofrimento. As pessoas, de modo geral, podem não perceber, mas é possível, muitas vezes, que finjam não perceber (no caso do agressor), ou até, não saibam como reagir a esse tipo de violência, no caso da vítima. A violência simbólica é marca forte das relações de gênero no Brasil e é tão cruel quanto ou mais que a violência física, pois se dá a partir da imposição da cultura dominante masculina. É através desse mecanismo que a desigualdade entre os gêneros, a violência machista e o sexismo se perpetuam e se reproduzem.

A realidade da mulher camponesa e suas especificidades ligadas à identidade rural, ao pertencimento de classe, território, além do gênero, implicam os limites e desafios de vidas marcadas pela presença forte de uma cultura patriarcal, em que a vida das mulheres se limita ao lar, aos arredores da casa, e à agricultura de subsistência, num meio rural sem condições e recursos para a produção da vida. Muitas vezes sem autorrealização, sem reconhecimento e sem possibilidades de mobilidade/ascensão social, estando sua vida pré-disposta a serviço da família, marido e manejo da terra, responsável pelas atividades de cuidado. Ou seja, desenvolvendo o papel da reprodução social, sem direito a terra, e ao que nela é produzido, sofrendo violência machista, numa relação de dependência do pai, no caso das solteiras, e dos maridos, no caso das casadas.

Essa foi a configuração historicamente traçada para as mulheres camponesas. Assim, estão inseridas no mundo rural, marcado pelo conservadorismo, onde o agir da mulher por sua liberdade e independência, sua ação política reflete diretamente em suas relações familiares e de pertencimento comunitário. São, portanto, vítimas de uma violência simbólica e, por muitas vezes, de violência física.

No entanto, é preciso considerarmos que, paralela à essa realidade, existem as possibilidades de ação e ruptura com os padrões e regras sociais estabelecidas para essas mulheres como guias de seus destinos. Através do conhecimento adquirido, das reflexões que surgem das situações de opressão, do conflito e da experiência, as camponesas se lançam para o mundo em busca de visibilidade, construindo sua autonomia, sendo sujeitas de suas histórias e protagonistas na construção de um novo projeto de campo e de sociedade.

Os espaços e mecanismos de participação das mulheres camponesas estão diretamente ligados à luta pelo direito à terra, à reivindicação por reforma agrária, pela produção agroecológica, por redistribuição de renda, por políticas e recursos voltados

à agricultura familiar, por melhores condições de vida no campo, pelo direito a educação contextualizada com sua realidade e, sobretudo, pela melhoria da condição da mulher camponesa e seu direito ao acesso à terra.

Desse modo, para além da luta de classes e da organização da categoria em sindicatos, a luta das mulheres camponesas é pelo direito à liberdade, pelo direito a terra, aos meios de produção, contra a violência machista, contra o patriarcado e o capital (AMORIM e FIÚZA, 2011).

Desse modo, há uma construção social da categoria mulher camponesa ou trabalhadora rural, elaborada a partir da observação da experiência e dos processos coletivos vivenciados por essas mulheres a partir de sua realidade e das ações coletivas que se desdobraram ao longo da história, diretamente associadas à luta de classes e disputa de projetos de campo.

Um fator histórico importante do sindicalismo rural brasileiro é a mudança na prática dos sindicatos clientelistas, para uma forma de luta combativa, correspondente aos interesses reais da classe trabalhadora do campo.

Na década de 1980, o contexto das lutas sociais e políticas dos sindicatos foram marcadas pela disputa ideológica entre práticas sindicais clientelistas versus práticas democráticas expressas pelo bloco sindical combativo (ROMÃO, 2010).

As mulheres camponesas, historicamente, estiveram em espaços menos privilegiados que os homens. Mas, mesmo com tantos desafios a serem enfrentados, elas sempre lutaram e resistiram ao patriarcado, ocupando os sindicatos rurais, associações, se organizaram em movimentos sociais, na luta por acesso à terra, direitos trabalhistas, enfim, melhores condições de vida. Pois, a qualidade de vida passa pelo exercício de privilégios legais e políticos, tais como escolher democraticamente seus representantes políticos, participar de associações e outras organizações, acessar e reivindicar serviços de saúde, educação e seguridade social (PEREIRA, 2013, p. 33).

As mulheres que estão no espaço rural, são socializadas naquele espaço. É ali que elas aprendem a ser mulheres, aprendem a ser agricultoras, constroem suas identidades e reproduzem valores. Desde cedo, ainda meninas, elas crescem vivenciando as práticas cotidianas, o trabalho dito da mulher do campo, carregando água, varrendo o “terreiro”, colhendo os frutos, cuidando dos animais, lavando a roupa e também trabalhando no roçado (limpar, plantar e colher).

Elas produzem e reproduzem, mas, precisam de muito esforços para serem reconhecidas como trabalhadoras rurais. A figura do homem como provedor e trabalhador rural ainda é muito presente. Assim, o espaço rural é marcado pelo patriarcado, pela exploração do trabalho, pela violência doméstica, pela dominação masculina. Mesmo diante desses impasses e do fato do espaço público historicamente não ser visto como o “lugar da mulher”, elas sempre estiveram neles, porém, em sua maioria sem visibilidade, mesmo sustentando lutas no movimento sindical, por exemplo. Não menos importante e também um exemplo, no movimento sindical, além de enfatizar a violência e a discriminação no mundo do trabalho e nos conflitos de terra, as trabalhadoras rurais destacam a violência no mundo privado, onde o agressor pode ser o companheiro, parceiro, marido, pai, irmão, filho ou outro familiar (CONTAG, 2008).

Considerados como espaços masculinizados, os sindicatos rurais nem sempre estiveram de portas abertas para a participação das mulheres. Elas tiveram que abrir janelas de participação, sobretudo, no que tange as reivindicações feministas, “ao tomar como referência a sua organização por dentro do sindicalismo rural, o viés feminista estava oculto, já que a participação destas trabalhadoras era pouco visível na maioria dos sindicatos (FERREIRA, 2013, p. 61).

## **2.2 E seguem as Margaridas, em Marcha, em Luta**

Sou Margarida  
Por mim e por você  
Seguimos em Marcha até amanhecer  
Amanhecer com amor e alegria  
Com democracia e agroecologia  
(Lílian Sena).

Um marco importante na história dos movimentos sociais do século XX para a organização das trabalhadoras rurais foi, sem dúvida alguma, a organização das Ligas Camponesas. As Ligas Camponesas tiveram um papel importante ao denunciar a violência que enfrentavam as(os) trabalhadoras(es) do e no campo. Pois, este movimento pautava o debate sobre a natureza da propriedade da terra e a necessidade da reforma agrária (SILVA, 2008). A estrutura de poder na zona rural não

aceitava de bom grado nenhum tipo de organização de camponeses. Desde o início, os proprietários de terra fizeram todo o esforço possível para cortar o movimento ainda em botão. (PAGE, 1972, p. 60). Mesmo diante dos desafios, inclusive com ameaças de morte e práticas de assassinatos, o movimento resistia e seguia na luta.

Uma mulher de destaque durante as ligas camponesas foi Elizabeth Teixeira. Ela se envolveu na luta por direitos trabalhistas, direito à terra, contra a fome e toda forma de opressão sofrida pelos camponeses da região de Sapé-Paraíba. Elizabeth Teixeira ousou lutar e mostrou que o combate à opressão e exploração também é papel da mulher. Após João Pedro Teixeira, com quem Elizabeth era casada, ter sido vítima de uma emboscada planejada pelos latifundiários e usineiros da época, ela passou a liderar o movimento e em 1962 passou a ser presidente da organização. Elizabeth Teixeira passou por várias situações de violência no campo, sendo vítima de diversas tragédias familiares e até perseguida pelo regime militar brasileiro, porém esta não desistiu da luta, e hoje é referência de resistência para os movimentos sociais camponeses.

Em outros momentos históricos de lutas sindicais na Paraíba, a exemplo da sindicalização de mulheres no Brejo, tivemos como referência de protagonismo, Margarida Maria Alves, a qual serve de inspiração para muitas mulheres do campo na construção e mobilização social:

No decorrer do seu percurso histórico de sindicalista, direcionou sua luta na defesa da sindicalização e na conquista de direitos trabalhistas, a exemplo das reivindicações por carteiras assinadas, férias, 13º salário e repouso remunerado. Participou do sindicato de Alagoa Grande, por cerca de vinte anos, e atuou na organização de outros sindicatos de trabalhadores rurais na região da lavoura canavieira, no Brejo paraibano. Sua iniciação na vida política se deu como filiada, depois como secretária do sindicato, onde trabalhou até concorrer aos pleitos de direção (FERREIRA, 2017, p.77).

Como fruto desse legado histórico de lutas, a Marcha das Margaridas é um exemplo de mobilização nacional contra todas as formas de discriminações e violências contra as mulheres. A Marcha das Margaridas teve início em 2000 e reuniu, mais de 20 mil mulheres em Brasília, organizadas pela comissão de mulheres da CONTAG, que articulou as comissões regionais e estaduais.

A Marcha das Margaridas é uma ampla ação estratégica das mulheres do campo e da floresta, promovida pela CONTAG, Federações e Sindicatos. Consolidou-

se na agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de diferentes organizações parceiras, movimentos e organizações feministas e de mulheres trabalhadoras, centrais sindicais e organizações internacionais que articulam a mobilização das mulheres em torno de diferentes questões que nos permeiam. (Marcha das Margaridas, 2023).

Outra fonte de inspiração é a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia que acontece de forma mais localizada sob a organização do Polo da Borborema. Trata-se de uma articulação de 14 sindicatos rurais da região do compartimento da Borborema na Paraíba. A referida marcha acontece em parceria com a Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA), uma associação civil sem fins lucrativos, que atua no estado desde 1983, buscando o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

Atuando pela igualdade entre mulheres e homens, a Marcha pela Vida das mulheres e pela Agroecologia, se coloca no enfrentamento da violência contra a Mulher, realizando acompanhamento dos casos de violência e oficinas com mulheres (Panfleto de divulgação do sindicato Rural de Queimadas S/D). A Marcha apresenta várias bandeiras de lutas, dentre elas, a luta contra a violência doméstica. A mobilização também acontece juntamente com a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e outras organizações e movimentos sociais. A Marcha pela Vida das Mulheres e Pela Agroecologia traz à cena vários temas que envolvem a violação dos direitos humanos e os impactos da degradação ambiental na vida dos(das) agricultores(as).

## CAPÍTULO III

### AS INTERFACES DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES E O PAPEL DO SINDICATO RURAL NO ENFRENTAMENTO

#### 3.1 A violência de gênero contra as mulheres rurais: um debate urgente e necessário

A violência contra as mulheres é um problema social, cultural e político, por isso precisa ser encarado pelo Estado e pela sociedade como um todo. Também é histórica e precisa ser descontinuada e desconstruída através de novas práticas comportamentais, legislação e políticas públicas afirmativas, que visem equilibrar o direito de igual oportunidades, acesso a bens e serviços, o direito de viver sem violência, e acesso a cidadania plena:

As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. (POWER, 2015, p.18)

A violência doméstica se apresenta como sendo uma violência de gênero:

O termo gênero pode ser entendido como um instrumento, como uma lente de aumento que facilita as percepções das singularidades sociais e econômicas entre homens e mulheres, que se deve à discriminação histórica contra as mulheres”. (TELES; MELO, 2022, p. 15).

A partir desta percepção podemos nos atentar para a reflexão do “gênero” como uma questão de construção social acerca da representação do papel do masculino e do feminino. O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e é uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995, p.86).

Deste modo, o gênero é o fenômeno que possibilita a articulação do poder e a naturalização das formas comportamentais, determinando o lugar de cada indivíduo na esfera social. Dentre esse lugar, que determina o que é ser homem e ser mulher, as mulheres ficam em situação de desvantagem e “subordinação”.

Não existe um único conceito de gênero em sua dimensão histórica. Assim, sua verificação demanda muita investigação intelectual, pois enquanto categoria gênero, pode ser apresentada de acordo com cada feminista: “e mesmo havendo um campo limitado de consenso: gênero é uma construção social do masculino e do feminino” (SAFFIOTTI, 2004, p.45). É importante destacar que essa construção é fundada levando em consideração as leis, as normas e símbolos sociais.

Deste modo, relações de gênero são relações de poder. O interessante do conceito de gênero é que, através dele não só se consegue analisar as relações homem/mulher, como também as relações de gênero em sua diversidade. Partindo desta premissa podemos compreender o modo como se dão os comportamentos de homens e mulheres em nossa sociedade. Mesmo diante de aquisições e lutas por direitos, temos atualmente a sensação, ou melhor dizendo, a observação de retrocessos no tocante aos direitos humanos e de situações de desigualdade entre os gêneros.

Podemos identificar que o gênero já vai sendo determinado quando o bebê ainda está na barriga da mulher, desde a escolha do enxoval, chá revelação, as cores representativas para cada gênero, exemplo: rosa para as meninas e azul para os meninos. Porém, ao se fazer o exame de ultrassom, se descobre o sexo do bebê, o que está ligado às questões biológicas, característica do aparelho reprodutor. E é a partir desta informação que se cria, no imaginário, o perfil comportamental, algo que limita e permite poder àquele que ainda está para nascer.

Os papéis dos gêneros são impostos e consolidados historicamente a partir das práticas estruturais e patriarcais. O patriarcado: “como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (SAFFIOTTI, 2015, p.47). A reprodução da cultura patriarcal está nos costumes, nas práticas educativas e nos meios de comunicação.

Em meio às reproduções das práticas patriarcalistas, as mulheres ainda estão expostas a situações de desigualdades de gênero e violência nas suas mais variadas formas de manifestações. Nesse sentido, torna-se necessário tratá-la como uma questão pública.

Notamos que mesmo havendo esforços para enfrentar e coibir a violência contra as mulheres, evidenciamos que esta questão não recebe o tratamento devido, dada sua urgência e seriedade. As questões dos direitos das mulheres envolvem uma

gama de questões, entre elas, as desigualdades nas oportunidades e no acesso ao espaço público.

A violência, seja física, psicológica, moral, institucional e até mesmo simbólica perpassa todas as esferas sociais. Embora todas as mulheres estejam susceptíveis a sofrer algum tipo de violência, as mais vulneráveis e que vivem em extrema pobreza, podem sentir ainda mais forte o impacto desta em sua vida.

Apesar de a temática violência contra as mulheres estar sob os holofotes midiáticos e ter conseguido ganhar espaços até ser enquadrada em plataformas governamentais, resultando em políticas públicas nos últimos 20 (vinte) anos, ela ainda representa um desafio a ser superado e desnaturalizado, principalmente dentro do “seio familiar”.

As políticas públicas para o enfrentamento à violência necessitam de maior engajamento e compromisso do poder público em todas as esferas, seja no âmbito federal, estadual e municipal. Torna-se relevante o investimento em pesquisas científicas e identificação da presença dos mais variados tipos de violência contra as mulheres no espaço rural, dentre elas, a violência doméstica e sexual. A pesquisa, além de contribuir para o surgimento de novas políticas públicas, também favorece o monitoramento, prevenção e articulação das políticas existentes. Neste contexto, é importante identificar as formas de violência e como elas são cometidas contra as mulheres no contexto rural.

Por muito tempo o espaço familiar foi considerado um espaço privado, onde tudo que acontecia se resolvia em casa, já dizia o ditado popular: “roupa suja se lava em casa”. E assim, muitas mulheres sofriam e ainda sofrem violência dentro da própria casa: “[...] em casa as relações são regidas naturalmente pelas hierarquias do sexo e da idade com os homens mais velhos tendo a procedência” (DAMATTA, 1997, p.91).

Na maioria dos casos as mulheres não são consideradas agentes de poder e decisões políticas dentro da casa, embora sejam responsáveis pela sua manutenção, não possuem poder de decisão, nem sequer das próprias vidas.

Em decorrência destes fatores estas vão internalizando culturalmente que não são agentes de decisões, acabando por naturalizar a violência sofrida e, por consequência, não rompem o ciclo por não perceber alguns aspectos característicos da violência doméstica. Segundo a Lei Maria da Penha, configura-se violência doméstica como: “ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão,

sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. (Lei 11.640/2006).

As violências cometidas contra as mulheres são resultado das desigualdades de gênero e podem ser denominadas violência de gênero, “expressão trazida à tona pelo movimento feminista na década 1970, por ser esta o alvo principal da violência de gênero” (TELES; MELO 2012, p.17).

Assim, as mulheres sofrem violência pelo simples fato de serem mulheres, estas foram historicamente perseguidas e excluídas, por pertencerem ao gênero feminino, diferente dos homens. As Nações Unidas trazem o conceito de violência contra as mulheres como sendo qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, inclusive, ameaças de morte, coação e limitação do direito de ir e vir.

A violência doméstica é aquela que acontece dentro de casa, cometida por familiares. Ou seja, por pessoas com quem a mulher tem algum tipo relacionamento, seja através de laços de consanguinidade ou de afinidade.

Não existe um perfil de mulheres que sofrem violência, assim como também não há o perfil de agressor. Este, por sua vez, pode se manifestar socialmente como pessoa confiável, respeitosa: “o chamado cidadão de bem, pai de família, trabalhador, que não é violento na rua, nem com o chefe, mas ‘apenas’ dentro de casa, onde é capaz de agredir cotidianamente a mulher. (SANEMATSU, 2019, p. 16).

Ainda há a naturalização da dominação dos corpos das mulheres, além da cultura de caracterização e de identidade feminina, como ser frágil e delicado, disponível para o cuidado, para maternidade e para o prazer. E diante desses modelos estereotipados, as mulheres vão internalizando e, por vezes, demoram entender que se encontram em situação de violência doméstica.

Outra forma de reprodução da violência é a culpabilização da vítima. Podemos destacar frases, “como apanha por gosto”, “mulher que anda fora dos trilhos, o trem mata” e “apanha porque permite”. É como se houvesse algum tipo de permissão por parte das mulheres, “para que sejam cúmplices e deem consentimento às agressões masculinas. As mulheres precisariam desfrutar de igual poder que os homens”. (SAFFIOT, 2004, p.84). As mulheres vivem em situação de desigualdade em relação aos homens, o que gera subordinação e sobreposição de poder.

Mesmo diante dos avanços no tocante aos direitos das mulheres e políticas de assistência para o enfrentamento às desigualdades de gênero, esta, ainda se

apresenta de forma desafiadora e exige um empenho permanente dos órgãos públicos e da sociedade como um todo no combate e prevenção à violência contra as mulheres.

O Brasil está em 5º lugar no ranking na prática de crimes contra a vida das mulheres. Ainda de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP):

Os feminicídios cresceram 6,1% em 2022, resultando em 1.437 mulheres mortas simplesmente por serem mulheres. Os homicídios dolosos de mulheres também cresceram (1,2% em relação ao ano anterior), o que impossibilita falar apenas em melhora da notificação como causa explicativa para o aumento da violência letal. Além dos crimes contra a vida, as agressões em contexto de violência doméstica tiveram aumento de 2,9%, totalizando 245.713 casos; as ameaças cresceram 7,2%, resultando em 613.529 casos; e os acionamentos ao 190, número de emergência da Polícia Militar, chegaram a 899.485 ligações, o que significa uma média de 102 acionamentos por hora (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023).

O FBSP analisa dados referentes a 2022 e mostra o aumento em relação a violência contra as mulheres, sobretudo em relação ao feminicídio. Porém, torna-se importante observar que há uma diversidade de mulheres em diferentes contextos sociais. Podemos afirmar, por exemplo, que as mulheres negras foram ainda mais vítimas da violência durante o ano de 2022, ou seja, as mulheres negras, além de serem vítimas das desigualdades de gênero, também sofrem com o racismo estrutural. Podemos verificar este fato através dos dados do Anuário de Segurança Pública, que mostra o maior índice de violência letal sofrido pelas mulheres negras:

O recorte em termos de raça/cor das mulheres vítimas de violência letal no país reafirma os elementos de racismo que perpassam todas as modalidades criminosas no país, de um jeito ou de outro. Entre as vítimas de feminicídio, têm-se que 61,1% eram negras e 38,4% brancas. Nos demais assassinatos de mulheres, o percentual de vítimas negras é ainda maior, com 68,9% dos casos, para 30,4% de brancas (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023).

Assim como são variadas as formas de violências praticadas contra as mulheres, também são variados os marcadores sociais que reforçam as práticas violentas contra elas. Por outro lado, se é verdade que em função dessa desigualdade histórica a violência de gênero está presente em todas as culturas, é preciso registrar que ela não atinge de idêntica forma todas as mulheres, especialmente quando

considerada sua combinação com os demais marcadores sociais (CHAKIAN, 2019 p.55).

A forma como a violência atinge as mulheres brancas e cisgênero não é comparável à forma que atinge as mulheres que possuem outros marcadores, como: raça, classe, etnia e orientação sexual, a exemplo das mulheres trans, que têm como perspectiva de vida 35 anos de idade, e de acordo com o levantamento realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) foram 130 mulheres trans assassinadas em 2022.

A violência contra as mulheres, acontece de forma “velada” e naturalizada, aparecendo de forma ainda mais “permitida” no âmbito do espaço doméstico. A violência contra o gênero masculino acontece, em sua maioria, no espaço da rua, nos ambientes públicos, com testemunhas e praticada por alguém desconhecido. Já as mulheres são vítimas de violência perpetrada por alguém “conhecido”, com laços consanguíneos ou de afinidade.

As mulheres que passam por situação de violência quase sempre têm medo de denunciar. Primeiro, porque o agressor é alguém com quem ela tem ou teve algum vínculo e, por vezes, nutre algum sentimento pelo agressor, ora por ser o pai dos filhos, ora por ter dependência emocional ou financeira. Assim, a violência doméstica contra as mulheres “ocorre entre homens e mulheres que se amam ou se amaram, se relacionam ou se relacionaram na intimidade. O agressor conhece bem os hábitos, os sentimentos, a maneira de agir da vítima”. (MELO, 2012, p.23). Portanto, o agressor acaba agindo de uma maneira que impõe à vítima o encurralamento em sua vida.

Mas existe também outro motivo para que não aconteça a denúncia. É a total descrença no funcionamento da justiça do nosso país. Acredita-se que mesmo denunciando, ela não será cessada, além da exposição social, que se tem ao denunciar o agressor. Como exemplo, podemos citar situações em que o agressor, sendo traficante, articula o feminicídio dentro do próprio presídio, ou que a própria justiça faz julgamento de valor, e atua através de justificativas machistas e misógina. As mulheres sabem que, quando tomam a decisão de realizar a denúncia ou de se afastar dos agressores, podem correr um risco ainda maior de feminicídio. Isso ocorre porque, quando os agressores descobrem que não têm mais o controle sobre os corpos e ações das mulheres, se tornam mais perigosos.

São muitos os impasses e as negativas para que as mulheres realizem a denúncia, por isso a relevância de políticas públicas para o enfrentamento da

violência, divulgação de informações sobre direitos das mulheres e da articulação dos serviços especializados de atendimento às mulheres em rede.

No caso das mulheres que residem nos espaços rurais e se encontram em situação de violência, estas ainda sofrem com o descaso do Estado, considerando que a questão de igualdade de gênero e de direitos das mulheres é uma questão de cidadania e respeito à dignidade humana.

A mulher que está nos territórios rurais, sofre ainda mais com o resultado das desigualdades de gênero. Além de vivenciarem as diversas formas da violência também vivenciam a invisibilidade e a ausência de efetivação de políticas públicas específicas para o tratamento da violência doméstica contra mulheres.

O território é também percebido como um espaço de vida de uma sociedade local, que tem uma história, uma dinâmica social interna e redes de integração com o conjunto da sociedade na qual está inserida (WANDERLEY, 2009, p.232). Os territórios rurais possuem suas especificidades, estabelecem relações sociais identitárias, vivenciadas através dos costumes ligados ao trabalho do campo, tendo a terra como principal instrumento. Estes territórios são espaços coletivo e autônomo, que possuem integração com os centros urbanos para acesso às políticas sociais: “o território rural corresponde frequentemente, às zonas mais fragilizadas dos territórios nacionais, que ainda se diferenciam do urbano pelas suas condições de inferioridade no que se refere, precisamente, ao acesso da população aos bens e serviços materiais, sociais e culturais”. (WANDERLEY, 2009, p. 205).

Os espaços rurais ainda possuem fragilidades no acesso a políticas sociais que se referem a “ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico” (HÖFLING, 2001, p. 31). Quando tratamos de políticas específicas para mulheres este acesso é ainda menor. As mulheres rurais têm o desafio de enfrentar o machismo, o patriarcalismo e a violência como todo, assim como as mulheres dos espaços urbanos. Porém, as que residem no universo rural também têm como desafio desconstruir os estigmas da falta de conhecimento, do preconceito de pertencimento ao ambiente rural, a ausência de políticas locais de assistência, a falta de acesso a rede telefônica e internet, em algumas situações.

A violência contra mulheres do campo e da floresta se configura como fenômeno complexo e singular, que ainda não tem reconhecimento suficiente nos

estudos e pesquisas acadêmicas brasileiras sobre violência contra mulheres. Observamos uma lacuna nas estatísticas sociodemográficas e nas produções científicas acerca da temática, o que contribui para manutenção de um silêncio que, muitas vezes, encobre a realidade repleta de violência que estas mulheres vivem no âmbito familiar e do trabalho rural (SCOTT; NASCIMENTO; NANES, 2016, p. 851).

Percebemos a invisibilidade em relação a violência doméstica contra as mulheres rurais. Embora exista política afirmativa de gênero com objetivo de combater as desigualdades de gênero, o recorte da categoria mulheres rurais ainda fica em situação de desvantagem.

As mulheres têm uma presença expressiva nos territórios rurais. Segundo o mapa Embrapa e IBGE, o número de mulheres rurais corresponde a 6,14 milhões de mulheres. O número de mulheres dirigindo propriedades rurais no Brasil alcançou quase 1 milhão. A partir do Censo Agropecuário de 2017, o IBGE identificou 947 mil mulheres responsáveis pela gestão de propriedades rurais, de um universo de 5,07 milhões. Os dados também mostraram que as mulheres são proprietárias de apenas 19%, enquanto os homens detêm 81% das propriedades. Um outro dado bastante alarmante para os dias atuais, mas que é relevante destacar, diz respeito ao direito à terra, como uma questão política, econômica e social. Embora tenha havido empenho dos movimentos sociais de luta pela terra e em prol da reforma agrária, evidenciando alguns “ganhos” jurídicos, o acesso à terra se concentra nas mãos de grandes latifundiários,

[...] a Constituição de 1988 resgata a discussão acerca do tema em questão e destina no Título VII, que trata da "Ordem Econômica e Financeira", o Capítulo III da "Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária". Ademais, o Congresso Nacional promulga a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais referentes à reforma agrária e, em 6 de julho do mesmo ano, a Lei Complementar nº 76, que trata do processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária.

Notamos que o acesso à terra pelas mulheres ainda é uma situação gritante de desvantagem em relação aos homens, o que é resultado das relações desiguais de gênero. As mulheres rurais sempre contribuíram de forma efetiva para a agricultura familiar e na manutenção das práticas culturais no campo. O acesso à terra é muito

importante para as mulheres, sobretudo, no que concerne o empoderamento e autonomia, pois a terra é o principal elemento de produção no campo.

Como já afirmamos anteriormente, as mulheres rurais sempre trabalharam, porém, este trabalho nem sempre é reconhecido:

[...] embora as mulheres participem ativamente do trabalho na agricultura propriamente dito, ele é um trabalho atribuído aos homens e, por ser expresso em valores monetários, é considerado produtivo” (AGUIAR, 2016, p.33).

O trabalho das mulheres não é considerado produtivo. Elas vivem no cotidiano a exclusão da vida pública, a subordinação e a violência no âmbito do espaço “privado” da casa, da família. E a violência, em se tratando do cenário rural, torna-se ainda mais grave, haja vista um histórico de singularidades, anonimato e isolamento das mulheres, além da distância geográfica em relação à área urbana (COSTA, LOPES, 2012).

As mulheres que estão no espaço rural têm a necessidade de ir para uma cidade de maior porte para efetuar uma denúncia. A distância geográfica, a falta de transporte público na região e os altos preços das passagens cobrados por carros particulares que fazem o transporte do sítio para a cidade, são alguns dos obstáculos iniciais que as mulheres têm a enfrentar quando decidem denunciar a violência sofrida (SCOTT; NASCIMENTO; CORDEIRO, 2016, p. 863).

Por haver a necessidade de buscar acesso aos serviços da REAM, percebemos que ela não está articulada de forma eficiente, ou não possui presença efetiva nos territórios rurais, sobretudo nas cidades de menor porte. As mulheres que “conseguem despertar” para a saída da situação de violência doméstica, no ápice do desespero, enxergam nos sindicatos rurais uma via de fuga, uma alternativa de tornar visível sua situação.

Os sindicatos ou associações rurais são também espaços que funcionam como Lócus da participação, de reivindicação, do acesso às políticas, e têm papel importante na divulgação da Lei Maria da Penha, bem como nas capacitações de mulheres para conhecimento de seus direitos, incentivando o empoderamento feminino (SCOTT; NASCIMENTO; CORDEIRO, 2016, p. 867).

As mulheres rurais, mesmo com todos os impasses, sejam da dependência financeira, da exploração do trabalho no campo, ainda se organizam em movimentos camponeses na busca por igualdade de gênero e melhor qualidade de vida:

[...] as mulheres trabalhadoras rurais, ao afirmar sua identidade de sujeito social e político, empreenderam diversas ações reivindicatórias que culminaram com a conquista de direitos e a implementação de políticas públicas (SILVA, 2008, p.32).

A participação das mulheres em espaços de poder é de forte valia, pois, a partir desta participação, se reconhecem como sujeitos de direito, embora muitas necessitem de “estímulo e incentivo” para estar presentes em espaços de decisão e poder, uma vez que são vítimas do patriarcado que perpetua a dominação masculina. Por vez exercida através do poder simbólico que, segundo Bourdieu é:

Um poder que aquele lhe está sujeito da aquele que o exerce, um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crer que ele existe [...] O homem político retira a sua força política da confiança que o grupo põe nele. E o capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa –ou a um objeto- os próprios poderes que lhe reconhecem (BOURDIEU, 1989, p.188).

As relações de gênero são relações de poder. Participar de forma ativa de espaços políticos como os sindicatos rurais é uma relação de poder, como ressaltam (MENEZES; FIALHO; MACHADO, 2022), ao afirmar que as hierarquias de gênero são construídas, legitimadas e postas em funcionamento e a serviço do poder. Assim, as mulheres estarem participando de uma organização rural é, antes de tudo, uma quebra de paradigmas, pois o lugar da liderança, da participação, do enfrentamento nunca foi destinado às mulheres em uma sociedade patriarcal e machista como a brasileira.

Não podemos negar que tivemos avanços históricos no desenvolvimento de políticas afirmativas, tratados e declarações internacionais que visam a erradicação da violência e a igualdade de gênero, no tocante ao enfrentamento a violência. Além da Lei Maria da Penha, também tem a Lei do Feminicídio que é o crime de assassinato de mulheres por razões da condição do sexo feminino. Embora esses avanços tenham

trazido consigo e/ou fortalecido a rede de atendimento a mulheres em situação de violência doméstica e incentivado à criação de órgãos de proteção à vida dessas agentes sociais, as violências contra as mulheres vêm sendo reproduzidas em suas variadas representações, trazendo fortes impactos sobre a dignidade destas.

A violência contra as mulheres traz aspectos tão estruturados que é como se todas elas estivessem correndo risco de passar por ela. É como se fosse necessário viver em estado de alerta. Há os casos em que elas são agredidas e ainda sentem culpa, em decorrência da cultura machista e de culpabilização das vítimas.

Ao mesmo tempo que tentamos avançar no quesito conquista de participação em espaços públicos, direitos e legislação em defesa dos direitos das mulheres, é como se estivéssemos um pouco estagnados em relação a reprodução cultural da violência contra as mulheres. Infelizmente ainda assistimos, todos os dias nos noticiários, que mulheres são assassinadas pelo fato de o “companheiro” não aceitar o fim do relacionamento. Ou seja, nesses casos, as mulheres não têm a chance de decidir pela sua própria vida.

Então, embora pareça coisa do passado a frase “Se ela não for minha não vai ser de mais ninguém” ainda é muito presente e executada. A banalização da vida e dos corpos das mulheres é tão forte e enraizada em nossa sociedade, que perpassa todas as esferas. Os feminicidas não temem a justiça, observa-se um fenômeno atual em que os assassinos de mulheres matam e depois cometem suicídio. Este fato abre espaço para a reflexão de que é necessário incluir o debate acerca a desnaturalização da violência contra as mulheres, em todos os espaços sociais, inclusive nos currículos escolares. Torna-se necessário o debate em todos os espaços de educação para que haja reflexão e transformação, pois, o enfrentamento à violência de gênero não é apenas interferir em mudanças nas legislações e/ou pensar em mecanismos de atendimento às vítimas da violência, é também, transformar a cultura de dominação e objetificação dos corpos e das vidas das mulheres como forma de prevenção.

### **3.2 A importância das Políticas Públicas de Gênero para coibir e enfrentar a violência contra as mulheres rurais**

A história das mulheres é marcada pelas desigualdades de gênero e pela violência. Mas elas sempre se organizaram, articularam-se e encontraram formas de resistir às amarras do patriarcado e do machismo. Não é à toa que, ao longo da

história ocidental, sempre houve mulheres que se rebelaram contra sua condição, que lutaram por liberdade e muitas vezes pagaram com suas próprias vidas (PINTO, 2010, p.15). É importante não esquecermos que as conquistas de direitos das mulheres são indissociáveis ao movimento feminista.

Não podemos esquecer que hoje, qualquer possibilidade de as mulheres estarem nos espaços públicos, terem acesso à educação, votar, dentre muitos outros direitos, é graças ao fato de as feministas terem dado o primeiro passo e terem se contraposto às relações patriarcais de dominação sobre as mulheres. Discorrer acerca das contribuições do feminismo brasileiro para a construção e garantia dos direitos das mulheres é uma tarefa complexa. Tornam-se necessários recortes temáticos, levando em consideração a atuação dessas agentes sociais em cada contexto e período específico referentes aos conteúdos que se pesquisa.

Aqui, consideramos que “o feminismo se desenvolve ao longo da história como um movimento político, social, e também filosófico, sendo uma das principais, características a busca pela igualdade entre homens e mulheres e conseqüentemente direitos iguais para todos” (TERRA, 2022).

Podemos destacar alguns movimentos que resultaram em conquistas importantes para as mulheres. Segundo Pinto (2010), um dos movimentos de grande repercussão, foi o movimento das sufragistas, que se deu durante a primeira onda do movimento feminista, em 1910, e tinha como objetivo o direito ao voto. Bertha Lutz, bióloga e cientista, brasileira nascida em São Paulo, havia estudado na Universidade de Sorbonne em Paris, foi uma das percussoras da luta pelo voto feminino no Brasil, tendo levado em 1927, um abaixo assinado ao senado, pedindo a aprovação do projeto de lei do senador Juvenal Lamartine, que possibilitava o voto às mulheres. O voto feminino foi conquistado em 1932, através do direito ao sufrágio universal Luísa Alzira Soriano da cidade de Lajes, no estado do Rio Grande do Norte. As mulheres também passaram a reivindicar os direitos trabalhistas, o movimento de mulheres anarquistas também se destacou na luta por melhores condições de trabalho nas fábricas brasileiras.

A segunda onda do feminismo aparecera, de forma mais perceptível, a partir da década de 1960 na Europa. Um fenômeno que contribuiu para a liberdade sexual das mulheres e a escolha do exercício da maternidade. Nesse contexto deu-se também o surgimento da pílula anticoncepcional na Alemanha e Estados Unidos, e foi sendo produzida em outros países.

No Brasil, a década de 1960 não era muito propícia para ações feministas, pois o país vivenciava um regime militar que iniciou em 1964 com repressões a qualquer ato de mobilização. As Nações Unidas declaram o ano de 1975 como sendo o ano internacional da mulher. No México, em uma conferência, foi declarada a década da mulher, a partir do lema “igualdade, liberdade e paz” (TERRA, 2022). Enfim, o contexto internacional de lutas feministas estava dando passos importantes, o que influenciou as ações brasileiras.

Em 1975, na I Conferência Internacional da Mulher, no México, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou os próximos dez anos como a década da mulher. No Brasil, aconteceu, naquele ano, uma semana de debates sob o título “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, com o patrocínio do Centro de Informações da ONU. No mesmo ano, Terezinha Zerbini lançou o Movimento Feminino pela Anistia, que terá papel muito relevante na luta pela anistia, que ocorreu em 1979 (PINTO, 2010 p.16).

As décadas de 1970 e 1980 no Brasil foram marcadas por inúmeros casos de assassinatos de mulheres, inclusive com situações de injustiça e impunidade jurídica, o que gerou indignação e mobilizou as mulheres feminista através do slogan “Quem Ama não Mata”, então difundido nacionalmente pelo movimento feminista por meio de passeatas e protestos, e fortemente contra a resposta discriminatória do Judiciário relativamente aos casos de assassinato de mulheres pelos maridos, companheiros ou namorados (PINTO, 2008, p.06).

Durante essas décadas as mulheres eram assassinadas e grande parte dos assassinos ficava sem punição. Utilizavam a justificativa de “lavar honra” e que “matavam por amor”. Um crime que repercutiu nacionalmente e gerou muitas mobilizações feminista, foi o assassinato de Angela Maria Fernandes Diniz, conhecida popularmente como Angela Diniz, no dia 30 de dezembro de 1976, no Rio de Janeiro, perpetrado por Raul Fernando do Amaral Street, que, insatisfeito com o fim do relacionamento a assassinou. Raul Street, conhecido como Doca Street, foi condenado, obtendo dois anos de reclusão, o que gerou muita polêmica,

Doca Street declarara que matara por amor. Um grupo de feministas do Estado do Rio de Janeiro organizou-se para conscientizar a população de Cabo Frio, de cujo seio saíam os jurados que integrariam o conselho de sentença, pois o réu seria levado novamente ao Tribunal do Júri, já que o primeiro julgamento fora

anulado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rio de Janeiro. Aproveitando-se do que dissera o réu, feministas se mobilizaram com o slogan “Quem ama não mata”. Doca Street, desta vez, foi condenado a 15 anos de reclusão. Logo conseguiu o benefício de trabalhar durante o dia (justo um playboy que jamais havia trabalhado), voltando para a prisão para dormir. Fingia trabalhar numa concessionária de automóveis (SAFFIOT, p. 54 2015).

As feministas seguiram em luta e em 1980 o Brasil passou por outro momento político, com a redemocratização. Nesse contexto de abertura política, as mulheres se organizam em luta, por direitos e igualdades, com pautas mais específicas, como violência e direitos humanos e a questão de igualdade racial, pauta que não foi reivindicada durante a primeira onda do feminismo.

Em 1980, o movimento feminista no Brasil, era uma força política e social já consolidada e estava associado à luta pelo fim da ditadura militar, suas ideias se difundiram no cenário social do país. (TERRA, 2022). Em um novo momento da redemocratização, o Brasil passa pelo processo de mobilização social, não só o movimento feminista, mas também os movimentos populares de base, inclusive as pastorais sociais, que passaram a se articular na luta contra as desigualdades e na luta por direitos.

Assim, nesse novo cenário, o feminismo no Brasil entra em uma fase de grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres: há inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma gama muito ampla de temas – violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais. (PINTO, 2010, p. 17).

Uma conquista impactante para os direitos das mulheres em destaque em 1984 foi a organização do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNCM), que passou a realizar diversos estudos, pesquisas e debates sobre a realidade das mulheres brasileiras. Outro fator relevante foi a criação das Delegacias especializadas de atendimento à Mulher (DEAM), em 1985, inicialmente nas cidades metropolitanas do Brasil:

A primeira delegacia da mulher foi uma proposta do governo do Estado de São Paulo, não do movimento de mulheres. Inicialmente, esta política pública acabou por influenciar a agenda feminista, que passou a priorizar a abordagem da criminalização, embora as feministas também continuassem a desenvolver outras estratégias no campo da psicologia e da saúde pública. (SANTOS ,2008 p.3).

A primeira delegacia da mulher existiu com a perspectiva de atender crimes contra a pessoa do sexo feminino, exemplos como: lesão corporal, constrangimento ilegal (Artigo 146), ameaça (Artigo 147), estupro (Artigo 213), atentado violento ao pudor (Artigo 214), homicídio (Artigo 121) e dano (Artigo 163) não faziam parte da competência das delegacias da mulher até 1996 (SANTOS, 2008, p.11). As feministas passaram a reivindicar que os crimes de homicídio e lesão corporal contra as mulheres fossem investigados pela DEAM.

A proposta feminista era de uma delegacia humanizada onde os “agentes” compreendessem sobre as questões de gênero. Todavia, os poderes públicos não implementaram a ideia original. Em São Paulo, só em 1998, houve um curso sobre violência de gênero, com duração de 40 horas. Na época, existiam cerca de 126 DDMs no Estado de São Paulo (SAFFIOTI 2015, p. 94). As feministas estavam sempre atentas acerca do funcionamento das delegacias das mulheres, uma vez que estas não atendiam considerando fatores sociais relevantes que levam as mulheres a estarem em situação de violência, como as desigualdades de gênero.

Seguindo o contexto das lutas das mulheres no Brasil, torna-se relevante destacar a importância do movimento feminista para a consolidação e “garantia” da igualdade entre homens e mulheres de forma legítima. Após 20 anos de regime militar, a constituição surge como uma nova esperança para brasileiros. Mas ela não surge do nada, é resultado de muita luta e resistência, sobretudo, dos movimentos sociais e políticos a toda forma de repressão da época. A Carta Magna de 1988 foi e é um avanço importantíssimo para a sociedade brasileira, principalmente por garantir, na forma da lei, a democracia participativa. No tocante a participação das mulheres para elaboração da constituição federal,

Na avaliação do movimento de mulheres, um momento destacado na defesa dos direitos humanos das mulheres foi a articulação desenvolvida ao longo do período pré-1988, visando à obtenção de conquistas no âmbito constitucional. Esse processo culminou na elaboração da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, que contemplava as principais reivindicações do movimento de mulheres, a partir de ampla discussão e debate nacional (PIOVESAN, p.2).

Em 1987 Jacqueline Pitanguy, representando o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, entregou ao presidente do Congresso Nacional, Ulisses Guimarães, “A

Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes”, resultado de fortes debates entre diversas organizações e campanha nacional, que tinha como lema: “Constituição para Valer tem que ter Direitos da Mulher”. As feministas do Conselho do Direito da Mulher ampliaram os canais de comunicação com organizações de mulheres, movimentos populares, para ouvir as demandas e necessidades, com intensão de garantir que a constituição federal estabelecesse a igualdade de direitos e acesso a cidadania:

[...] para nós, mulheres, o exercício pleno da cidadania significa, sim, o direito à representação, a voz, a dignidade na vida cotidiana, que a lei pode inspirar e deve assegurar, o direito à educação, a saúde, a segurança a vivência familiar sem traumas (CARTA DAS MULHERES AOS CONSTITUINTES, 1987).

A referida carta trazia em seu texto vários princípios ligados a temas específicos: família, trabalho, saúde, educação e cultura. A grande maioria das reivindicações das mulheres na referida carta foi aceita e posta no texto da constituição federal, a exemplo o artigo 5º que declara homens e mulheres iguais em direitos e obrigações.

A constituição foi um marco importantíssimo para os direitos das mulheres, porém ainda se tinha um longo caminho pela frente na luta contra as desigualdades de gênero e violência contra as mulheres.

O Brasil assinou tratados internacionais com o objetivo de combater as desigualdades de gênero. Citamos alguns de muita relevância para a construção de políticas afirmativas de defesa dos direitos humanos das mulheres, sendo estes, a Recomendação nº. 90, de 29 de junho de 1951, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW, 1979), Recomendação nº. 165, de 23 de junho de 1981, da OIT, sobre Igualdade de oportunidades e de tratamento para homens e mulheres trabalhadores com encargo de família, convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher conhecida como a Convenção de Belém do Pará (1994); Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995).

Um marco muito importante para as mulheres brasileiras no tocante às desigualdades de gênero foi a criação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, com status de ministério, criada através da Medida Provisória 103, de 1 de janeiro de 2003, e funcionou como um instrumento importante para criação de outros

mecanismos para a defesa dos direitos das mulheres, a exemplo a criação do Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) que contou com a participação da sociedade civil organizada, com o movimento feminista e tem como principal objetivo,

Promover a igualdade no mundo do trabalho e a autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta, considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe, raça e etnia, desenvolvendo ações específicas que contribuam para a eliminação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na valorização da participação das mulheres no desenvolvimento do país (PNPM, 2015, p.14).

A partir da criação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, um instrumento de grande relevância para enfrentar e coibir as diversas formas de violência contra as mulheres, criou-se o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, assinado pelas 27 unidades federativas brasileiras. O pacto tem por objetivo reduzir os índices de todas as formas de violência contra as mulheres (Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, 2015 p. 43), favorecendo a criação de redes especializadas de atendimento às mulheres em situação de violência.

Mesmo o Estado brasileiro tendo assinado tratados internacionais importantes para enfrentar a violência contra as mulheres, até mesmo com a criação da SPM, o número de assassinatos de mulheres ainda continuava alarmante, inclusive situações de crimes gravíssimos ficando na impunidade.

Desse modo, alguns grupos de juristas feministas organizadas em coletivos, buscaram articular-se e denunciar internacionalmente à Organização Interamericana de Direitos Humanos (OEA) e à Organização das Nações Unidas (ONU), as violências cometidas contra as mulheres brasileiras, sobretudo, destacando os crimes que tiveram repercussão, em decorrência da gravidade, na década de 1990, e que não foi encontrada resolutividade. O caso Márcia Leopoldi, que se refere ao assassinato de Leopoldi por seu ex-namorado, tendo sido encaminhado à CIDH em 1996;<sup>37</sup> e o caso Maria da Penha, referente à dupla tentativa de assassinato de Maria da Penha por parte de seu marido, à época encaminhado à CIDH em 1998. (SANTOS, 2008, p.23). Mesmo diante da criação de algumas políticas para mulheres, como o caso da SPM e das DEAMs, havia ainda grandes entraves relacionado às apurações jurídicas de casos de violação dos direitos humanos das mulheres, sobretudo, o que tange a violência doméstica e sexual. Assim, passou-se a cobrar do governo brasileiro, que

fossem tomadas as devidas providências em relação a impunidades dos casos de violência doméstica.

Como um dos casos levados para as instâncias internacionais como denúncia, foi o de Maria da Penha Maia Fernandes:

Em maio e junho de 1983, Maria da Penha Maia Fernandes foi vítima de duas tentativas de assassinato por parte do seu marido, Marco Antônio Heredia Viveros, ficando paraplégica em função da primeira agressão. No primeiro julgamento, ocorrido nove anos depois do crime, Viveros foi condenado a uma pena de 15 anos de reclusão, reduzida a 10 anos por se tratar de réu primário. Em 1996, a decisão do júri foi anulada e o réu, sendo submetido a novo julgamento, foi condenado a 10 anos e 6 meses de reclusão. Recorrendo da sentença diversas vezes e valendo-se, inclusive, de práticas de corrupção, Viveros permaneceu em liberdade por dezenove anos, sendo preso em outubro de 2002, pouco antes de o crime prescrever. (Santos 2008, p.24).

Após cobranças realizadas pelos movimentos feministas e consultar representantes da sociedade civil através de debates e seminários por todo o país, a SPM encaminhou ao Presidente da Câmara dos Deputados e ao Presidente da República o Projeto de Lei 4.559/2004, posteriormente transformado na Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei “Maria da Penha”). (SANTOS, 2008, p.26). A lei Maria da Penha é considerada como a primeira lei de gênero, a constituição federal já permitia a possibilidade de criação de políticas públicas para o enfrentamento à violência contra as mulheres. Ela tem como objetivo criar mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica contra a mulher e estabelecer medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Deste modo, a referida lei não só tem o objetivo de punir o agressor, mas trouxe inovação no sentido de possibilitar a criação de mecanismos de atendimento às mulheres em situação de violência, através de instrumentos especializados de atendimento à mulher, que são: delegacias especializadas, casa abrigo, juizados de violência doméstica e familiar, centros de referência de atendimento às mulheres, serviços de saúde especializado em atendimento a mulheres.

Outro aspecto importante no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher são as Medidas Protetivas que estão prescritas na Lei Maria da Penha e é direito de toda mulher que esteja em situação de violência e sendo ameaçada de morte. Embora a Constituição Federal de 1988 deixe claro o princípio de igualdade

entre homens e mulheres, estas ainda são vítimas da dominação patriarcal do machismo, da misoginia, enfim, dos mais variados tipos de violências, tendo até mesmo o direito de ir e vir violado.

A lei 11.340/2006 trouxe também o conceito de violência doméstica e os tipos de violência doméstica e familiar. A violência doméstica contra a mulher é definida da seguinte forma no Art. 5º: configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, nesta também é considerado 5 tipos de violências, física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Diante do contexto de lutas e conquistas de direitos das mulheres, sobretudo, no que tange o enfrentamento das desigualdades de gênero, ainda é necessário muito esforço, reivindicação e monitoramento acerca das políticas públicas de assistências às mulheres em situação de violência, haja vista que a violência doméstica contra as mulheres ainda se apresenta como um desafio a ser enfrentado.

Podemos destacar também a Lei do Feminicídio que é considerada de extrema relevância, pois, torna-se visível e perceptível o contexto de crime letal violento contra mulheres em decorrência das relações desiguais de gênero. Porém, ainda há a subnotificação, o que dificulta a formulação de dados reais dos crimes de feminicídio.

Ainda existindo os mecanismos para atendimento às mulheres em situação de violência doméstica, esses não são suficientes. No Brasil existem apenas 400 delegacias especializadas da mulher no contexto de mais de 5 mil municípios. Esse quantitativo é ínfimo, o que significa que a mulher que queira realizar uma denúncia tem que procurar as delegacias distritais. As delegacias especializadas são relevantes, pois estas realizam os encaminhamentos para os serviços de referência, de acordo com a demanda da mulher.

Sabemos que as instituições jurídicas e policiais são formadas, em sua maioria, por homens que levam para seus espaços de trabalhos seus “valores” que são fundamentados na cultura das desigualdades entre homens e mulheres e na dominação masculina.

Quando as mulheres vão realizar uma denúncia ou solicitar Medidas Protetivas de Urgência, são questionadas sobre a ocorrência. A depender da forma como são indagadas, elas podem a vir a se sentirem coagidas ou culpadas. Assim, por medo das impressões do relator/a ou ouvinte da justiça, não conseguem expor a situação da violência e silenciam, pois, a justiça é interpretativa e, muitas vezes, acontece a

descrença no relato das mulheres no momento da solicitação da MP, o que por vezes acarreta o não deferimento:

[...] é preciso assinalar não só que as tenências á “submissão”, dadas por vezes como pretexto para culpar a vítima, são resultantes das estruturas objetivas, como pretexto para culpar a vítima, são resultantes das estruturas objetivas, como também essas estruturas só devem sua eficácia aos mecanismos que elas desencadeiam o que contribuem para sua reprodução. O poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados, e que só se subordinam a ele porque constrói como poder (BOURDIEU, 2012, p. 52).

A violência doméstica possui suas diversas formas em seus diferentes contextos, dentre elas sua forma simbólica e institucional. As delegacias da mulher, por exemplo, em algumas situações não realizam o atendimento acolhedor e humanizado, agindo até mesmo de forma violenta desqualificando o discurso de relato de violência das mulheres. Claro que se torna relevante considerar que vêm acontecendo mudanças, nesse sentido, e alguns profissionais percebem a relevância do tratamento humanizado. Porém as mulheres ainda são vitimizadas em diferentes ambientes de atendimento em face da situação de violência doméstica tendo, inclusive, que relatar a situação de violência por diversas vezes para vários organismos de atendimento:

As leis que criminalizam a violência de gênero também são uma farsa cruel se fazem vista grossa ao sexismo e ao racismo estruturais dos sistemas de justiça criminal, deixando intactos a brutalidade policial, o encarceramento em massa, as ameaças de deportação, as intervenções militares, o assédio e o abuso nos locais de trabalho (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, p.43, 2019).

As violências contra as mulheres em suas variadas formas são práticas de dominação que se assegura nas práticas culturais. Assim, o enfrentamento da violência contra as mulheres está longe de ser apenas a elaboração de leis e serviços de atendimento psicossocial para mulheres em situação de violência, porque as mulheres que não possuem autonomia financeira e emocional dificilmente conseguirão sair do ciclo da violência. Sendo assim, enquanto as discussões sobre desigualdade de gênero não estiverem nas plataformas governamentais inclusas em todas as pastas, sobretudo nos currículos acadêmicos e nos cursos de formação para

agentes públicos, continuarão existindo práticas machistas que violam a dignidade das mulheres nos serviços.

Os serviços de atendimento psicossocial e jurídico são de grande valia para a saída da mulher do ciclo da violência, mas a emancipação legal permanece uma casca oca se não incluir nos serviços públicos, programas sociais de habitação e recursos financeiros para garantir que as mulheres abandonem a violência doméstica e no local de trabalho (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 43,). Para Enfrentar a violência contra as mulheres, seja ela rural ou não, torna-se necessário um real compromisso da sociedade e, principalmente, do poder público, garantindo políticas eficazes, e não brincar de “fez de conta”.

A nossa Carta Magna está longe de alcançar seu objetivo, pois institucionalmente nossos direitos são belos e bem elaborados, mas “em nossas práticas culturais” ainda temos muito o que avançar em relação aos direitos e oportunidades.

Quando pensamos que, assim como há diversas formas de violação de direitos das mulheres, também existem inúmeras maneiras de acessar os serviços disponíveis para o atendimento às mulheres. Destacaremos aqui, a importância da “presença” da Rede de Enfrentamento e Atendimento à Mulher em Situação de Violência nos territórios rurais, uma vez que esta está presente nos espaços urbanos, inclusive, sendo mais bem articulada nos grandes centros.

Instituições como: Centros de Referência da Assistência Social, Centros de Referência da Mulher, Delegacia da Mulher, Casa Abrigo, Programa Integrado Patrulha Maria da Penha, Juizado da Mulher e dentre outros estão presentes em sua maioria com exceção dos CREAS, nos espaços urbanos e, especialmente, nos grandes centros.

Assim, torna-se mais dificultoso para as mulheres que estão nos espaços rurais saírem do ciclo da violência, uma vez que é necessário articulação e integração dos serviços supracitados, que compõem a referida rede para que elas possam acessar quando necessário.

As mulheres que se encontram no espaço rural e estão em situação de violência, por vezes, até acionam a rede “primária”, família, amigos, porém em decorrência das práticas patriarcais, estas se veem sozinhas, ainda rodeadas dos discursos que consideram a violência contra as mulheres, como algo individual de cunho subjetivo e ouvem frases do tipo: “Em briga de marido e mulher não se mete

a colher” ou “Casou, agora aguente! ”. Esses discursos machistas e de reprodução de violência ainda existem, tornando ainda mais difícil a saída da violência, pois além de algumas mulheres que residem nos espaços rurais serem parentes ou terem relação de compadrio, preferem não se “envolver em questões ditas “alheias”.

É possível constatar que nas áreas rurais ainda são escassos os acessos das mulheres aos equipamentos institucionais de políticas de enfrentamento da violência, seja pela inexistência de delegacias especializadas, seja pelas múltiplas dificuldades de cumprimento da Lei Maria da Penha (sobretudo por parte dos aparelhos policiais e jurídicos) ou pelas precárias condições de estruturação de redes institucionais locais. (SCOTT; NASCIMENTO; CORDEIRO; NANES, 2015, p. 853).

Mesmo diante das ausências de políticas sociais no campo da assistência, as mulheres rurais sempre estiveram na luta que é, também, histórica na busca por ocupar espaços políticos e melhor qualidade de vida. Não é à toa que muitas se inseriram em organizações sociais, tais como: sindicatos rurais, associações, grupos de mulheres, pastorais sociais, na ânsia de profundas transformações, como alternativa de mudanças pessoais, mas também coletivas.

Nestes contextos, a participação tem o caráter aglutinador e permite que as pessoas cooperem umas com as outras, inclusive para enfrentarem, no caso das mulheres, os reveses que a participação em espaços públicos engendra, como as transformações no âmbito privado, na rotina da casa, nos trabalhos ditos domésticos.

O simples fato de saírem de casa para participar de uma reunião acarreta negociações com o companheiro e, até mesmo, situações de desavenças e violência, em decorrência da lógica binária entre público-privado tão naturalizada na sociedade (AMORIM, 2012, p.65).

A participação das mulheres em movimentos ou instituições sociais representa pertencimento e vontade de transformação, além de proporcionar acesso à informação e conhecimento acerca de seus direitos. As mulheres que estão nos espaços rurais sofrem com diversos tipos de violência, e têm maior dificuldade em buscar ajuda. Além disso, os serviços de apoio não chegam até elas. Por isso, é importante constatar que a maioria dos serviços especializados atuam a partir da busca espontânea, apenas CRAS e CREAS fazem busca ativa por mulheres, nas demais, é preciso recorrer a outras instituições, como exemplo os sindicatos e associações rurais.

Um exemplo de política pública de atendimento às mulheres rurais em situação de violência são as unidades móveis. Trata-se de veículos (ônibus) equipados e com técnicos(as) especializados no atendimento à mulher vítima da violência e destinado ao seu atendimento no campo e da floresta. Este equipamento é itinerante. Após identificadas as demandas e realizados os atendimentos, são feitos os encaminhamentos para a rede de atendimento. Com a saída da unidade móvel, a mulher fica na comunidade e distante do acesso a outros serviços, porque são demandas complexas. E para além disso, algumas têm o receio de buscar apoio na unidade, mesmo quando esta se faz presente, isso porque acabam chamando a atenção da comunidade inteira. É um veículo grande e (ônibus) lilás. Assim, mais do que nunca, insistimos na necessidade de os serviços da REAM chegarem na zona rural de forma contínua.

## **CAPÍTULO IV**

### **STR EM MOVIMENTO: AÇÕES E PARTICIPAÇÃO PARA O EMPODERAMENTO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES RURAIS NO MUNICÍPIO DE QUEIMADAS**

#### **4.1 STR: Espaço de luta pela Formação Política e Enfrentamento à Violência Doméstica e Sexual contra as mulheres**

O município de Queimadas está localizado na mesorregião do agreste paraibano, 133 km de João Pessoa e, segundo o IBGE, no último censo de 2022, Queimadas possui uma população estimada de 43.917 habitantes. O município foi fundado em 1961, possuindo atualmente 62 anos.

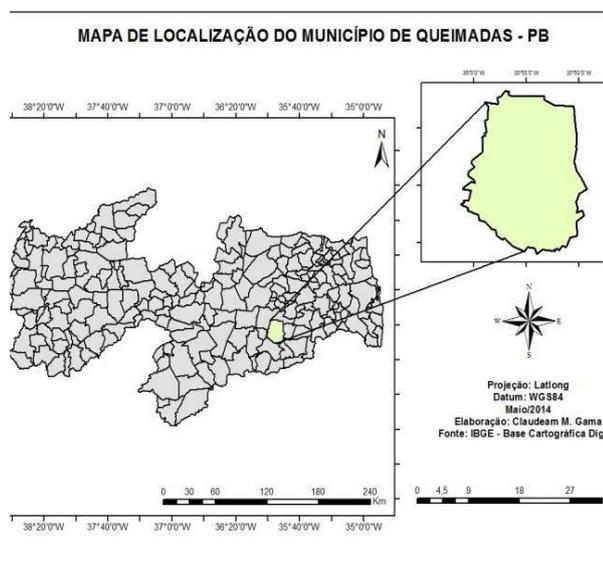
Segundo informações do IBGE (2010) o município recebeu o nome de Queimadas porque duas famílias que povoavam a região de mata, realizavam a queimada de macambira para servir como alimento para os rebanhos. As duas primeiras famílias a povoarem o município foram as famílias Muniz e Tavares. Queimadas faz divisa com os municípios de Campina grande, Caturité, Barra de Santana, Aroeiras, Gado Bravo e Fagundes, sendo o mais populoso da região do compartimento da Borborema (Figura 1).

O município possui um PIB de 509,2 milhões, oriundos da administração pública, participação dos serviços, indústria e agropecuária. Queimadas possui densidade demográfica de 402,748 km<sup>2</sup> e seu Índice de Desenvolvimento Humano é de 0,608. Além de ter uma economia bastante expressiva, o município de Queimadas, também se destaca por suas manifestações culturais e pelo turismo de aventura, possuindo entre as manifestações culturais o coco de roda, praticado principalmente durante as festas de reis.

Em relação às atividades turísticas, o município possui grandes lajedos e sítios arqueológicos, dentre eles, a Pedra do Touro, utilizada para prática de rapel e trilhas. Queimadas também se destacou no campo político, a primeira vereadora do Nordeste e Prefeita no Estado da Paraíba é Queimadense. Maria Dulce Barbosa, nascida no dia 11 de agosto de 1915, foi a primeira mulher a ocupar um assento no legislativo do município de Campina Grande representando o distrito de Queimadas, na época, em 1947. Popularmente conhecida como Dona Dulce, a professora e bacharel em direito, foi vereadora por 4 mandatos, em seguida, se tornou a primeira prefeita eleita no

estado da Paraíba para exercer o cargo de prefeita do município de Queimadas em 1962. Após se distanciar da política partidária, Dulce Barbosa continuou atuando em suas bases políticas. Mas seguiu a profissão de professora e diretora da sua escola Ginásio Dulce Barbosa.

Figura 1 – Localização geográfica do Município de Queimadas



Fonte: IBGE (2022)

No campo da arte musical, Queimadas tem como destaque, o cantor e compositor Antônio Barros, que possui mais de setecentas obras gravadas por artistas como: Maria Betânia, Ney Matogrosso, Elba Ramalho, Dominginhos, Jakson do Pandeiro, dentre outros. Antônio Barros fez dupla com a cantora e compositora Ceçeu em 1971, com quem é casado e trabalham juntos até os dias atuais.

Queimadas é um município com grande extensão rural e forte participação ativa dos/das agricultores no desenvolvimento rural. Como o nosso objetivo é discorrer acerca do papel do sindicato rural de Queimadas no enfrentamento à violência doméstica e sexual contra as mulheres situadas na zona rural, apresentaremos como são desenvolvidas as ações para isso e a forma como acontece.

O Sindicato Rural de Queimadas foi criado em 1966 por um agricultor da mesma cidade, José Vicente da Silva, conhecido como Otácio da Loca, o qual recebeu o apelido por residir em uma loca. Segundo a atual presidente do STR, mesmo sendo ele um homem de vida muito simples, conseguiu articular a organização inicial da referida instituição. Porém foi somente em 1985 que o STR foi institucionalizado.

O STR de Queimadas, fica situado no centro da cidade, em um prédio próprio com uma boa estrutura (Figura 2). Possui cozinha, banheiros, sala de espera, salas individuais para os membros da instituição e um auditório.

Este é um ambiente com uma grande rotatividade de pessoas, tipo “casa aberta”, lá as pessoas vão sempre procurar informações sobre o andamento dos seus processos, em relação a posse de terra, aposentadoria, dentre outros. O STR também disponibiliza o espaço do auditório para realizações de atividades da comunidade. É comum pessoas chegarem por lá para tomar um café e dialogar sobre várias questões da vida cotidiana. E o mais importante, percebemos uma presença expressiva de mulheres indo dialogar permanentemente com a diretoria.

Figura 2 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Queimadas



Fonte: Autoria própria

A diretoria é composta da seguinte forma: Presidente, Vice-presidente, Secretária, Segunda Secretaria, Tesoureira, e Conselho Fiscal. A direção é composta, em sua maioria, por mulheres, contendo apenas um homem. O Sindicato abrange 75 comunidades, possuindo 503 filiados/as, sendo que desse quantitativo mais da metade são mulheres.

Na instituição possui algumas comissões temáticas, as quais são direcionadas a grupos específicos: Comissão da Pessoa Idosa, que trata dos temas relacionados a pessoa idosa; Comissão de Juventude que trabalha na articulação dos/das jovens,

debatendo temáticas relevantes à formação política e cidadã; Comissão de Juventude, que articula, organiza e participa de ações externas, relacionadas a questões sobre identidade da juventude rural e suas relações com seu território, realizando oficinas chamadas de “Cirandas”, as quais são realizadas com adolescentes, pré-adolescentes e crianças.

Atualmente o principal debate no interior do STR é acerca da produção de energia eólica e solar nas comunidades e os impactos gerados na saúde da população, como exemplo, os danos na saúde mental, o que causa a síndrome da turbina eólica.

O Sindicato realiza de forma permanente uma reunião com seus filiados/das toda última sexta-feira do mês. Nessa reunião ordinária são debatidos diversos tipos de temas, desde o acesso aos benefícios, como empréstimos para reforma, construção de cisternas, eleição para cargos administrativos, construção de planejamento e participação em eventos com temas voltados à questão dos direitos dos trabalhadores/as.

Assim como os demais temas, são discutidas questões relacionadas às desigualdades de gênero, violência contra as mulheres, racismo, dentre outros. Exemplo desse leque de debates, temos a preparação para a Marcha das Margaridas que trata da ação política das mulheres, na luta contra a violência e busca por uma sociedade com relações humanas mais justas e igualitárias.

De uma maneira geral, podemos afirmar que o STR de Queimadas está engajado em ações e políticas de assistência às mulheres em situação de violência, bem como, buscando lançar mão de mecanismos de controle social de políticas públicas como o conselho municipal de mulheres.

Sobre essa questão é relevante enfatizar que os sindicatos rurais são instituições com atuação relevante no tocante ao acesso às políticas públicas, sobretudo, para as mulheres, uma vez que este possui um reconhecimento histórico e pode possibilitar a inserção das mulheres nos espaços públicos e de participação, como afirma a atual presidente do STR de Queimadas:

No sindicato foi possível saber que nós mulheres podemos ocupar e estar nos lugares que a gente deseja estar, estamos estudando e se analisando e simplesmente por ser agricultora que a gente precisa estar no espaço da agricultura, mas também pode estar em qualquer espaço que a gente deseja e o sindicato também é uma porta de formação para nós mulheres. No sindicato eu entendi a importância

das políticas públicas, tentei ocupar um pleito de vereadora aqui no município, mas aí a gente vê que por ser mulher sofre preconceito, e não tem investimento aí fica muito mais difícil. (Ana Paula Candido Silva, vice-presidente do Sindicato Rural de Queimadas, em 2022,).

Uma parte significativa de mulheres que se encontram no campo vive em seu cotidiano o significado da exclusão de direitos sociais e civis, assim como a ausência de políticas públicas afirmativas voltadas para a equidade de gênero, a falta de acesso aos bens e serviços essenciais e algumas vivem em situação de violência doméstica e/ou sexual.

Partindo deste pressuposto, muitas mulheres percebem no STR uma via de oportunidade para contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária, e compreende como relevante a inserção em cargos de representação política, almejando trazer para o debate demandas essenciais para a construção da cidadania.

O STR é o espaço fundamental para poder acessar algumas políticas tais como: aposentadoria rural, seguro safra, construção de cisternas de placas e dentre outras destinadas à pessoa do campo. Mas não é só isso, o STR possui uma forte representatividade no campo e uma luta histórica por melhores condições de vida e acesso à terra. As pessoas que estão à frente nesta instituição, conhecem de perto a realidade daquele território que é representado pela entidade.

O espaço político do sindicalismo é considerado historicamente masculinizado e excludente à participação das mulheres. Ou seja, mesmo diante de um contexto de lutas, as mulheres rurais historicamente ficaram invisibilizadas, por vezes, compreendendo que aquele espaço não as pertencia.

A conquista da filiação sindical de mulheres só foi legalizada três décadas após a institucionalização dos sindicatos rurais. Ou seja, os homens já participavam ativamente dos sindicatos rurais, de forma legal, se engajando e tomando decisões acerca dos direitos e acessos a estes no meio rural, mas as mulheres estavam nos bastidores das ações sem direito a voz. A inserção das mulheres na participação direta como agentes sindicais envolve poder de decisões, muitas deixam de ser apenas esposas do agricultor para ser agricultora sindicalizada, portadora de direitos. Segundo Machado e Machado (2012), o sindicato por muito tempo permaneceu como espaço da predominância da masculinidade.

Participar dos sindicatos rurais significa a possibilidade para as mulheres participarem dos espaços públicos. Pois, para quem vive apenas no âmbito do espaço

privado, da “casa”, conseguir acesso à informação e, a partir desta, despertar para luta por melhores condições de vida ou sair do ciclo da violência, através dos sindicatos, pode ser a descoberta de um mundo novo e acesso à cidadania, como destacou a entrevistada:

Através do sindicato eu me libertei consegui enxergar o que era violência, que muitas vezes tem atitudes que a gente nem acha que é violência, a gente acha que nem é violência o marido chegar em casa e a gente ter que estar com aquela comida pronta com a roupa branquinha na hora que ele quer. No sindicato eu entendi que ele também é dono da casa. Pra mim foi uma aprendizagem muito grande, um momento de vida, porque antes eu vivia lá na comunidade, sofria violência do marido, sofria violência da sogra, do sogro e eu ficava lá quietinha, caladinha [...] aí a partir do momento que eu cheguei no sindicato pra me apropriar do fundo rotativo que tinha na comunidade, é que eu fui pensando: ‘qual o meu papel?’, o que eu podia e o que eu não podia, que não tinha limites [...] é conhecer que você não tem limites, é só você querer, que você voa longe, isso foi o sindicato que me ensinou, que me deu voz e vez. Eu até trouxe uma vizinha que sofria violência e a gente foi para a Delegacia da Mulher e para o Centro de Referência da Mulher lá em Campina Grande (M.P.S Sindicato Rural de Queimadas, 2022).

A violência doméstica contra as mulheres ainda é um problema social, cultural e político. A sensação que temos de insegurança e medo é constante, isso em todos os espaços, haja vista que a violência, seja física, psicológica, moral, institucional e até mesmo simbólica, perpassa todas as esferas sociais.

Assistimos, em 2020, ao caso de assédio sofrido pela parlamentar Isa Penna do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em um lugar público, com seguranças e equipamentos de gravação. Sim, uma deputada foi assediada em pleno exercício da sua função de parlamentar. Agora, pensemos nas mulheres que estão em lugares remotos, sem acesso sequer às ações de assistência básica de sobrevivência humana, o quão vulneráveis se encontram?

Em variados casos a mulher que se encontra em situação de violência só percebe a violência quando esta é apresentada fisicamente. E quando analisamos a realidade de mulheres camponesas, percebemos que o problema é ainda mais complexo, pois além da cultura machista e patriarcal que essas mulheres enfrentam ainda tem a questão da invisibilidade social e a discriminação por ser da zona rural.

É, portanto, fundamental considerar o sindicato dos trabalhadores rurais como locus de aglutinação dos agricultores familiares e trabalhadores, ou seja, um espaço

de organização e canal de veiculação dos (novos) interesses sindicais e políticos para os agricultores familiares:

Através do sindicato eu formei uma associação. Lá na minha comunidade criamos um banco de sementes e junto com a SPTA e o polo da Borborema eu tive a oportunidade de viajar para a África para relatar a nossa experiência (Severina da Silva Pereira, Sindicato Rural de Queimadas, 2022).

“O sindicato tem organizado ações políticas eficazes, tanto no âmbito de políticas agrícolas, como de políticas públicas de cunho mais geral (educação, saúde)” (MALAGODI; BASTOS, 2003, p. 5). Eles possuem sua relevância, pois representam os(as) agricultores(as), constituindo um coletivo capaz de reivindicar políticas sociais para o beneficiamento de toda uma comunidade. Sendo assim, estas organizações sociais são formadas por grupos de indivíduos que buscam o acesso comum a alguns serviços de assistências sociais, a efetivação de políticas públicas no campo, como o acesso à terra, dentre outras demandas. Os STRs também podem possibilitar o acesso a políticas públicas de equidade de gênero e de assistência a mulheres em situação de violência doméstica.

Porém, é imprescindível conhecer as especificidades do meio rural e como este se organiza em torno de uma construção sociocultural que define as relações entre homens e mulheres, para que se possa compreender as dimensões da violência contra a mulher e seus desdobramentos (LEITE et al., 2017).

Deste modo, torna-se relevante considerar a violência doméstica e familiar como um fator complexo, que exige um olhar crítico e reflexivo para as questões de gênero e compreender que esta forma de comportamento social foi construída culturalmente ao longo dos séculos. Ou seja, o papel que cada indivíduo desenvolve na sociedade, as crenças, os ideais, a conduta são estereotipados e de algum modo determinam os tipos de comportamentos para homens e mulheres.

As práticas culturais ultrapassam as legislações, o que impacta no estabelecimento das relações sociais. Estes papéis, ao longo da composição das culturas, vêm se constituindo na busca por demarcar os lugares de atuação de cada categoria. Ou seja, tomando o espaço público como um espaço masculino e o espaço privado como feminino. Quando nos referimos à representação das mulheres no espaço rural, ainda observamos desigualdade e tratamento inferiorizado:

Lá em casa temos criação e produção, eu sempre criei, gostei de criar porco e eu estava com uma ninhada de porco para vender, chamei o comprador e por coincidência o comprador que chegou em um horário em que meu irmão não estava em casa. Então o comprador disse, 'tens uns porcos para vender?'. Eu falei que sim e o acompanhei até a pocilga para que ele visse. Ele assim e disse: 'são esses os porquinhos?' Aí eu disse: 'são!'. 'Tá certo, pois quanto o teu irmão estiver em casa você vai me chamar para fazer negócio'. Mas assim, ele não perguntou o preço dos porcos, ele não perguntou nada, ele só olhou para os porcos e quando o meu irmão estivesse em casa é que ele ia fazer negócio. E isso eu senti como se fosse um preconceito, uma violência pelo fato de ser mulher. Por que a criação era minha, essa pessoa é da minha comunidade, sabia que os porcos eram meus, que eu quem criava e crio até hoje, eu vendo, troco, mas ele não quis fazer negócio comigo pelo fato de ser mulher. Ele se negou negociar comigo e ainda se dirigiu a mim de uma forma grosseira. Então eu não negocieei com essa pessoa, eu procurei um outro comprador, eu deixei de vender a ele, porque para ele não se negocia com mulher. (Adeilma Pereira, 2022, sindicato Rural de Queimadas).

Diante desse relato que parece simples, percebemos o quanto ainda são preponderantes os discursos de que as mulheres só servem para cuidar e não para atividades públicas. A mulher do espaço rural é tão atuante quanto os homens no processo de manutenção e reprodução do trabalho agrícola. Porém, por vezes é como se esta não tivesse a capacidade necessária para decidir ou exercer qualquer ação que represente algum poder. Quando o homem não negocia com a mulher pelo fato dela ser uma mulher, estamos diante de uma prática explícita do machismo, que toma o homem ainda hoje como "sendo o único provedor das necessidades domésticas. (MACHADO; MACHADO; 2012, p. 22).

Na tentativa de desnaturalizar essa preleção e desconstruir o mito de que as mulheres são frágeis e não servem para atuarem nos espaços públicos, as mulheres, em especial, feministas buscam confrontar-se na luta contra a violência, seja ela sexual, psicológica ou simbólica.

Na realidade em análise, as mulheres rurais são agentes ativas no contexto do processo de produção agrícola, na criação de animais, no abastecimento de água, na plantação de alimentos, ocupando terras, educando os filhos/filhas, enfim, são trabalhadoras rurais, e por isso mesmo, faz-se necessário discutir acerca da divisão social do trabalho, a qual torna as mulheres injustiçadas e invisibilizadas.

A divisão sexual do trabalho e as formas de construção do feminino a elas relacionadas fazem com que as mulheres tenham chance relativamente menores do que os homens de ocupar posições na política institucional, e de expressão política no debate público, a

perspectivas menores possibilidade de influenciar as decisões e a produção das normas que as afetam diretamente” (BIROLI, 2018, p.24).

A divisão social do trabalho resulta na posição de subalternidade, pois contribui para a não participação nos espaços de participação política. A atuação das mulheres no espaço político dos sindicatos rurais não é um caminho considerado fácil, pois, além da divisão social do trabalho, existe uma divisão da representação dos papéis sociais, “as pautas de mulheres” e as pautas dos homens, mesmo que de forma abstrata, como se os temas ligados a questões das desigualdades de gênero, fossem apenas responsabilidade das mulheres.

A jornada cotidiana da mulher no campo é subestimada, uma vez que o trabalho na roça fica subsumido no doméstico visto com extensão de suas atribuições de mãe, esposa, dona de casa, naturalmente considerados parte das relações afetivas (FISCHER, 2006, p. 61).

As atividades do âmbito doméstico e relacionadas ao cuidado são tidas como “obrigação das mulheres”, uma vez que, em sua maioria, são realizadas por elas. Não incomum, uma cobrança social na família, na qual essa prática é internalizada e faz com que se vejam culpabilizadas por estarem em outros ambientes para além do doméstico.

A inserção das mulheres frente aos sindicatos rurais é, antes de tudo, a busca por reconhecimento e acesso às políticas sociais. Porém, a mulher quando adentra no espaço público, ela enfrenta as pedras do machismo e patriarcalismo em seu caminho:

Via de regra, podemos afirmar [...] que o papel de mãe, esposa e trabalhadora manteve-se por muito tempo sob quase total invisibilidade quanto à emancipação sócio-cultural. (MACHADO; MACHADO, 2012, p. 24).

As mulheres que ousam lutar, indo em busca de ocupar os cargos e atuam nas demandas de forma geral, tais como aposentadoria rural, acesso a cisternas de placas, bancos de sementes, acesso à terra e orientações jurídicas dos mais variados contextos, como o caso da luta contra a implementação da energia eólica, enfrentam preconceitos. A participação das mulheres na busca por melhor qualidade de vida,

vem, de algum modo, desconstruindo e desnaturalizando a cultura de a mulher ser responsável apenas pela reprodução e cuidados familiar.

As mulheres que estão no comando das instituições sindicais rurais e procuram incluir as pautas relacionadas à violação dos direitos femininos, assim como o acesso a políticas públicas voltadas para o atendimento de mulheres em situação violências, certamente estão quebrando paradigmas ainda mais desafiadores e construindo o empoderamento feminino, “tradução literal do inglês *empowerment*. Significa atribuir poder às mulheres, elevando, por exemplo, sua autoestima” (SAFFIOTI, 2015, p. 99) e construindo o novo espaço de poder.

As mulheres que compõe STR de Queimadas são pessoas da mesma localidade que compartilham elos parentais e de afinidade com alguns sindicalizados/as, sendo comunidade e dialogando em comunidade. No caso das associadas, elas se sentem “pertencentes” a este espaço, de certo modo, seguras para relatar e desabafar sobre todo tipo de violência sofrida. Seja por identificação, seja pelo fato da instituição realizar o trabalho de formação sobre direitos das mulheres e estar inserida em seus movimentos sociais.

Além de estarem ocupando espaços de reivindicação, como a inserção no Conselho Municipal do Direito da Mulher do município de Queimadas, dirigentes sindicais realizam encaminhamentos à rede municipal, para os órgãos de atendimento a situações de violação de direitos das mulheres, no âmbito municipal, como CREAS, CRAS, a Gerência de Políticas para as Mulheres e a Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres (DEAM), assim como organismos estaduais como o Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes, que atende mulheres em situação de violência doméstica e sexual:

Em relação a atuação do Sindicato Rural de Queimadas, eu percebo que elas buscam de certa forma atender o que vem sendo colocado pelas mulheres que estão em situação de violência doméstica, como sendo uma pauta importante a ser tratada pelo sindicato. Encaminham as mulheres para que as instituições que atendem as mulheres em situação de violência doméstica possam apresentar uma solução. E buscam conscientizá-las acerca de seus direitos, seja nas palestras quando são realizadas ou em outras atividades de formação. No caso do Centro Estadual de Referência da Mulher, este possui uma parceria e o serviço já chegou atender vários casos (Luciana Basílio, Assistente social do CERMFL).

É importante destacar que a cultura da violência contra as mulheres só será desnaturalizada quando muitas delas reconhecerem a opressão causada pelo machismo. Para isso, torna-se importante o processo de formação, com informações e conhecimentos acerca da representação e do seu papel na sociedade.

Assim, como forma de orientar e trazer informações acerca da violência doméstica contra as mulheres, o STR realiza várias atividades de cunho formativo, como participar de ações de intervenção social junto à Rede de Enfrentamento e Atendimento à mulher em situação de violência do município e incentivar movimentos de mobilização de luta contra a violação dos direitos humanos das mulheres.

É importante ressaltar que a organização sindical rural do município de Queimadas realiza atividades centradas não apenas nas questões da agricultura familiar, mas também de enfrentamento a situações de violação de direitos, sobretudo, das mulheres.

Estas agentes sociais estão em contato direto com processos educacionais de transformação social, pois o simples fato de participarem de atividades coletivas, dialogando, aprendendo novas experiências, implica dizer que tais experiências se constituem em vivências de conhecimento e processos de aprendizagem. É histórica a presença da educação popular nas organizações sociais do campo, especialmente, como forma de resistência à violência praticada, como ocorreu, por exemplo, durante o regime militar iniciado em 30 de março de 1964:

Em meados de 1980, as organizações da sociedade civil, especialmente ligadas à educação popular, incluíram a educação do campo na pauta dos temas estratégicos para a democratização do país. Nesse ambiente político, aliando mobilizações e experimentação pedagógica, passam a atuar juntos sindicatos de trabalhadores rurais, organizações comunitárias do campo, educadores ligados resistência, à ditadura militar, partidos políticos de esquerda, sindicatos e associações de profissionais da educação, setores da igreja católica identificados com a teologia da libertação e as organizações ligadas à Reforma Agrária, entre outras (RIBEIRO, 2014, p.4).

Durante os anos 1980 existiam outras preocupações para além da violência doméstica, não que esta não existisse. Porém, a luta pela reforma agrária e a preocupação com uma educação que se atentasse com questões identitárias, tais como: O Movimento Sem Terra (MST), o Movimento de Atingido por Barragens (MAB), a Comissão da Pastoral da Terra (CPT) dentre outros, tratavam de estarem

dialogando com a população através da Educação Popular. Os sindicatos rurais eram e ainda são espaços de aprendizado e educação:

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios aquém o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicista mente compartimentada, mas nos homens como corpos conscientes e consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser um depósito de conteúdos, mas à da problematização dos homens em suas relações com o mundo (FREIRE, 2019, p.94).

A Educação Popular pode estar presente nas organizações sindicais rurais de diversas maneiras. Quando se debate sobre desigualdade e violência de gênero, assim como quando se busca transformar a realidade vivida através de reivindicações por acesso a políticas públicas e sociais, bem como, quando os atores e atrizes sociais se reconhecem como sujeitos da própria história por meio de práticas educativas coletivas. Nesse sentido, ações de cunho educativo sobre questões de empoderamento feminino no enfrentamento à violência doméstica e sexual são relevantes para que as mulheres possam sair do ciclo de violência doméstica.

Assim, a partir do próximo tópico, destacaremos algumas atividades de formação realizada pelo STR de Queimadas em parceria com outras instituições que compõem a Rede de Enfrentamento e de Atendimento e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, pois consideramos importante como processo educacional e reflexivo, para que seja possível construir novas práticas culturais e que as mulheres não sejam tratadas de forma desigual e violenta, nos espaços privado e público.

#### **4.1.1 Comitê Ana Alice**

O Coletivo Comitê Ana Alice foi criado em 2012 por iniciativa do STR de Queimadas, com o objetivo de contribuir nas investigações do caso de sumiço da Jovem Ana Alice de 16 anos. Ela desapareceu quando retornava da escola por uma estrada de terra na região rural no sítio Bodopitá. A direção do STR, preocupada com a situação, dirigiu-se à delegacia junto com a família para a realização do Boletim de Ocorrência e solicitação de providências.

No entanto, ao chegar à delegacia foi indagada com questões de teor machista. Situação de desconforto que deixou a direção do STR inquieta e estarrecida. Em face disso, tiveram a ideia de criar um comitê, com a presença de vários advogados e advogadas, representações de entidades e pessoas da comunidade para que fosse possível cobrar justiça pelo sumiço da jovem Ana Alice. Na época, a compreensão era de que, através do citado comitê, fosse possível maior seriedade da polícia e justiça local em relação ao caso:

O assassinato aconteceu em 2012, a mãe da Ana Alice era sócia no sindicato. A jovem foi assassinada, mas até então a gente achava que ela tinha saído porque queria ir para algum lugar, então passamos a procurá-la, passaram-se uns dias e a gente começou a buscar ajuda para tentar encontrar. É muito difícil, porque o problema acaba sendo somente da pessoa que tá sendo vítima, da família que está passando pela situação. A sociedade precisa entender que o problema é de todo mundo, inclusive da justiça e naquela época a gente não tinha seccional, a gente não tinha uma delegacia especializada para atendimento das mulheres, quem respondia na delegacia era o delegado que atendia todas as situações. Nós íamos à delegacia e procurávamos saber sobre o andamento do caso e questionávamos o delegado da época [...] não tinha resposta e ainda trazia indagações machistas em relação ao desaparecimento de Ana Alice. Quando questionado na delegacia, ele disse que a gente teria que ter cuidado porque senão a gente seria a próxima pessoa a ser interrogada, E como nós iríamos ser interrogadas se nós tínhamos nada a ver com a situação [...] saímos indignadas porque muitas vezes a justiça que é para nos proteger, mas muitas vezes é quem comete ainda mais violência com a gente. Na época eu não achava, mas hoje pelo conhecimento adquirido, eu sei que ele cometeu violência contra as mulheres que estavam ali buscando a jovem. Porém a gente queria uma resposta e a gente não conseguiu encontrar, então resolvemos encontrar do nosso jeito e resolvemos procurar mesmo, porque a justiça não estava muito engajada, querendo ouvir pessoas [...] a gente se juntou com outras organizações que foi que nos fortaleceu se não a gente não teria encontrado forças e tinha parado pelo meio do caminho. Outras organizações como a própria Marcha pela vida das Mulheres e uma equipe de advogados que foi contratado pelo movimento social e pelo próprio sindicato e outras organizações de mulheres [...] formamos um comitê e este comitê teve um papel fundamental no desfecho da morte de Analice [...] começou a cobrar, e foi diferente, não era só as mulheres do sindicato de Queimadas que estavam cobrando justiça, eram várias organizações e advogados, então a gente começou a cobrar começou a fazer mobilização e esse comitê fortaleceu a nossa luta ainda mais. Hoje não existe porque ele foi criado para aquele momento e para aquela época e contribuiu muito para o desfecho desse crime. (Ana Paula Candido, vice-presidente do STR, 2023).

O comitê realizou reuniões para traçar estratégias de ações educativas que pudessem sensibilizar a população em relação ao desaparecimento da jovem Ana Alice. Assim, o sindicato, através desse comitê, realizou atividades educativas, não só para que a população ficasse ciente em relação ao caso, mas para que acontecesse maior resolutividade por parte da justiça:

A reunião daquele coletivo já é preparatória à realização do julgamento de Leôncio Barbosa de Arruda, acusado do assassinato da jovem agricultora Ana Alice de Macedo Valentim, crime que aconteceu no dia 19 de setembro de 2012, na comunidade Bodopitá de Queimadas e que terá o julgamento no dia 18 de agosto próximo, tendo como local a Câmara Municipal de Queimadas. Do encontro desta quarta-feira (08) participaram componentes de diversas entidades do Polo Sindical da Borborema a exemplo da ONG AS-PTA, Polo Sindical da Borborema, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Queimadas, ONG Centrac que traçaram toda uma linha de ações educativas e de advertência que serão trabalhadas durante as semanas que antecedem o 18 de agosto quando serão trabalhadas palestras em escolas e comunidades, distribuição de materiais informativos sobre o julgamento e sobre as formas de violências e o processo de intervenção da sociedade civil organizada, participação em programas de rádios, televisões e visitas às redações de rádio da cidade (Studio rural, 09 de julho de 2015).

Como se evidencia na reportagem acima, a organização do comitê foi imprescindível para que o assassino da jovem Ana Alice fosse encontrado. Após muitas estratégias e engajamento da população, o assassino extremamente cruel e que já havia feito outras vítimas foi finalmente encontrado. Ele confessou o crime e indicou o local que havia enterrado o corpo. Ana Alice foi estuprada e brutalmente assassinada a pauladas. O seu corpo estava enterrado no quintal da casa do criminoso.

Ele foi julgado, cumpriu alguns anos de pena no presídio do Serrotão, em Campina Grande, porém acabou fugindo em 2015. Esse fato trouxe a necessidade de retomar a articulação do comitê. Desta vez, além da preocupação de saber que um assassino estuprador estava solto, havia também a preocupação da situação de risco, pois o assassino sabia quem foram as mulheres dirigentes do STR que organizaram o comitê que promoveu a mobilização da sociedade civil e resultou na sua prisão. É importante destacar a angústia da família de Ana Alice com impunidade:

Inclusive a gente do movimento social e do comitê também estava assustada, porque ele sabia quem era cada uma pessoa [...] ele foi preso, foi para o presídio de segurança máxima PB1ano passado [...] ele faleceu. Mas assim, a gente percebe que se a gente não se unir, se as mulheres não se unir a gente não consegue atingir o nosso objetivo em todos os sentidos, porque a violência doméstica, a violência contra mulher é um problema de toda a sociedade [...] quando a gente vê uma companheira nossa passando por alguma situação de violência, a gente tem que imaginar e se fosse eu, se fosse minha irmã, a gente precisa fazer com que ela perceba que está em risco e possa sair da violência. (Ana Paula Candido, 2022, STR)

Pela narrativa acima, faz-se necessário refletir o quanto são importantes o engajamento e a mobilização para o enfrentamento à violência contra as mulheres, pois, se as mulheres que receberam num primeiro momento a negativa por parte do delegado não tivessem se articulado em busca de respostas, talvez ainda hoje a família de Ana Alice ainda não soubesse do paradeiro do estuprador e assassino da sua filha.

Figura 3- Mobilização do Comitê Ana Alice



Fonte: Disponível em [www.bing.com/images/search](http://www.bing.com/images/search)

Este fato também nos leva a concluir que o machismo está presente em todos os espaços, infelizmente, até nas organizações que representam a justiça e que, muitas vezes, revitimizam as mulheres. Isso nos mostra também a importância de uma

delegacia especializada no atendimento à mulher, que tem como objetivo acolher sem julgamentos de valor e garantir que sejam atendidas de forma humanizada e digna.

O comitê Ana Alice, com órgãos estatais, como foi o caso do diálogo com a Secretaria Estadual de Mulheres e da Diversidade Humana, a Secretária de Segurança Pública do Estado e Ministério Público é exemplo de uma exitosa ação promovida pela direção do STR de Queimadas, objetivando a investigação do Caso Ana Alice, exigindo que fosse tratado com a seriedade investigativa e processual e não baseado em achismos preconceituosos.

#### **4.1.2 O STR na mobilização por justiça no caso da Barbárie de Queimadas**

O STR participou do processo de mobilização para que ocorresse a prisão e julgamento dos assassinos e do mentor do crime de estupro coletivo conhecido como a Barbárie de Queimadas, em 2012. A luta foi para que, da mesma forma que aconteceu com o assassinato da jovem Ana Alice, os culpados fossem julgados na Capital João pessoa em júri popular.

Esse crime teve forte repercussão pelo requinte de crueldade executado pelos agressores. Os criminosos planejaram fingir um assalto durante uma festa de aniversário e durante a ação estupraram cinco mulheres que participavam da festa. O mentor do crime, Eduardo Pereira, estuprou e assassinou duas mulheres, a professora Isabella Pajuçara Monteiro, de 28 anos e a recepcionista Michelle Domingos, de 29 anos.

Após o ocorrido, as famílias enlutadas se uniram aos movimentos de mulheres em pedido de justiça e para que o julgamento do assassino fosse popular e tivesse ampla divulgação na imprensa regional e nacional. Foi nessa mobilização que o STR também se inseriu. Durante o movimento que foi intitulado “Somos Todas Mulheres de Queimadas”, muitas organizações se uniram para que a justiça fosse feita, dentre elas a Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana e a Secretaria de Segurança Pública.

O mentor do crime foi levado a júri popular e condenado a 108 anos de prisão, cumpriu 08 anos na penitenciária de segurança máxima do Estado da Paraíba, atual PB1, mas encontra-se foragido. Recentemente o Programa Linha Direta, da Rede

Globo, voltou a divulgar o caso e pedir solução das autoridades envolvidas nesse doloroso crime ocorrido em Queimadas.

#### **4.1.3 A Mulher Negra no Espaço Rural: resistir, construir e avançar**

Essa atividade foi realizada durante o mês de novembro 2022, lembrado como o mês alusivo à questão da igualdade racial. O evento foi realizado na sede do STR e aberto ao público. Contou com a participação de estudantes da rede de educação básica e do serviço de convivência do município. A palestra realizada a respeito do racismo estrutural e suas representações, foi apresentada pela Professora Dra. Francielle Suênia da Silva (UEPB). Na referida atividade também houve o diálogo sobre a realidade das mulheres negras no espaço rural, questão levantada por Adeilma, jovem negra e Secretária do STR.

Durante o diálogo, observamos na condição de pesquisadora, o relato de Adeilma. Ela expôs o quanto já se sentiu vítima do racismo. A dirigente falou que no passado havia manifestado o sonho de cursar uma universidade e fazer o curso de história. Alguém que estava ao seu lado, começou a rir, e indagou: “Você? Por que você não se enxerga?”

Segundo ela, naquele momento sentiu-se inferiorizada em face da condição da sua pele. Todavia, após participar das atividades do SRT, percebeu que foi vítima do racismo e do preconceito por ser da zona rural. A dirigente atualmente busca, não somente realizar esse sonho de cursar a graduação, mas também tem como missão enfrentar o racismo.

Percebemos naquele momento que a jovem dirigente estava um pouco apreensiva, pois era a primeira vez que compunha uma mesa para debater sobre um assunto tão complexo e que representava também um sofrimento pessoal.

O relato de Adeilma nos permitiu notar o quanto é necessário debater sobre o racismo em entidades como o STR, para que as pessoas percebam sua gravidade e possam enfrentá-lo e combatê-lo. Assim, consideramos o racismo como uma “forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (ALMEIDA 2019, p. 22). O racismo ainda é um gravíssimo problema social presente

em nossa sociedade, reproduzido através das práticas culturais no cotidiano e também dentro das instituições, por isso, torna-se mais do que necessário debatê-lo e enfrentá-lo.

Como vimos, a referida atividade torna-se relevante no tocante ao empoderamento das mulheres negras, porque, além de enfrentar os desafios das desigualdades de gênero resultantes do patriarcado que causa a dominação das mulheres, elas também enfrentam os impactos do racismo em todas as suas dimensões. Além desses marcadores sociais, ainda há o fato ser da zona rural, o que torna ainda mais desafiador para estas mulheres conseguirem reconhecimento e o acesso às políticas públicas e direito à cidadania.

#### **4.1.4 Palestra: “Violência doméstica contra a mulher: debatendo para enfrentá-la”**

Durante as atividades de pesquisas foram debatidos os seguintes temas: desigualdades de gênero, relevância da lei Maria da Penha e como acessar os organismos de atendimento à mulher em situação de violência doméstica que compõe a rede.

Na exposição sobre violência doméstica foi dada ênfase à questão da violência psicológica, destacando que esta é invisibilizada e naturalizada, mas causa impactos na saúde mental e física das mulheres. De acordo com a Vice-presidente do STR, dias após a realização dessa palestra, foi observado um retorno de mulheres para informar o que estava se passando, em termos da situação de violência e que após as informações passadas durante a atividade realizada na instituição, algumas sentiram a necessidade de procurar os serviços da rede na busca de sair do ciclo da violência, inclusive, ir até a delegacia para denunciar:

[...] eu sempre soube, assim...era com palavras, do meu esposo, que hoje eu sou viúva, tem um mês que ele faleceu, eu nunca tive coragem de procurar ajuda, nunca procurei, aí teve uma palestra e tinha uma moça falando sobre violência contra mulher, aí eu criei coragem e procurei a Paula e Adelma, e elas me indicaram essa moça que trabalha lá no CREAS e daí por diante elas começaram a me ajudar (F.C, STR, 2023).

Durante a realização da pesquisa, enquanto tomávamos um café na cozinha do STR de Queimadas, conversávamos sobre diversas questões, quando uma das mulheres da diretoria colocou que, ao mesmo tempo que estava satisfeita em está contribuindo para um mundo mais justo para as mulheres, sentia-se preocupada, pois tinha medo de estar em risco, já que todos da comunidade as conhecem, mas que jamais deixaria de ajudar uma mulher em situação de violência.

Foi neste momento que ela relatou que algumas mulheres procuraram o STR após a palestra sobre violência doméstica. Ela também estava bastante preocupada, porque uma das mulheres que foi ameaçada e foi encaminhada para a Rede de Atendimento, estava abalada psicologicamente, pois o agressor havia cometido suicídio e algumas pessoas da comunidade e familiares do marido agressor a culpavam pelo ocorrido. A mulher estava sendo acompanhada pela Rede de Atendimento À Mulher em Situação de Violência municipal e recebendo atendimento psicológico, uma vez que o agressor já havia falecido.

Dando continuidade a esta pesquisa, foi realizado a entrevista com a referida senhora, vítima da agressão. Ela estava bastante abalada psicologicamente, vestia roupa preta e possuía um semblante entristecido. Ao decorrer do diálogo e apresentação das questões da pesquisa, ela expressou que o ex-marido estava comentando que iria assassiná-la e depois cometer suicídio. Ao tomar conhecimento da situação, ela conseguiu fugir da cidade. Posteriormente, o agressor, não a encontrando, cometeu suicídio:

[...] eu cheguei para o meu esposo e disse que não queria mais viver com ele, porque ele me agredia com palavras. Lá atrás já chegou a me bater, traição, vendia tudo que eu tinha e ele gastava com mulheres e depois voltava de novo [...]. Falava que se um dia eu deixasse ele, ele me matava e depois se matava, aí fez um mês já, tentou, me procurou ainda pra me matar, mas Deus é tão maravilhoso que eu não estava em casa e foi tirar sua própria vida. (F.C 2023, STR).

Quando o filho do casal chegou em casa encontrou o pai pendurado com uma corda no pescoço. Apesar de estarrecido, ele comunicou a situação para sua mãe, pois já era ciente do histórico de violência que desencadeou aquela tragédia familiar em que também era vítima das agressões praticadas por seu pai.

Essa situação evidencia a vulnerabilidade de uma mulher vítima da violência doméstica e que, no caso supracitado, ela escapou por pouco de um ato de

feminicídio, considerando as constantes ameaças de morte, pelo simples fato de ter decidido sair daquele ciclo no qual viveu durante muitos anos.

O fato é que muitas mulheres temem sair de um relacionamento abusivo, com medo de morrer, e acabam perdendo a própria condição de vida, no sentido da dignidade:

[...] são espancadas, humilhadas, estupradas e, muitas vezes, assassinadas por seus próprios companheiros e, com frequência, por ex-companheiros, ex-namorados, exalantes. Sobretudo quando a iniciativa do rompimento da relação é da mulher, esta perseguição, esta importunação, este molestar pode chegar ao feminicídio. Várias mulheres nestas condições solicitaram proteção policial. (SAFFIOT, 2012, p.64).

Dessa forma, muitas mulheres vivem anos imersas num ciclo de violências, que se inicia com a tensão, os xingamentos, as ameaças, humilhações e pressões psicológicas. Em regra, são transferidas para todo tipo de agressão física, após o acúmulo da tensão e, por último, com pedido de desculpas e promessas de mudanças por parte do agressor.

Esse ciclo vai se repetindo com situações de violência cada vez mais frequente e grave. Para uma mulher que já vem vivenciando tal situação, a exemplo da nossa entrevistada, que decidiu sair desta condição, torna-se necessário o acolhimento para que ela se sinta segura e fortalecida. Mas só é possível acontecer o acolhimento seguro se a Rede de Assistência À Mulher em Situação de Violência estiver ao seu alcance.

Com uma Rede de Assistência À Mulher em Situação de Violência em pleno funcionamento, é possível que essa mulher não seja revitimizada e vivencie os dolorosos caminhos da rota crítica. Deste modo, o acesso a políticas de segurança também é um fator relevante para superar e romper o ciclo da violência contra a mulher, sobretudo das mulheres isoladas no campo.

Sobre essa questão, Saffiot enfatiza ao falar das dificuldades de rupturas com o ciclo da violência doméstica:

A violência doméstica ocorre numa relação afetiva, cuja ruptura demanda, geralmente, intervenção externa. Raramente uma mulher consegue desvincular-se de um homem violento sem auxílio externo. Até que isto ocorra, descreve uma trajetória oscilante, com movimentos de saída da relação e de retorno a ela. Este é o chamado ciclo da violência (SAFFIOT, 2012, p. 84).

A mulher em uma permanente situação de violência doméstica, não se encontra em tal condição por “gostar”. Por vezes, possui forte dependência emocional e não dispõe de autonomia financeira, algo que impede que se liberte de um ciclo de violência.

Na maioria das situações o agressor é a pessoa com quem essa mulher viveu grande parte de sua vida, inclusive, em inúmeras situações, como pai de seus filhos. Por isso é “naturalizada” essa condição na sociedade que educa mulheres para “aguentar” e “cuidar”, dificultando o rompimento com as raízes do machismo e da dominação, tudo em nome da manutenção da estrutura familiar.

Para que as mulheres possam, efetivamente, sair de um ciclo de violência, elas precisam, primeiro, reconhecer que vivem nessa condição, sobretudo, na condição da violência psicológica, que é um forte agravante, pois não é de fácil ter essa percepção. Assim, torna-se mais do que necessária a promoção de atividades com teor formativo para que mulheres se percebam e reflitam sobre um estado de violência que se encontram imersas:

As meninas do sindicato me orientaram a procurar o CREAS, depois de ir lá eu solicitei a Medida Protetiva e pedi para me colocar no programa da Patrulha Maria da Penha, pra ele parar de me perseguir, porque ele ficava mandando mensagem, ficava atrás de mim, aí ficava fazendo chantagem emocional com a minha filha, tudo aquilo ficava mexendo com o psicológico dela, ela ficava pensando que eu era ruim e que estava afastando o pai dela da gente. Minha filha começava a chorar, ficava nervosa, acabou que chegou um tempo que ela estava me agredindo, ela nunca foi de me agredir, ela é só uma criança de 6 anos, aí foi aonde eu fui na delegacia prestar um B.O, que até então eu não ia fazer, mas aí no caso, eu peguei e fiz justamente por conta disso, porque eu não estava aguentando ver minha filha naquela situação de tristeza. Eu sei que ela queria o pai dela junto com a gente, mas infelizmente pra mim, não estava dando mais. Aquela briga constante, xingamentos e eu não estava mais aguentando minha filha vendo aquela situação, ela estava ficando uma criança rebelde, que graças a Deus, ela melhorou bastante, depois que a gente se separou, graças a deus ela está bem [...] (Elaine Martins, STR, 2022).

Como podemos observar na narrativa da nossa entrevistada, o sofrimento psicológico pode trazer danos não só à mulher que passa pela violência de forma direta, mas também traz impactos à vida das crianças que presenciam tais agressões e, muitas vezes, acarreta problemas psicológicos que resultam em consequências para uma vida inteira. Por isso, práticas e ações voltadas para o debate sobre as

desigualdades de gênero e violência doméstica tornam-se de suma relevância não só para as mulheres, mas para os filhos e filhas.

#### **4.1.5 Palestra: Pobreza Menstrual: um problema social e de Saúde Pública**

O STR realizou uma atividade sobre a questão da pobreza menstrual junto à Gerência de Políticas para Mulheres do município de Queimadas. Na ocasião foram entregues absorventes higiênicos.

A discussão acerca da pobreza menstrual também é uma realidade das mulheres do espaço rural. Embora não pareça, o debate ainda é um tabu e necessita ser tratado como questão de direitos humanos, saúde e políticas públicas.

Na referida palestra foi enfatizado que a questão da pobreza menstrual afeta principalmente as mulheres e, ao contrário do que se é reproduzido culturalmente, a menstruação não é algo apenas do corpo físico, tão pouco uma questão individual ou subjetiva. Esta também pode ser considerada uma questão coletiva por trazer impactos à vida social de meninas e mulheres, por estar relacionado às questões da pobreza e desigualdade social.

No diálogo, foi evidenciado que as mulheres são ensinadas a disfarçar a menstruação, esconder o sangue, disfarçar a cólica, controlar a tensão pré-menstrual, esquecer a relação sexual durante o período menstrual e se controlar para não parecer histérica. Durante a atividade algumas mulheres expuseram como algumas delas faziam, quando estavam no período menstrual e quais as formas de higienização.

Em alguns relatos foi posto que elas não consumiam alguns alimentos porque poderiam causar algum problema de saúde. Algumas afirmaram que tomavam banhos em açudes e escondidas, para ninguém saber que estavam menstruadas.

Após discussões e relatos, a palestrante trouxe para o debate a questão do controle sobre os corpos das mulheres e enfatizou que debater sobre a pobreza menstrual, como também dialogar sobre desigualdade de gênero na dimensão dos direitos humanos e saúde pública.

Aqui, percebemos que a questão das desigualdades de gênero está presente em diversas situações. Podemos visualizar a pobreza menstrual como uma delas. É

importante compreendermos que debater sobre esse assunto no Brasil é dialogar com políticas públicas de saúde e políticas afirmativas de gênero.

Tratar dessa problemática é tratar de direitos humanos e cidadania. Em cada lugar do Brasil que tenha uma pessoa que menstrua sem dignidade, existe a necessidade da intervenção do Estado por meio de políticas públicas. Não se trata apenas da distribuição do absorvente, que é de suma relevância, mas trata-se de incluir esta (pobreza menstrual), como um debate preciso, para que se desconstrua os estereótipos impostos culturalmente, de tratar a menstruação com pequeno valor ou individualizada.

Por fim, essa questão torna-se relevante para que, através da desmistificação da menstruação, possa existir a cobrança do direito de menstruar dignamente, pois infelizmente, ainda existem mulheres que estão em situação de extrema pobreza e não têm o acesso a produtos básicos de higienização, nem mesmo água encanada e banheiros.

#### **4.1.6 Projeto Rotas de Assistência às Mulheres**

No contexto do envolvimento do STR em atividades de formação e da contribuição deste no enfrentamento à violência contra a mulher, a referida instituição busca ocupar espaços e desenvolver ações que possam chegar até elas. Não à toa desenvolveu um projeto junto à Gerência de Políticas Públicas para mulheres do Município de Queimadas e os outros serviços que compõe a rede o projeto denominado Rotas de Assistência às mulheres (Figura 4) que, entre outras questões fundamentais, busca apresentar e oferecer acesso rápido aos serviços de assistência para mulheres que residem na zona rural, assim como, identificar, através da escuta técnica e especializada, situações de violação de direitos humanos, tais como a situação de violência doméstica e sexual.

O STR participa e articula, juntamente com outros serviços, a Rede de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres do município de Queimadas. A rede se reúne para traçar estratégias e encontrar resolutividade referente às demandas relacionadas à violação dos direitos das mulheres.

Figura 4- Projeto Rota



Fonte: Acervo

De acordo com a Vice-Presidente do STR, Ana Paula Cândido, na entidade sindical já havia a preocupação de como atuar para que as mulheres agricultoras que se encontram no espaço rural pudessem acessar as políticas públicas de assistência do município, sobretudo, em relação à violência doméstica e sexual.

Considerando que a maioria dos serviços se encontram no espaço urbano, o sindicato se articulou para levar para a essa rede uma proposta de projeto que pudesse ampliar os serviços até a zona rural. A proposta era de uma articulação entre todos os serviços, para que estes fossem até as mulheres que estão em lugares remotos e de difícil acesso, oportunizando o acesso às políticas de assistência:

Foi a partir de uma ideia do sindicato que o município implantou o projeto, e esse projeto voltado para as mulheres [...] ele por sinal teve seu encerramento hoje, o último encontro, mas que ele tomou várias dimensões a partir dessa iniciativa. O 'Rota das Mulheres' é um projeto que está em execução, em parceria com outras secretarias e partiu de

uma ideia do sindicato dos trabalhadores rurais, onde o sindicato começou. Na verdade, houve uma inquietação de provocar a gestão municipal a levar as ações que a gente já desenvolve na sede, também para atender as mulheres da zona rural e isso é bastante interessante, porque a partir dessa ideia que foi numa roda de conversa dentro da rede, a gente conseguiu colocar em prática esse projeto e a gente considera que muitas mulheres já foram alcançadas a partir desse trabalho, a partir dessas ações que o município desenvolve em prol da proteção dos direitos das mulheres. (Maria Alzenira, Secretária de Desenvolvimento Social do Município de Queimadas, 2023).

A proposta de levar os serviços de assistência para a zona rural foi acatada pela rede e pela gestão municipal e desenvolvida, levando à zona rural algumas políticas Intersecretoriais, através de oficinas, escuta especializada, encaminhamentos e atendimentos a rede de serviços. A linha central era trabalhar direito e cidadania, tendo como público-alvo mulheres rurais. As atividades foram realizadas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS).

O projeto contou com a participação das secretarias, de Desenvolvimento Social (SMDS), Secretaria de Educação (SEDUC), Secretaria de Cultura (SECULT), e o Sindicato de trabalhadores Rurais (STR). O Rota de Assistência às Mulheres abrangeu as seguintes localidades rurais: Olho D'água, Zumbi, Riacho do Meio, Boa Vista, Ligeiro I e II.

O projeto realizou oficinas e rodas de debates nas UBS da Zona Rural, através de grupos de debates, sendo cada organismo responsável pela realização das oficinas. A divisão foi realizada por meio de grupos temáticos, organizados da seguinte forma: Grupo 1: Direito e Cidadania: Um Passo Decisivo Para Igualdade De Gênero; Grupo 2: Direito e Cidadania: Um Exercício Diário; Grupo 3: Mulheres Avante: Agricultura Familiar, Cultura, História e Qualidade De Vida Na Cidade Das Pedras; Grupo 4: Saúde e Direitos Da Mulher; Grupo 5: Autocuidado Através da Educação Emocional: Cuidar de si: um olhar em promoção da vida; Grupo 6: A Força Da Mulher: Maior Que Qualquer Vento Contrário; Grupo 7: Frutificando Seu lar; Grupo 8: Preparando o presente, pensando o futuro.

Os grupos realizavam os debates, preenchiam a ficha de inscrição do projeto, que continham as seguintes questões: nome, faixa etária, escolaridade, profissão, estado civil, gênero, orientação sexual, uso de medicação, número de filhos, renda familiar, situação de moradia, religião, participação em associação ou grupo comunitário e qual o sonho.

O projeto contou com 558 participantes em 16 unidades de saúde, sendo preenchidas 266 fichas. De acordo com dados da Secretaria de desenvolvimento Social, 09 mulheres foram encaminhadas para a rede de atendimento à mulher em situação de violência.

As reuniões aconteciam mensalmente na segunda quinta-feira de cada mês e tiveram duração de um ano. O STR ficou responsável por dois grupos de debates: Mulheres Avante: Agricultura Familiar, Cultura, História e Qualidade De Vida Na Cidade Das Pedras. Ambos os temas eram referentes à importância da mulher na agricultura familiar, riscos dos agrotóxicos para a saúde, empoderamento feminino, violência doméstica e os impactos das empresas de energia eólicas para a saúde mental das mulheres.

As atividades eram sempre realizadas em conjunto com outros serviços. Os referidos grupos realizavam as atividades em parceria com a Secretaria de Comunicação Social. Algo que nos chamou muito atenção ao acompanharmos algumas atividades do projeto Rotas de Assistência às Mulheres, foi que existia uma preparação do ambiente, um roteiro, a acolhida, dinâmica de apresentação, exposição de conteúdo, debate e preenchimento da ficha de verificação de demandas.

Relatando a experiência: ao chegar à sede do STR, partimos para o sítio Olho d'água, comunidade rural de Queimadas onde se localiza uma Unidade Básica de Saúde. Ana Paula, Vice-presidente da entidade, carregava uma caixa contendo uns doces, especificamente, balas e bolas de sopro, para a realização da dinâmica. Na mesma caixa continham panfletos sobre agricultura familiar, bandeiras da marcha pela agroecologia e pela vida das mulheres, cartazes sobre a Marcha das Margaridas e informações sobre a Lei Maria da Penha, além de algumas flores de papel em formato de Margaridas.

A representante da SECOM, levava um violino e Banner com informações do projeto. Houve a apresentação da música "Asa Branca", de Luiz Gonzaga, tocada no violino por Anne Ferreira, que também recitou um poema de sua autoria "Viver sem Violência como um Direito". Após a acolhida com a citada apresentação artística, Ana Paula, Vice-Presidente do STR fez uma fala contendo as seguintes informações:

Hoje estamos aqui, por que sabemos da dificuldade que as mulheres do campo têm para acessar as políticas de assistência. Todas as mulheres têm acesso? Elas conseguem sair de fato de casa para buscar os serviços? Ou tem dificuldade porque o serviço que está

sendo oferecido não as contempla? Mas até onde eu posso ir, né? Com quem é que eu deixarei meu filho? São essas situações que a gente precisa refletir? Vamos compreender por que o sindicato está aqui, eu tenho certeza de que já passou uma outra equipe no mês passado nesse PSF, falando de outros serviços. Eu estou aqui enquanto sindicato, dizendo que sindicato permanece de portas abertas para orientar, para encaminhar, para buscar melhoria para as mulheres específicas da zona rural. Inclusive, a gente tá aí, lutando pelo PNHR. O que é isso? É um projeto que constrói, era o antigo minha casa, minha vida. E a gente já está fazendo o levantamento de famílias que moram na zona rural que não têm uma casa para morar. E é o sindicato que vai construir? Não! A gente não, a gente vai tentar fazer com que as nossas famílias, em especial aquelas que são chefiadas por mulheres, tenham uma casa para morar. Como eu faço? vai lá no sindicato, este está de portas abertas. Então a gente tá lá para informar e dizer o que precisa. Nós também estamos atuando para regularização fundiária, é uma luta do sindicato para ser entregar as escrituras públicas para todos os proprietários de Queimadas. Quem foi que buscou o sindicato? Quem está sendo beneficiado nas famílias, são as agricultoras. (Discurso de Ana Paula, STR, Projeto Rotas da Assistência a mulheres, 2022).

Em seguida, Ana Paula Cândido realizou uma dinâmica de grupo, a qual pediu aos participantes que pegassem um bombom e tentassem abri-lo com uma única mão. Como é praticamente impossível, ela pediu que elas pensassem outras formas para abrirem aquela embalagem. Foi então que as participantes entenderam que se a outra pessoa que estava em sua frente não ajudasse, seria uma tarefa quase impossível de resolver.

A referida dinâmica tinha o objetivo de mostrar a importância do trabalho em grupo. Por último, Ana Paula Cândido preencheu, juntamente com as participantes, a ficha, tarefa que, além de dialogar acerca de suas necessidades, buscava encaminhá-las para Rede.

Já o grupo “Frutificando seu Lar” foi desenvolvido no sítio Ligeiro I. O STR ficou também responsável por desenvolver as ações. Nele, foram tratadas questões do empoderamento feminino, da violência, e os agravamentos na saúde das mulheres com a implementação da energia eólica nas comunidades rurais. O objetivo central desse grupo foi trazer para o debate, o papel das mulheres no sustento da família, sobretudo, a utilização dos quintais produtivos. A questão era fazer despertar nas mulheres a percepção de que elas também são produtoras e que, portanto, o seu trabalho merecia um reconhecimento. Nos encontros, foi dado destaque ao papel do

trabalho feminino no campo, sempre produzindo, cuidando dos animais, das hortaliças, plantas medicinais, etc.

O Grupo Frutificando o Lar era voltado para a valorização dos arredores de casa, onde as mulheres se reconhecem, se encontram, e conseguem suas fontes de renda. Pois nos seus quintais, elas criam galinha para vendas de ovos, também produzem frutas e hortaliças. E é através dessas ações que elas conseguem uma segurança alimentar, utilizando os arredores de casa. No grupo agente traz a questão da valorização mulher por esse meio, o espaço vivido pelas mulheres, porque elas se acham pertencente a esse lugar, por isso as mulheres, elas se identificam. Então trazemos o debate da produção dos fundos rotativos solidários. A produção é realizada em casa pelas mulheres, as vezes elas dizem que não tem nada, que não trabalham, mas quando se olha para no arredor de casa de uma mulher, ela tem um pé de acerola, couve, coentro, banana, tudo cuidado por ela, e contribui desta forma para o sustento da família. (Adeilma Pereira, STR,2022).

O projeto Rotas de Assistência às Mulheres trouxe grandes impactos para as comunidades rurais de Queimadas. Em primeiro lugar, porque levou informações acerca das políticas de assistência para a comunidade como um todo e, em segundo lugar, porque levou conhecimento acerca das instituições que atendem mulheres em situação de violência, além de dialogar acerca dos direitos das mulheres.

O Projeto idealizado pelo o STR de Queimadas e executado pela Rede Municipal de Enfrentamento e Atendimento às Mulheres em Situação de Violência ganhou o prêmio de primeiro lugar, por sua ação inovadora no campo da assistência social da região Nordeste pelo programa IDEIA SUS da FIOCRUZ, que funciona como um articulador de práticas em saúde e ambiente que visa contribuir para o funcionamento do SUS.

O projeto Rotas de Assistência às Mulheres foi encerrado e teve a duração de 12 meses. O encerramento aconteceu através de uma avaliação, estando presentes representantes dos órgãos que participaram da ação e de instituições que foram para conhecer o trabalho desenvolvido, entre eles o STR, O Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), CREAS, CRAS, INCLUIR (Centro Especializado em Aprendizagem), QUALIFICA (Centro de Qualificação profissional), DEAM, UFPB, FIOCRUZ, e IDEA SUS.

A participação da FIOCRUZ através do IDEIA SUS aconteceu com o objetivo de conhecer de perto a experiência do projeto Rotas de Assistência às Mulheres, através a avaliação dos(as) participantes. O STR era a única instituição da sociedade

civil organizada e destacou a importância do acesso às políticas públicas para as pessoas que se encontram nos territórios rurais, enfatizando a necessidade de pensar os resultados alcançados para elaboração de políticas públicas permanentes.

O projeto Rotas de Assistência às Mulheres foi uma iniciativa para chegar até as comunidades rurais e apresentar, especificamente para as mulheres, serviços de assistência, assim como trazer informações acerca dos direitos e da cidadania. O Projeto conseguiu alcançar mulheres que estavam em situação de violência e precisavam acessar a Rede de Atendimento às Mulheres em situação de violência doméstica e sexual.

#### **4.1.7 Curso: Formação Política para Mulheres – CONTAG**

O STR participou do curso de formação Política para Mulheres realizado pela CONTAG, em abril do corrente ano. O principal objetivo foi contribuir no processo formativo de mulheres sindicalistas de todo o Brasil.

O curso contou com a participação de 89 mulheres e foi realizado na perspectiva de proporcionar formação para as mulheres que estão à frente dos sindicatos rurais. Nele foram abordados temas acerca das questões de igualdade de gênero, buscando contribuir para o empoderamento das mulheres. Assim como, o objetivo de trazer subsídios à construção da Marcha das Margaridas, tendo como lema: “Margaridas em Marcha pela Reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver”.

A referida marcha é considerada a maior ação protagonizada por mulheres na América Latina, sua organização e preparação já vem acontecendo desde o ano de 2001. Assim, as mulheres seguem agrupando e se organizando, na perspectiva de marchar na busca de igualdade, visibilidade, cidadania e na luta contra a opressão e machismo.

A Marcha das Margaridas é um caminho coletivo de construção de um projeto de sociedade que propõe um Brasil sem violência, a qual a democracia e a soberania popular sejam respeitadas, a partir de relações justas e igualitárias” (CONTAG). Nesse particular, o STR de Queimadas, participou do curso Nacional de Formação Política para Mulheres, o qual,

O Eixo Temático do curso é Feminismo, gênero e ação sindical. A Unidade Temática do Módulo I foi "Sociedade, Patriarcado e luta das mulheres"; do II Módulo "Mulheres, Modos de Vida no Campo e a Luta por Desenvolvimento Sustentável com Justiça Social" e do III Módulo "Mulheres, política e vida sindical – conquistas, perspectivas e desafios". ([//ww2.contag.org.br/transformatura-marca-conclusao-do-curso-nacional-de-formacao-politica-com-mulheres-20221202](http://ww2.contag.org.br/transformatura-marca-conclusao-do-curso-nacional-de-formacao-politica-com-mulheres-20221202)).

A presidente do STR, Anunciada Flor, participou e concluiu com êxito o curso de formação política para mulheres e participou também do CONTAG, que o chamou de "transformatura", evento místico que marcou a conclusão do curso.

As mulheres que fizeram parte do curso tiveram como "missão" trazer os conteúdos para sua base, as chamadas atividades de multiplicação. O foco foi repassar informações e conteúdos estudados e aprendidos no curso. Assim, após a participação no curso, o STR tratou de organizar as oficinas/rodas de diálogos para que a partilha do saber acontecesse. Esse momento foi realizado na sede do sindicato e contou com a participação de grande parte das mulheres associadas da instituição sindical.

A oficina foi realizada de forma dinâmica, com o ambiente bem ornamentado, as cadeiras em círculo, com a apresentação do grupo e debate dos conteúdos. Este se tratou de um momento dinâmico do encontro, com troca de experiências e partilha de vivências, considerando a importância da organização para a Marcha das Margaridas.

O encontro tratou do tema: "Democracia de Participação das Mulheres", trazendo o debate da importância de as mulheres participarem nas tomadas de decisões políticas do país e do protagonismo feminino na elaboração de políticas públicas que possam contribuir para a igualdade de gênero, defesa de direitos e garantia do acesso à cidadania ativa. O encontro também teve como foco fortalecer e animar as mulheres para a participação na Marcha das Margaridas, enfatizando que esse evento se reveste de grande significado na construção coletiva.

#### **4.1.8 Participação na Marcha pela agroecologia e pelas vidas das mulheres**

A Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia acontece de forma mais localizada e é organizada pelo Polo da Borborema. Constitui-se numa articulação de 14 sindicatos rurais da região do compartimento da Borborema. O referido evento

acontece em parceria com a AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, que é uma associação civil sem fins lucrativos e que atua desde 1983, buscando o fortalecimento da agricultura familiar e promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

A referida marcha apresenta várias bandeiras de lutas, dentre elas, o combate à violência doméstica. A mobilização também acontece juntamente com Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e outras organizações e movimentos sociais. A Marcha pela vida das mulheres e Pela Agroecologia traz à cena vários temas que envolvem a violação dos direitos humanos e os impactos da degradação ambiental na vida dos(as) agricultoras:

A gente escuta os depoimentos de que as casas estão rachadas, pessoas com depressão, com problemas de audição. Não temos acesso ao contrato, estamos fazendo reunião para esclarecer onde eles estão caindo. A marcha pela vida das mulheres esse ano trouxe o tema das eólicas, pois esta está causando problemas de saúde nos agricultores e nós aproveitamos esse espaço para mostrar essa realidade (Maria Anunciada Flor Barbosa Moraes, 2022, Presidente do Sindicato Rural de Queimadas, 2022).

É importante ressaltar que a organização sindical rural do município de Queimadas realiza atividades centradas não só nas questões da agricultura familiar, acesso a terras, aposentadoria rural e acesso a políticas rurais, mas também de enfrentamento às situações de violação de direitos, sobretudo das mulheres:

Atuando pela igualdade entre mulheres e homens, a Marcha pela Vida das mulheres e pela Agroecologia, a Marcha das Margaridas, Enfrentamento da violência contra a Mulher, acompanhamento dos casos de violência e oficinas com mulheres (Panfleto de divulgação do sindicato Rural de Queimadas S/D)

A Marcha Pela Vida das Mulheres e Pela Agroecologia torna-se importante, pois funciona como um espaço de luta e de resistência para as mulheres no meio rural, lugar onde se pode colocar todas as inquietações, expor realidades de violação dos direitos das mulheres e buscar por cidadania e por vida digna. A inserção dos sindicatos rurais no processo de construção da Marcha é de suma relevância e estes estão em contato direto com a população rural e, no caso do STR, este atua como agente social de transformação através da atuação em rede.

Neste ano de 2023, a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (Figura 5) aconteceu na cidade de Montadas, em 02 de maio, tendo a concentração

na Praça 26 de novembro e saída em caminhada pelas ruas principais daquela cidade. O lema da Marcha foi: “Mulheres em defesa do território: Borborema agroecológica não é lugar de parque eólicos.”

Figura 5 - Participação do STR de Queimadas na Marcha pela vida das Mulheres e Pela Agroecologia (2023)



Fonte: Acervo

O STR participou desde as reuniões de preparação da referida marcha, junto com o polo Borborema. Nas reuniões de base, o STR demonstrou a importância do evento, debatendo os temas que seriam apresentados. O STR também fez parte das reuniões de ensaio das músicas cantadas durante a marcha, vendeu camisetas, inclusive, estando presente no palco, fazendo a animação juntamente com outros grupos. Por fim, o sindicato articulou a viabilização de transportes para levar as mulheres do município de Queimadas para o referido evento, com bandeiras, palavras de luta e muita mobilização.

#### 4.1.9 Preparação para a Macha das Margaridas

Na atualidade, o STR esteve se organizando para participar da Marcha das Margaridas. Como dissemos anteriormente, o evento acontece a cada 4 anos no mês de agosto, desde o ano 2000. A dinâmica de preparação tem ocorrido através de reuniões e debates sobre feminismo, empoderamento e direitos das mulheres, além da ênfase dada a importância da vida das mulheres rurais. Estas reuniões objetivam animar as mulheres para esse emblemático e histórico evento de dimensão nacional.

A Marcha das Margaridas tem como um dos princípios, ressaltar o feminismo anticapitalista, antirracista e antipatriarcal, que se reflete em cada uma de nossas realidades.

Um feminismo construído na perspectiva da reflexão crítica sobre o que vivenciamos como mulheres do campo, da floresta e das águas, e que reconhece e valoriza o saber por nós acumulado ao longo de gerações. (Pauta da Marcha das Margaridas, CONTAG, 2023, p.4).

Figura 6



Fonte: Acervo da Autora

A marcha busca a construção de um país sem fome e que reconheça as mulheres como sujeitos de direito, que contribuem para fortalecer a democracia e

soberania do país. Na prática é uma organização que busca desenvolver o diálogo e a mobilização política, considerando a realidade de cada território. A Marcha pauta a erradicação da fome, as injustiças, crise ambiental, a violência, as desigualdades e as violência contra as mulheres.

Figura 7- Reunião de mulheres na preparação da Marcha da Margaridas



Fonte: Acervo da Autora

#### **4.1.10 A participação do STR na Rede de enfrentamento à violência contra a mulher do município de Queimadas**

O município de Queimadas possui a Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, articulada pela Gerência de Políticas Públicas para Mulheres do município e composta por organismos do poder público e da sociedade civil.

O STR compõe a referida rede desde o início da sua articulação. Embora os mecanismos de enfrentamento à violência doméstica estejam em sua grande maioria nos espaços urbanos, são estes que estão disponíveis para alcançar as mulheres vítimas da violência doméstica e sexual e que se encontram nos espaços rurais. Estas mulheres precisam chegar até esses serviços, os quais, em muitas situações, elas desconhecem, por falta de informação e empenho dos gestores públicos:

O sindicato é um grande parceiro, tendo em vista que o município tem uma atuação muito forte da REAM, que é a Rede de Atendimento à Mulher. E o sindicato é um dos órgãos que faz parte dessa rede e é assíduo, então todos os trabalhos que a gente faz de encontros mensais dentro da rede, o sindicato é um dos órgãos que nunca falta, ele é um grande parceiro nesse sentido. (Maria Alzenira, secretaria de desenvolvimento regional, 2022).

Sendo assim, é necessário considerar a relevância da Rede de Enfrentamento e Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, pois sem ela não existiria o atendimento humanizado para mulheres.

E, nesse sentido, destacamos a atuação do STR e sua sintonia institucional em relação a outras demandas, o que contribui com enfrentamento e inserção na Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, como sociedade civil organizada:

É importante dizer que esse Sindicato ele atua de forma articulada e parceira junto a Rede de Atendimento à Mulher. No município, ele vem desde 2012 em um trabalho de construção coletiva entre sociedade civil e gestão, divulgando informações, através de campanhas preventivas, no intuito de conscientizar a população sobre as políticas públicas existentes de assistência as mulheres em situação de violência e assim, atuar para a diminuição dos índices. O sindicato é uma das instituições que pensa de forma coletiva a Rede de Atendimento à Mulher, inclusive atuando em diversas frentes no município e integrando diversos conselhos. O sindicato integra enquanto presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres e por isso, vejo de extrema relevância a participação do Sindicato no Conselho das Mulheres. (Isânia Petrúcia Frazão Monteiro, Gerente de políticas Públicas de gênero do município de Queimadas e presidente do Conselho Municipal de Mulheres, 2022).

A Rede de Enfretamento à Violência Contra a Mulher é uma organização construída por várias instituições governamentais e não-governamentais que atuam na execução, elaboração e controle das políticas públicas voltadas para as desigualdades de gênero, incluindo a violência doméstica. Ela compõe os chamados organismos de Políticas Públicas de Gênero e, também, movimento de mulheres, conselhos dos direitos das mulheres, sindicatos, núcleos feministas, associações e organismo voltados para justiça e educação.

A referida Rede também é composta por instituições que atuam no atendimento e na responsabilização da violação dos direitos das mulheres, como os Centros de Referência da Mulher (CRAMS),

O Sindicato sempre encaminha casos de violência doméstica, pelo menos até o presente momento a gente já teve vários atendimentos que foram encaminhadas de lá e que de uma forma conjunta, fazemos esse trabalho em parceria, porque elas encaminham e ficam acompanhando, no aguardo da contrarreferência, em relação aos atendimentos que são realizados principalmente quando são casos mais complexos, que exige um atendimento voltado mais pra segurança e a vida da mulher que está em risco iminente de morte, existe uma preocupação maior, porque elas sabem que ao realizar o encaminhamento também estão exposta, pois o agressor é da mesma localidade (Luciana Basílio, assistente Social do CRAM Estadual de Campina Grande, 2022).

A Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência também funciona como um instrumento coletivo de referência para toda a sociedade e pode funcionar em articulação municipal, estadual e nacional.

O município de Queimadas dispõe dos seguintes equipamentos que fazem parte da Rede de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), Secretaria Municipal de Saúde (SESAU), Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (SECULTV), Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (SEAMEVI), Gerência Administrativa do Ligeiro (GAL), Gerência de Articulação e Política para as Mulheres (GAPM), Conselho Tutelar (CT), Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Conselho Municipal de Direito das Mulheres (CMDM) XIV - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (SRT), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Programa Criança Feliz, Centro Especializado em Aprendizagem, Polícia Militar, Polícia Civil, Poder Judiciário, Ministério Público da Paraíba, Defensoria Pública do Estado da Paraíba, Hospital Regional de Queimadas, Programa Qualifica, Espaço da Cidadania, Câmara de Vereadores, APAE.

Todos esses espaços vinculados ao poder público ou sociedade civil organizada, podem articular-se a Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, haja vista que a violência se encontra em todos os espaços sociais:

A análise em termos de “redes de movimentos” implica buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades

dos atores com o pluralismo. [...] outra opção da análise do termo “redes” é a do compromisso com os princípios humanísticos que permitem a comunicação, articulação, intercambio e solidariedade entre os atores sociais diversos (SCHERER-WARREN, 1993, p. 9-10).

Embora os movimentos sociais e as organizações representativas possam estar ligados à Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, é importante ressaltar a compreensão de que as organizações estão presentes para reivindicar políticas públicas e atendimento humanizado para as mulheres, além de “fiscalizar” se as políticas existentes estão sendo efetivamente usadas no enfrentamento da violência contra mulheres.

Além disso, entidades como o STR podem encaminhar demandas para que os equipamentos especializados possam atendê-las. É importante considerar que as ações de enfrentamento à violência doméstica são orientadas de acordo com o Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, assim como os recursos destinados a essas políticas.

Faz-se necessário reconhecer que o Brasil possui uma dívida histórica no tocante a elaboração de políticas públicas para mulheres. Ainda precisa reconhecer as desigualdades existentes e investir de forma eficaz nas políticas afirmativas.

Nesse sentido, é necessário que a sociedade civil organizada esteja, de fato, mobilizada para contribuir através da inserção em mecanismos de representação coletiva e de controle social:

O Sindicato é uma das instituições que pensa de forma coletiva a Rede de Atendimento à Mulher, inclusive atuando em diversas frentes no município e integrando diversos conselhos. O sindicato integra enquanto presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, e por isso, vejo de extrema relevância a participação do Sindicato no Conselho das Mulheres, pois a representante, que é Ana Paula, sempre pauta as demandas das mulheres rurais. Então seja através da Rede de Atendimento à Mulher, seja através do Conselho de Direitos das Mulheres, seja no Conselho da Assistência, ou seja, no Conselho da Educação, o Sindicato sempre está envolvido, pautando sempre o enfrentamento a violência contra a mulher rural (Isânia Monteiro, Gestora de Políticas para Mulheres do Município de Queimadas, 2022).

As mulheres que estão nos espaços de poder, certamente enfrentam diversos desafios, tendo que reafirmar os seus direitos e posições políticas, até mesmo “falar mais alto”, para poder serem ouvidas. As posições de gênero se dão de maneira desvantajosa para as mulheres e muito privilegiada para os homens:

No caso das mulheres, isso significa levar em consideração as relações de gênero no cotidiano da vida social e os obstáculos informais à participação nos espaços institucionais, tendo em mente que sua posição não se esgota, nas relações de sexo ou gênero, mas é definida como um conjunto de variáveis como, raça, etnia, sexualidade e geração. As barreiras mostram-se mais espessas as mulheres negras, e indígenas e das trabalhadoras do campo (BIROLI, 2018, p.171).

Embora as mulheres tenham ocupado os espaços públicos, tendo o STR como um exemplo deles, a grande maioria das agricultoras ainda não estão organizadas em sindicatos e, muito menos, ocupando o espaço de lideranças sindicais, a exemplo do curso de formação para mulheres ofertado pela CONTAG, que contou com apenas 90 participantes, número inexpressivo, considerando a quantidade de sindicato rurais ligados a ela, e que reúne atualmente mais de 4.000 entidades sindicais das 27 da federação brasileira<sup>1</sup>.

De acordo com a Gerência de Políticas para Mulheres do município, o STR atua como parceiro nas ações voltadas para desconstrução das desigualdades de gênero, principalmente por conhecer o território do campo e já manter um diálogo com a população.

O STR também contribui para inserir as mulheres na educação de jovens e adultos (EJA) na zona rural, realizando reuniões com as sindicalizadas, mostrando sua relevância para uma melhor condição de vida, assim como, na discussão de pautas:

Nós estamos conseguindo inserir essas mulheres na educação de jovens e adultos (EJA), inserir também nos programas sociais, levando outras políticas públicas para a zona rural, coisa que não existia antes e o sindicato rural tem dado grande contribuição nesse projeto porque é quem tem o olhar mais amplo para além dos profissionais da UBS, porque é quem está no contato direto com as mulheres. Essa equipe que está à frente da presidência realiza reuniões mensais com as mulheres da zona rural, que são vinculadas ao sindicato e todas as demandas apresentadas nesse momento. As representantes do sindicato trazem para a Rede de Atendimento à Mulher (Isânia Monteiro Gestora de Políticas Públicas de Gênero de Queimadas, 2022).

É relevante ressaltar que o empoderamento e a autonomia também se faz com conhecimento e informação. Sabemos que no Brasil o analfabetismo é um índice a

---

<sup>1</sup> Segundo dados da CONTAG, a confederação conta com mais de 4.000 sindicatos rurais filiados.

equacionar e ser superado. Esse desafio precisa ser enfrentado com a efetivação de políticas educacionais, especialmente, para as populações que residem nas áreas rurais, pois, segundo dados da Organização Não Governamental Todos Pela Educação: “o desafio de erradicação do analfabetismo é ainda maior para a população rural, com 15,1% de analfabetos, em 2020”<sup>2</sup> (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021, p. 83).

A educação brasileira é caracterizada por processos de exclusão social e desigualdade de gênero. Quando partimos do pressuposto de que o Brasil é marcado pela desigualdade social, muitos brasileiros e brasileiras vivem à margem da sociedade com seus marcadores sociais, sem acesso a direitos básicos, inclusive, sem o direito à educação formal na idade “adequada”, seja pela necessidade laboral para a subsistência ou pela falta de acesso as políticas educacionais.

Assim a Educação de Jovens e Adultos é apresentada como uma oportunidade de retorno ou início a alfabetização e letramento. Ela se apresenta como uma grande oportunidade para que mulheres retomem os “estudos” em muitas situações, abandonados em decorrência da responsabilização pela família nos cuidados da casa.

Diante desse contexto de brutal desigualdade, é possível inferir que o STR contribui decisivamente para a presença e continuidade das mulheres da zona rural na EJA. Porém, a educação não se faz apenas como estruturas “formais”, o STR apresenta diversas formas de ações educativas, que consideram o contexto e a realidade da população, a exemplo dos debates sobre as demandas locais, reivindicações gerais e sobre participação política.

O papel da Rede da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra as Mulheres, não se resume ao atendimento psicológico e jurídico, envolve também o tratado das questões de autonomia e cidadania. A mulher que não tem conhecimento de seus direitos, que não tem acesso a estes em sua forma básica, a exemplo daquelas que não têm acesso a moradia digna, trabalho, saúde e educação, dificilmente conseguirá sair do ciclo da violência, e se sair, talvez reincida.

Desse modo, é importante pensar que a “noção de cidadania alude não apenas à conquista de direitos, mas, sobretudo, a manutenção e ao aprofundamento de direitos conquistados e acumulados historicamente” (RODRIGUES, 2003, p. 74). Por

---

<sup>2</sup> Levando em consideração a população com 15 anos ou mais.

isso a relevância de ocupar os espaços de poder e estar atento(a) e monitorando a efetivação das políticas sociais que garantam a efetivação desses direitos.

Em termos de REAM, o Estado da Paraíba possui a Secretaria Estadual da Mulher e Diversidade Humana, criada em 2010, através da Medida Provisória nº 149 e transformada em lei pelo poder executivo. A essa secretaria estão vinculadas várias instituições de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, como o Centro Estadual de Referência da Mulher Fatima Lopes, que atua no atendimento às mulheres, oferecendo acolhimento e atendimento jurídico, psicológico e social àquelas que se encontram em situação de violência doméstica e sexual.

A secretaria possui também a Gerência de Equidade de Gênero, Gerência de Direitos Sexuais e LGBTQIAPN+ e a Gerência de Equidade Racial. O Estado também conta com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM), o Conselho Estadual da Promoção da Igualdade Racial (CEPIR) e o Conselho Estadual de Direitos de LGBTQIAPN+. Todas essas políticas públicas são necessárias para o desenvolvimento de ações que vislumbrem a desnaturalização da violência contra as mulheres e a cultura de desigualdade de gênero. Esses instrumentos são de extrema relevância, mas, lamentavelmente, em sua maioria, ainda ficam localizados nos grandes centros e espaços urbanos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É relevante considerarmos os avanços no enfrentamento às desigualdades de gênero em dimensões históricas, considerando que o século XX foi marcado por muitas conquistas, a exemplo o direito ao sufrágio universal, direito ao voto e o uso de anticonceptivos. (MACHADO; VIEIRA; NUNES; FIALHO, 2023).

Nas últimas décadas, uma grande parcela de mulheres vem adquirindo visibilidade política. Em outras palavras, além de dona de casa, mãe, esposa, professora etc., elas estão preocupadas em ocupar o espaço público. Além disso, é possível compreender que muitas dessas mulheres além de procurem a igualdade de gênero e equidade nas oportunidades, lutam contra as violências e reivindicam políticas sociais de enfrentamento. Mesmo com toda uma luta por participação e direitos, ainda há muitas lacunas que precisam ser preenchidas e discursos precisam ser superados.

Ao longo do tempo os movimentos feministas buscaram desconstruir a preleção cultural de que “mulher é um sexo frágil”, enfatizando que as mulheres sempre contribuíram para o desenvolvimento da sociedade, mas por fatores “culturais”, não são reconhecidas historicamente, o que possibilitou a falta de reconhecimento e a não visibilidade feminina, como agentes sociais protagonistas da história sociopolítica da humanidade.

As mulheres sempre buscaram desconstruir padrões fixados como masculinos para fortalecer as desigualdades. O século XIX, por exemplo, foi marcado pela luta por educação para mulheres e pela constante desconstrução teórica de uma suposta “inaptidão feminina na esfera pública, tida natural e não cultural ou social”. (BARBOSA; MACHADO, 2012, p. 91).

No campo da educação, podemos destacar Nísia Floresta, nordestina do Rio Grande do Norte, nascida em Papari, quem escreveu uma forte reflexão acerca da injustiça histórica vivida pelas mulheres em seu livro: “Direitos das mulheres e injustiça dos homens”. O pseudônimo escolhido por ela já revela no século XIX sua personalidade e opções existenciais.

No Brasil tivemos também outras conquistas políticas no século XX, como o caso da Alzira Soriano de Souza, primeira brasileira que ascendeu ao executivo, prefeita eleita no estado do Rio Grande do Norte, no município de Lajes.

As mulheres tiveram que reivindicar o direito à prática esportiva, a qual foi proibida durante o governo do presidente Getúlio Vargas em 1941, através da lei 3.199/1941, Art. 54, do Decreto-Lei Nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Nele é dito que: “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”. O referido decreto só foi revogado em 1979, porém a prática do futebol feminino tinha regras distintas das do futebol masculino. O tempo de duração do jogo era de 70 minutos e a trave era menor, o que demonstrava a continuidade do tratamento desigual. Apenas em 1988 foi criada a primeira seleção brasileira feminina de futebol. Ou seja, a categoria mulheres sempre esteve desafiando as regras e valores conservadores, na busca por igualdade de gênero.

A década 1960 foi marcada por grandes articulações dos movimentos feministas no tocante ao reconhecimento das diversas formas de desigualdade, discriminação e violências contra as mulheres, inclusive havendo a construção de uma agenda orientada pelos princípios de igualdade e equidade de gênero.

Sob a influência e pressão dos movimentos feministas, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou, em 1967, a declaração sobre eliminação da discriminação contra as mulheres. Em 1972 a Assembleia geral da ONU proclamou o ano de 1975 como sendo o ano Internacional das mulheres, demonstrando preocupação com os direitos humanos das mulheres. (BARSTED, 2016, p.18).

Enfim, as mulheres conseguiram, através de muitas lutas, uma gama de aquisições e direitos que possibilitaram, ainda que timidamente, o reconhecimento de sua cidadania. Mas os obstáculos à participação das mulheres no espaço público ainda persistem em nossa cultura, por isso podemos observar as inúmeras dificuldades na atuação das mulheres no âmbito sociopolítico.

O Século XXI também é marcado por grandes lutas e alguns avanços. Não podemos deixar de enfatizar que a população brasileira elegeu e reelegeu a primeira mulher para presidir a Presidência da República, Dilma Rousseff. Assim como tivemos também a criação de Políticas Públicas Afirmativas para Mulheres e de mecanismo de enfrentamento à violência doméstica e familiar. Uma das conquistas das mulheres de grande destaque é a Lei Maria da Penha (LEI FEDERAL nº 11.340/2006), resultado de fortes lutas, debates e empenho dos movimentos feministas em articulação com o

poder público, o qual levou ao sancionamento da referida lei em 2006 pelo então presidente, Luís Inácio Lula da Silva.

Na ordem destas conquistas, a lei do feminicídio, sancionada pela Presidente Dilma Rousseff em março de 2015, alterou o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

Tivemos muitos avanços no tocante da defesa dos direitos das mulheres. Porém, é necessário reconhecer que tivemos, no governo anterior, de Jair Messias Bolsonaro, muitos retrocessos também, a exemplo do corte de 90% dos recursos destinados às ações do enfrentamento à violência doméstica pelo presidente para o Ministério da Mulher Família e Direitos Humanos.

Segundo o Jornal Folha de São Paulo, em matéria recente, o valor disponível era 100,7 milhões em 2020, baixou para 30,6 milhões em 2021 e para 2022 o orçamento foi de apenas 9,1 milhões.

O recurso destinado à referida pasta serve para manter os organismos de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar. A queda de investimento nessa política pública foi algo nefasto, considerando que recuso serve para atender todo tipo de violação de direitos humanos, o que torna o valor ainda mais ínfimo. Ou seja, não havia nenhuma preocupação do governo Bolsonaro com o enfrentamento à violência contra as mulheres, fato evidenciado com os alarmantes índices de discriminação, preconceito, machismo, misoginia e até xenofobia durante esse governo.

A sociedade ainda trata a mulher como um objeto sexual, ou apenas como um ser que serve para “cuidar”. Essas atitudes transparecem nas piadas, na linguagem, e até na divisão social do trabalho, assim como nos meios de comunicação, na música e em outros espaços sociais.

A violência doméstica contra as mulheres, está sempre na mídia, inclusive, como tema sensacionalista, referindo-se às notícias policiais e de cunho jurídico. Ainda é pouco tratada como problema social, resultante de um processo histórico de desigualdades e que ainda se apresenta como um fenômeno de extrema complexidade.

A violência contra as mulheres ainda é, em pleno século XXI, tratada com naturalidade, por grande parcela da sociedade e, por conseguinte, tolerada por

muitos. Dentre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na conquista de sua cidadania democrática, está a violência física, psicológica, moral e simbólica.

Quando nos referimos às mulheres camponesas verificamos desafios ainda maiores, principalmente no tocante da violência doméstica e da sua ínfima participação em espaços públicos.

Referimo-nos a desafios maiores com relação às mulheres do campo, porque elas são agentes sociais que possuem uma historicidade marcada pela exclusão e falta de acesso aos bens públicos, inclusive, a terra, o que as deixam em situação de vulnerabilidade e, conseqüentemente, em situação de violência.

Embora o Brasil tenha assinado alguns tratados internacionais centrados na erradicação da violência, a exemplo da convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres, tratado internacional ratificado no Brasil em 1995 (convenção do Pará), foi apenas em 2003, na gestão do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, que a medida Provisória nº 103, posteriormente foi convertida na Lei 10.683/2003 e foi criada pelo governo federal a Secretária de Políticas para mulheres em situação de vulnerabilidade e a superação de desigualdade ocasionadas pelo gênero. (FERRARI, 2019, p.46).

A criação da Secretaria de Políticas para Mulheres foi relevante, pois serviu como referência no tocante as questões de enfrentamento as desigualdades de gênero, dentre elas, a violência. E serviu como âncora para criação de organismo de políticas públicas para mulheres nos âmbitos estaduais e municipais.

Esta dissertação é resultado de inquietações acerca da contribuição das mulheres rurais no enfrentamento à violência doméstica e sexual contra as mulheres. O interesse nessa pesquisa se deu através da percepção de que, as mulheres que estão nos territórios rurais, confiam no sindicato rural como possibilidade de novas situações de vida. No STR é encontrado o acesso às políticas sociais relacionadas aos direitos, tais como: terra, água, aposentadoria, moradia, dentre outros. Mas também pode funcionar como um espaço de participação política e cidadania feminina, contribuindo, assim, para que as mulheres possam acessar a rede de assistência especializada e consigam sair finalmente do histórico ciclo de violência doméstica.

Deste modo, compreendemos como são relevantes as parcerias ou contribuições efetivas dos sindicatos rurais, a exemplo do STR de Queimadas, através da participação na REAM e da realização de atividades que buscam discutir a

violência contra as mulheres que estão no campo, bem como, na divulgação das políticas públicas existentes, organização de demandas e reivindicação de políticas afirmativas para as mulheres no espaço do campo, que ainda são um tanto escassas.

Não que os sindicatos venham exercer função dos gestores públicos, mas, pelo fato dessas instituições estarem em contato com agricultoras e agricultores, podem contribuir no enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres, tornando-se um instrumento para que elas possam conhecer seus direitos e terem oportunidades de sair da violência e viver sem medo.

Assim acreditamos que as instituições que trabalham com políticas afirmativas voltadas para coibir a violência doméstica e sexual contra as mulheres precisam tentar a aproximação com as organizações sindicais que estão presentes no campo. Uma vez que, para que agricultores e agricultoras possam obter alguns benefícios advindos de políticas governamentais, tais como: seguro safra, auxílio maternidade, aposentadoria, dentre outros, torna-se necessário que estas estejam vinculadas a uma organização sindical rural.

A população camponesa mantém contato com os sindicatos, por isso, torna-se necessário que estas organizações conheçam os direitos das mulheres e a importância da não violação destes. Deste modo a sociedade civil precisa estar ciente da importância da desnaturalização da violência contra as mulheres e conhecer as políticas públicas existentes centradas no enfrentamento.

Embora nas últimas décadas tenhamos conseguido algumas políticas públicas afirmativas para as mulheres ou até mesmo outras políticas sociais, que interfere diretamente no modo de vida como agentes sociais, as mulheres camponesas ainda são vítimas do descaso, do machismo da falta de visibilidade, da intolerância, da falta de água e até da fome.

Mas a história das mulheres é feita de resistência e luta contra a opressão, o que resultou em algumas conquistas. Assim elas vão tecendo a história de luta, no desejo de transformação social. Quanto às mulheres camponesas, muitas destas estão espalhando suas sementes de sonhos, buscando igualdade e direitos ao longo da história.

A questão da violência doméstica e sexual contra a mulher ainda é um problema gravíssimo e precisa ser encarado e enfrentado como tal, mesmo diante de muitos avanços e debates acerca das desigualdades de gênero e da violência de gênero contra as mulheres.

É fato que as mulheres camponesas ainda continuam sendo vítimas da violência física, sexual, psicológica, moral, patrimonial, moral e política. Mesmo considerando os esforços e lutas dos movimentos sociais contra a histórica opressão patriarcal, a violência contra as mulheres ainda é desafiadora e torna-se importante o engajamento e toda a sociedade para fortalecer os mecanismos de enfrentamento e direitos.

Os sindicatos rurais, a exemplo do STR de Queimadas, são uma porta de entrada para a saída da violência e podem, certamente, contribuir para que mulheres acessem os serviços da rede que não está presente na zona rural.

Sabemos que não é fácil tratar sobre a questão da violência contra as mulheres, apesar da temática estar nos holofotes midiáticos, ainda há resistência em falar de violência como um problema social e histórico, mas esta precisa ser combatida e enfrentada por toda a sociedade. As mulheres rurais vivem um passado histórico marcado pelas desigualdades, exclusão e falta de acesso. Os sindicatos rurais, por muito tempo, não foram considerados com o “lugar de mulher”, por isso estiveram por muito tempo invisibilizadas e silenciadas.

É preciso desconstruir as práticas culturais patriarcais e machistas que geram a dominação masculina e resulta na violência contra as mulheres. Importante compreendermos que esta violência está presente em todos os espaços, e atinge mulheres e suas diversidades.

Para nós, essa pesquisa foi muito significativa. Primeiro, porque como mulher desejamos uma sociedade onde todas possam viver dignamente, e, em segundo, por perceber que quando as mulheres se agrupam, se fortalecem e lutam por direitos, conquistam poder, transformando a sociedade.

A nossa preocupação nessa pesquisa, portanto, foi evidenciar e analisar o importante papel exercido pelas entidades sindicais rurais nas efetivas pautas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Como disse Beauvoir, “não se pode escrever nada com indiferença”.

Como fruto desse legado histórico de lutas, a Marcha das Margaridas é um exemplo de mobilização nacional na luta contra todas as formas de discriminações e violências contra as mulheres.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

AMORIM, Érika. O; FIÚZA, Ana L.C. **Mulher, Sindicalismo Rural e Relações de Poder**. Revista Veredas da História, v. 4, p. 81-89, 2011.

AMORIM, Érika Oliveira. **A filiação sindical rural da mulher: fator de empoderamento?** (Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa. Viçosa/MG, 2012.

Disponível em <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/4199/1/texto%20completo.pdf> Acesso em 22 de abril de 2022

ARRUZZA, Cinzia; NANCY, Fraser; BHATTACHARYA, Tithi. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo, Boitempo, 2019.

Barbosa, Erivaldo Moreira; Machado, Charliton José dos Santos (2012). “Gênese do direito do voto feminino no Brasil: uma análise jurídica, política e educacional”. **Revista Histedbr**, 45, pp. 89-100.

BARDIN, Laurece. **Análise de conteúdo**. Tradução Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa-Portugal, Edições 70, 2011. Disponível em [https://www.academia.edu/40820250/BARDIN\\_L\\_1977\\_An%C3%A1lise\\_de\\_conte%C3%BAdo\\_Lisboa\\_edi%C3%A7%C3%B5es\\_70\\_225](https://www.academia.edu/40820250/BARDIN_L_1977_An%C3%A1lise_de_conte%C3%BAdo_Lisboa_edi%C3%A7%C3%B5es_70_225) Acesso em 06 de maio de 2022.

BARSTED, Leila Linhares. O feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil. *In*: SARDENBERG, C. M. B.; TAVARES, M. S. **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento**. Salvador, EDUFBA, 2016, pp. 17-40.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades – limites da democracia no Brasil**. 1ª ed. São Paulo, Boitempo, 2018.

BONI, Valdete. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: v.12, nº 1, jan/abr. 2004.

BLANC, Nathalie; LAUGIER, Sandra; MOLINIER, Pascale. O preço do invisível: As mulheres na pandemia. (Tradução Juliana de Souza). *In*: **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** – Rio de Janeiro - Reflexões na Pandemia 2020, pp. 1-13. 2020. Disponível em < [https://docs.google.com/document/d/1y12gr30t0V\\_T2qI22WRJ8lvN1yxM6fLQLp5l\\_-ZM\\_ml/edit](https://docs.google.com/document/d/1y12gr30t0V_T2qI22WRJ8lvN1yxM6fLQLp5l_-ZM_ml/edit) > Acesso em 18 de abril de 22

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm) Acessado em: 27 de março de 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução de Maria Helena Kühner Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro – RJ, Editora Bertrand Brasil, 1989. Disponível em <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-O-poder-simb%C3%B3lico.pdf> Acesso em 22 de abril de 2022

COSTA, M. C.; LOPES, M. J. M. Elementos de integralidade nas práticas profissionais de saúde a mulheres rurais vítimas de violência. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 46, n. 5, p. 1087-1094, 2012.

CHAKIAN, Sílvia. Lei Maria da Penha: um basta à tolerância e banalização da violência contra a mulher. *In*: INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher: um problema de toda a sociedade**. São Paulo, Paulinas, 2019, pp. 49-65

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre, Artmed, 2007.

CRUZ NETO, Otávio, O trabalho de campo como descoberta e criação. *In*: DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. de S (Orgs.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 51 -66 2002.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis** – Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro. 6ª edição. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e Literatura no Brasil, **Revista Estudos Avançados da USP**. São Paulo, USP, volume 17, número 49, /dezembro 2003. P .22

FISCHER, Izaura Rufino. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49 ed. São Paulo: Global, 2004.

FERRARI, Mariana Guarino. **Políticas Públicas para o Enfrentamento à Violência de Gênero**: O Papel da Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres. São Paulo: Pomnite Books, 2019.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. **Margarida, Margaridas**: memória de Margarida Maria Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas. João Pessoa, Editora da UFPB, 2017.

FISCHER, Izaura Rufino. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra mulheres 2021**. Disponível em [violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf](http://violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf) ([forumseguranca.org.br](http://forumseguranca.org.br)) Acesso em 21 de abril de 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública 2022**. Ano 16 – 2022 ISSN 1983-7364. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5> Acesso em 21 de abril de 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 71ª. Edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GIULANE, Paola Cappellin. Viver o sindicalismo no Feminino. *In: Revista Estudos Feministas* (nº. especial). Rio de Janeiro, CIEC, 1994, pp. 271 –29.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação a pesquisa científica. Campinas, Alínea, 2001**. 2ª ed. Campinas, Alínea, 2001.

HOFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgjjpc5YsHq/?format=pdf&lang=pt>> (Acesso em 20/04/2022).

LEITE, J. F., DIMENSTEIN, M., DANTAS, C. B., SILVA, E. L., MACEDO, J. P., & SOUSA, A. P. (2017). Condições de vida, saúde mental e gênero em contextos rurais: um estudo a partir de assentamentos de reforma agrária do Nordeste brasileiro. **Avances en Psicología Latinoamericana**, 35(2), pp. 301-316. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=133712&pid=S1413-0394201900020001400016&lng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=133712&pid=S1413-0394201900020001400016&lng=pt) Acesso em 22 de abril de 2022

MACHADO, C. J dos S.; VIEIRA, C. M. C; NUNES, M. L; FIALHO, L. M. F. Sufrágio feminino e feminismo na imprensa brasileira da Parahyba, 1913-1933: rebeldia ou conformação? **Ler História**, nº 82|2023. DOI: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria>.

MACHADO, C. J dos S.; NUNES, M. L. da S.; Nascimento, G. A. do. Rompendo o silêncio: Neuza Bezerra Santos e as eleições municipais de 1968. In: Fênix – **Revista de História e Estudos Culturais**, janeiro - junho de 2021 Vol.18 Ano XVIII nº 1.pp. 175-192.

MACHADO, Aline Maria Batista; MACHADO, Charliton José dos Santos. **Gênero, Movimentos Sociais e ONGs**: reflexões de pesquisas. João Pessoa: Editora UFPB, 2012.

MALAGODI, E.; BASTOS, V. Sindicato de trabalhadores rurais e agricultura familiar. In: **XI Congresso Brasileiro de Sociologia**, São Paulo, Campinas, 2003. Disponível em: [www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com)

MARTINS, Maria Cezira Fantini Nogueira-; BÓGUS, Cláudia Maria. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. In: **Saúde soc.** 13 (3), Dez 2004. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000300006>

MENEZES, Cristiane Souza de; FIALHO, Lia Machado Fiuza; MACHADO, Charliton José dos Santos. Relações de gênero na sala de aula: memórias de jovens e adultos. In: **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 36, set./dez. 2022. pp. 1091-1108. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/>

PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)**. Tradução de Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.

PEREIRA, Isabele Aparecida Gomes. Assentamentos rurais e qualidade de vida: um estudo de caso no PA Santa Verônica município de Damião-PB. 2013. 139 f.  
PIOVESAN, Flávia, “[Princípios e Direitos Fundamentais] Igualdade de Gênero na Constituição Federal: os direitos civis e políticos das mulheres do Brasil,” *Curadoria Enap*, acesso em 4 de agosto de 2023, <https://exposicao.enap.gov.br/items/show/214>.

PINTO, Célia Regina Jardim, Feminismo, História e Poder, jul. 2009. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PINTO, Célia R. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

ROGRIGUES, A. Construindo a perspectiva de gênero na legislação e nas políticas públicas. 2003. (Dissertação Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2013.

RIBEIRO, Gessica Ramos Lucas. **A educação no campo e a valorização do meio rural como espaço de aprendizagem**. Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção da certificação do curso de Especialização em Educação no Campo, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná. Orientador: Prof. Elisiani Vitória Tiepolo. IBAITI – PR, 2014. Disponível <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/50264/R%20-%20E%20-%20GESSICA%20RAMOS%20LUCAS%20RIBEIRO.pdf?sequence=1> Acesso em 22 de abril de 2022

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, C. M. **Da delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha: Lutas Feministas e Políticas Públicas Sobre Violência Contra Mulheres no Brasil**. Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra Universidade de São Francisco (Califórnia, EUA), 2008, p. 03-25.

SCOTT, Joan. Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. In: **Educação e Realidade**. 20 (2), p.71-99, 1995. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf> Acesso em 02/02/2023

SCOTT, P., NASCIMENTO, F. S., CORDEIRO, R., & NANES, G. **Redes de Enfrentamento da Violência contra Mulheres no Sertão de Pernambuco**. (2016).

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, Catia e SCHEIDER, Sérgio (Organizadores). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2015.

SILVA, D. P. M. **Relações de Gênero no Campo Profissional da Medicina**. 2008. (Tese de Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

TAVARES, M. S.; SARDENBERG, C. M. B.; GOMES, M. Q. Feminismo, estado e políticas de enfrentamento à violência contra mulheres: monitorando a lei Maria da Penha. **Labrys Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, jun./dez. 2011.

TERRA, Bibiana, **A Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes: o Movimento Feminista e a Participação das Mulheres no Processo Constituinte de 1987-1988**. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

TELES, M. A.; MELO, M. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

Wanderley, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

#### Sites:

CONTAG. **TransFormatura marca conclusão do Curso Nacional de Formação Política com Mulheres 2022**. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/transformatura-marca-conclusao-do-curso-nacional-de-formacao-politica-com-mulheres-20221202> Acesso em 03/02/2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA <https://ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/remigio.html> Acesso em 22 de abril de 2022

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/09/bolsonaro-cortou-90-da-verba-de-combate-a-violencia-contr-a-mulher.shtml> Acesso em 03/02/2023

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/queimadas/panorama> Acesso em 03/02/2023

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del3199.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3199.htm) acesso em 09/02/2023

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021**. 10<sup>a</sup> ed. São Paulo, Editora Moderna. Disponível em [https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario\\_21final.pdf](https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf) Acesso em 11/02/2023

[Mapa, Embrapa e IBGE apresentam os dados sobre mulheres rurais - Portal Embrapa](#) (acesso em 23/07/2023)

[Constituinte 1987-1988-Carta das Mulheres aos Constituintes.pdf \(camara.leg.br\)](#) (acesso em 02/08/2023)

[Retalhos Históricos de Campina Grande: Dulce Barbosa: A 1ª Vereadora de Campina Grande \(cgretalhos.blogspot.com\)](#) (acesso em 04/08/2023) .

[Apresentação - Dicionário Cravo Albin \(dicionariompb.com.br\)](#) (acesso 02/08/2023)

[Apenas 7% das cidades brasileiras contam com delegacias da mulher \(observatorio3setor.org.br\)](#) (acesso em 03/08/2023).

<https://www.marchadasmargaridas.org.br> (acesso 07/08/2023).

## ANEXOS

## CARTAZ DA MARCHA PELA VIDA DAS MULHERES E PELA AGROECOLOGIA

MARCHA PELA VIDA  
DAS MULHERES  
E PELA AGROECOLOGIA

**MULHERES**  
EM DEFESA DO  
**TERRITÓRIO**  
BORBOREMA  
AGROECOLÓGICA  
NÃO É LUGAR  
DE PARQUE EÓLICO

SOLÂNEA - PARAÍBA  
02/05/2022 ÀS 08:00  
CONCENTRAÇÃO PRAÇA 26 DE NOVEMBRO

facebook/polodaborborema  
@marchapelavidadasmulheres

AS-PTA actionaid Mazon & Unidos Laudes Foundation TERE SOLIDAR MISERICORDIA Terre des hommes

# FOLHA DE CANTO DA MARCHA PELA VIDA DAS MUHLERES E PELA AGROECOLOGIA

tar | Ler em voz alta | 1 de 4

### CANSEI DE SER DOMESTICADA

Cansei de ser domesticada  
Quero andar com os próprios pés  
Organizar a rebeldia  
E assim deixar de ser refém  
(Refrão)

Mulher não nasceu para ser escrava  
Isso é coisa inventada  
Para poder nos oprimir  
Já é tempo de acordar  
Mulher tem o seu lugar  
Vamos juntas resistir

Mulher não é uma propriedade  
Como diz a sociedade  
De costume patriarcal  
Precisa também se libertar  
Para o mundo transformar  
E derrubar o capital

Mulher sempre foi subestimada  
Reprimida e maltratada  
Sem direito de dizer  
Que ama, que sonha e que deseja  
Onde quer que ela esteja  
Ousadia para viver

Mulher nunca fuja dessa luta  
Pois a nossa causa é justa  
Para o machismo superar  
Sem construir o feminismo  
Não teremos o socialismo  
E a igualdade alcançar

### COMPANHEIRA

Companheira me ajude  
que eu não posso andar só  
Eu sozinha ando bem  
Mas com você ando melhor (bis)

Vou fazer farinha  
Muita gente eu vou chamar (bis)  
Quem sabe fazer farinha venha  
peneira aqui (bis)  
As mulheres de \_\_\_\_\_ venha  
peneirar aqui (bis)

### MULHER RENDEIRA

Olê mulher rendeira  
Olê mulher rendá  
A reforma da previdência não  
podemos aceitar (Refrão)

Olê mulher rendeira  
Olê mulher rendá  
Mulher, sai dessa cozinha e  
vem pra rua lutar

### APELO DE MULHER

Não sou escrava, nem sou objeto  
Para se fazer de mim o que bem quer  
Não tenho dono, não sou propriedade  
Eu quero liberdade, me deixa ser mulher

Eu quero ser, me deixa ser  
O que mereço  
Eu quero ser quem sou  
Eu tenho meu valor  
E este não tem preço (Refrão)

Eu quero ser amiga e companheira  
Quero mostrar a força do amor  
Quero viver, como tenho direito  
Não quero preconceito  
Me deixa ser quem sou  
(Refrão)

Eu quero ter uma vida decente  
Também sou gente  
Foi Deus que assim me quis  
Vou construir uma linda história  
Celebrar a vitória  
Me deixa ser feliz  
(Refrão)

Mió, mió, quanto mais miulé, mió  
Mió, mió, quanto mais miulé, mió

### PARA MUDAR A SOCIEDADE

Pra mudar a sociedade  
Do jeito que a gente quer  
Participando sem medo de ser  
mulher (Refrão)

Pra mudar a sociedade  
Do jeito que a gente quer  
Participando sem medo de ser mulher  
(Refrão)

Porque a luta  
Não é só dos companheiros  
Participando sem medo de ser mulher  
Pisando firme  
Sem medir nenhum segredo  
Participando sem medo de ser mulher  
(Refrão)

Pois sem mulher  
A luta vai pela metade  
Participando sem medo de ser mulher  
Fortalecendo os movimentos por nós  
(Refrão)

Na aliança operária e camponesa  
Participando sem medo de ser mulher  
Pois a vitória vai ser nossa com certeza  
Participando sem medo de ser mulher  
(Refrão)

### MINHA CIRANDA

Minha ciranda não é minha só  
Ela é de todos nós,  
É de todos nós  
A melodia principal quem guia  
É a primeira voz  
é a primeira voz

Pra se dançar ciranda  
Juntamos mão com mão  
Formando uma roda  
Cantando uma canção

Ó abre-alas que  
as mulheres vão passar  
Com essa Marcha muita  
coisa vai mudar  
Nosso lugar  
não é no fogo ou no fogão  
A nossa chama  
é o fogo da revolução!

Acorda, Maria Bonita  
Levanta a hora que quiser  
Que o dia já vem ralando  
E o marido já fez café

Agente

Realização

Cooperativa das Trabalhadoras e das Trabalhadoras Rurais em Movimento

ASPTA

NOS SIGA NAS REDES:

@marchapelavidadasmulheres  
/videladabarborema

## PANFLETO DE DIVULGAÇÃO

O sindicato está de portas abertas e conta Com VOCÊ

**Infância e Educação**

Atuando contra o fechamento das escolas do campo (audiências públicas, mobilizações e produção de materiais informativos), Cirandas da Borborema, Participação no Conselho Municipal de Educação

**Cultivos agroflorestais**

Viveiros comunitários e distribuição de mudas arbóreas, frutíferas, forrageiras e medicinais, Formação (oficinas, visitas de intercâmbio etc.), Parceria com a pesquisa (universidades, Embrapa, INSA)

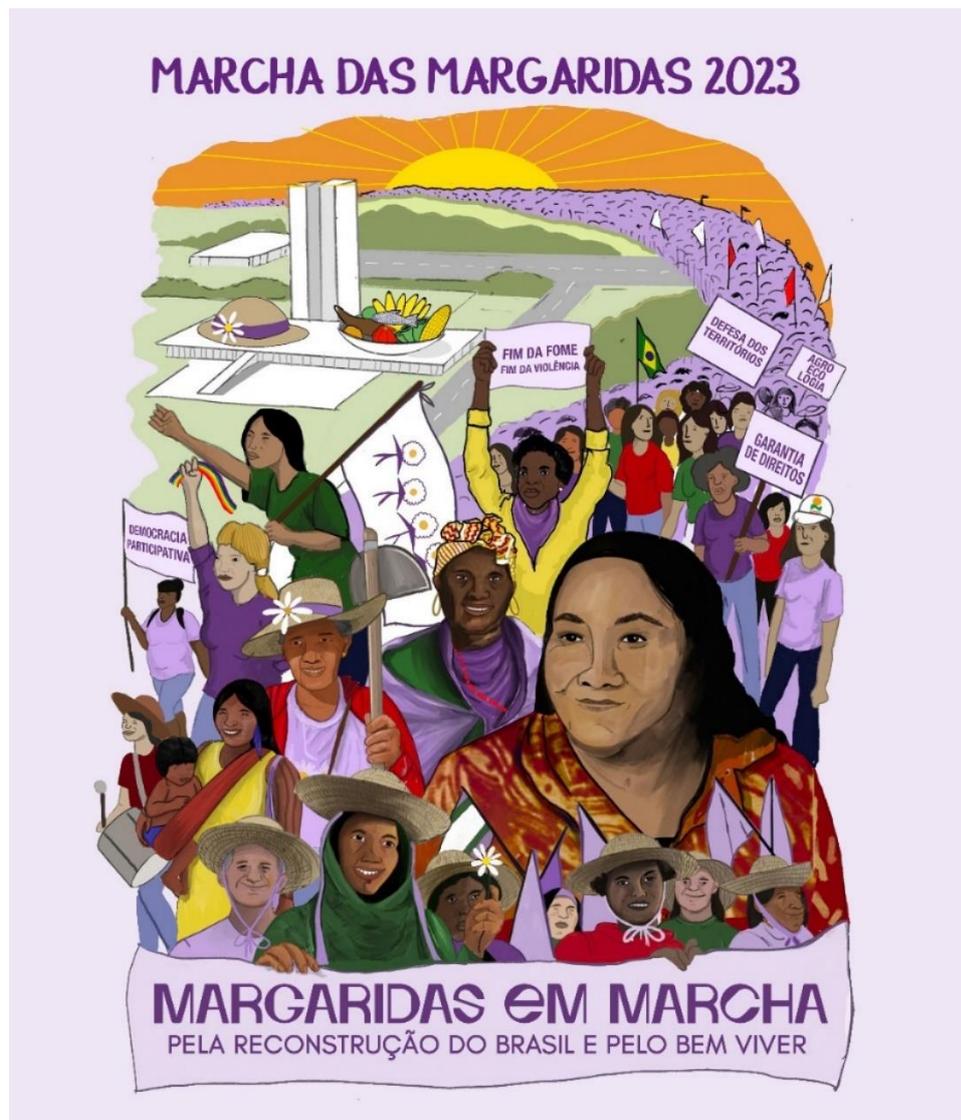
## PANFLETO DE ORIENTAÇÃO SOBRE OS IMPACTOS A IMPLANTAÇÃO DOS PARQUES EÓLICO

**BORBOREMA AGROECOLÓGICA NÃO É LUGAR DE PARQUE EÓLICO**

- 1** Antes de tudo, desconfie! Se é um contrato que pede sigilo, **não deve ser boa coisa**. Geralmente esses contratos são abusivos.
- 2** Um contrato malfeito pode facilitar a **grilagem** da terra e o **impedimento** das famílias terem autonomia de seus territórios. O território da Borborema é agroecológico e valoriza a agricultura familiar.
- 3** Além disso, é necessário desviar estradas, **eliminar áreas de pasto**, campos de roçado mudando a forma de vida.
- 4** Para instalação do parque eólico é preciso **desmatar** nossas matas, acentuando ainda mais o **desequilíbrio do ciclo das águas**, eliminando os abrigos dos animais da natureza.

**DEZ MOTIVOS**

## CARTAZ DA MARCHA DAS MARGARIDAS 2023



## PANFLETO DE DIVULGAÇÃO



## REPRESENTAÇÃO DAS COMISSÕES DO SINDICATO

 <p>SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE QUEIMADAS Rua Otaviano Araújo do Rêgo, 20 Bairro Conjunto Mariz CEP 58.475.000 Tel. 3392 1012 CNPJ: 00.558.385/0001-07 Fundado em 1966</p>	
<b>ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO DO SINDICATO</b>	
FRENTE PALARMENTER DO MEIO AMBIENTE	ANUNCIADA
PROGRAMA DE RADIO DO SINDICATO	Anunciada, Paula, Adailma e Mateus
COORDENAÇÃO EXECUTIVA DO POLO	Anunciada e Adailma
COORDENAÇÃO AMPLIADA DO POLO	Anunciada, Adailma e Patricia
COMISSÃO DE JUVENTUDE DO POLO	Adailma
COOPBORBOREMA	Mateus e Patricia
COMISSÃO DE CRIAÇÃO ANIMAL DO POLO	Adailma e Patricia
COMISSÃO DE SEMENTES DO POLO	Silvinha
COMISSÃO MULHERES DO POLO	Patricia, Anunciada e Paula
COMISSÃO AGUA DO POLO	Anunciada
CONSELHO DE SAÚDE	Patricia
CONSELHO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	Paula e Patricia
CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR	Anunciada
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	Paula e Anunciada
CONSELHO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	Paula e Fátima
CONSELHO DA DEFESA CIVIL	
FÓRUM ESTADUAL DE MULHERES RURAIS CONTRA A VIOLENCIA	Anunciada
COMITÊ DE BUSCA ATIVA ESCOLAR	Paula
REDE CRIAÇÃO ANIMAL DA ASA-PB	Adailma
GT JUVENTUDE DA ASA-PB	Adailma
COMISSÃO DE MERCADO	Mateus
CONSELHO DOS DIREITOS DA MULHER	Paula
FÓRUM MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	Patricia e Paula
REDE DE CONSELHO DA PREFEITURA MUNICIPAL	Paula
COMITÊ DE FISCALIZAÇÃO DE	

## APÊNDICES



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Prezado (a) Senhor (a), Meu nome é \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_ e matrícula acadêmica e estou realizando a pesquisa acadêmica do curso de pós graduação em mestrado da Universidade Federal da Paraíba com o Tema “O Papel do Sindicato Rural de Queimadas, PB no enfrentamento à violência doméstica e sexual contra as mulheres. Esta pesquisa compõe a minha dissertação de mestrado vinculada ao Programa de Pós-graduação em sociologia da UFPB sobre orientação do professor \_\_\_\_\_ . As informações a seguir destinam-se a convidá-lo (a) a participar voluntariamente deste projeto na condição de fonte, ou seja, o sujeito que fornece as informações primárias para a pesquisa em curso. Para tanto é necessário formalizarmos a sua autorização para o uso das informações obtidas nos seguintes termos:

- I. A sua participação é totalmente voluntária;
- II. Pode se recusar a responder qualquer pergunta a qualquer momento;
- III. Pode se retirar da pesquisa no momento da coleta de dados e dá-la por encerrada a qualquer momento;
- IV. A coleta de dados tem caráter confidencial e seus dados estarão disponíveis somente para o pesquisador autor do Trabalho Final de Curso (TFC) e para seu orientador;
- V. Partes do que for dito poderão ser usadas no relatório final da pesquisa, sem, entretanto, revelar os dados pessoais dos entrevistados, apenas o nome e sobrenome;
- VI. Os dados e resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em congressos, publicados em revistas especializadas e utilizados na dissertação de mestrado, preservando sempre a identidade dos participantes;
- VII. O utilizaremos a imagens coletadas somente para realização da pesquisa

VIII. Fica, também, evidenciado que a participação é isenta de despesas; Ao concordar com os termos descritos e aceitar participar do estudo, pedimos que assine o termo em sinal de que o TCLE foi lido, formalizando o consentimento voluntário de participante. Nome completo (Legível): Telefone ( )

\_\_\_\_\_Email:

\_\_\_\_\_ASSINATURA:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Pesquisadora:** \_\_\_\_\_

**Modelo – Ficha de Perfil**

<b>FICHA – PERFIL DAS MULHERES ENTREVISTADAS</b>	
NOME COMPLETO	
FAIXA ETÁRIA	
ESCOLARIDADE	
LOCAL DO SINDICATO	
PROFISSÃO	
OCUPAÇÃO	
CARGO /FUNÇÃO	
LOCAL DE TRABALHO	
GÊNERO	
RAÇA /ETNIA	
RELIGIÃO	
ORIENTAÇÃO SEXUAL	
RENDA FAMILAR	
FILIADA NO SINDICATO ?	
PARTICIPANTE DO DA DIRETORIA ?	
DATA E LOCAL DA ENTREVISTA:	
DURAÇÃO:	
	ASSINATURA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**QUESTIONÁRIO DA PESQUISA**

**GÊNERO E VIOLÊNCIA**

**Questionário para a diretoria do STR**

1. Faz parte da diretoria?  
( ) sim      ( ) não
2. Como se inseriu no sindicato Rural?
3. A quantos anos é filiada ao sindicato?
4. Se filiar ao sindicato rural trouxe alguma mudança para sua vida?
5. Sofreu algum tipo de preconceito por ser mulher, se sim, qual? (Pedir exemplo)
6. Participa ou participou de alguma atividade voltada para o enfrentamento a violência contra a mulher promovida pelo sindicato? Se sim, quais?
7. Organizou ou fez parte da organização de alguma atividade social voltada para mulheres do sindicato?
8. Acredita que existe desigualdade de gênero (que homens e mulher são iguais)?
9. Você já realizou encaminhamentos ou indicou alguma mulher para alguma instituição que atende mulheres em situação de violência?
10. Você já precisou acessar algum serviço e foi encaminhada através do sindicato? Quais?
11. Já acessou algum benefício social através do sindicato rural?
12. Você considera importante participar do Sindicato Rural? Por quê?
13. Você acha que o sindicato contribui para o enfrentamento da violência contra a mulher? Por quê?
14. Como é participar do Sindicato Rural a rádio do Sindicato apresenta temas voltados para questão dos direitos das mulheres?

## **QUESTIONÁRIO PARA A REDE DE ATENDIMENTO Á MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA**

1. Como você percebe a participação do sindicato rural de queimadas em ações de atendimento á mulheres em situação de violência doméstica do município de queimadas?
2. Você conhece algum caso de violência doméstica encaminhado para rede de atendimento, através do sindicato rural?
3. Teve resolutividade? como aconteceu?
4. Quais as atividades vinculadas a rede municipal de atendimento e enfrentamento à violência doméstica contra a mulher o STR de queimadas participa?
5. Na sua percepção, essas ações contribuem para o empoderamento e autonomia das mulheres rurais de queimadas
6. O sindicato participa do conselho municipal de direitos das mulheres? como você percebe essa atuação?
7. O sindicato participa do intercambio de debates e execução de políticas públicas para mulheres?
8. Como foi realizado este intercambio? como se deu a participação do sindicato rural nesse processo? você acha que essa participação gera impactos para a vida das mulheres que estão no campo e estão em situação de violência doméstica?
9. O que é o projeto rotas da assistência?
10. Como se deu participação do STR de queimadas no projeto rotas?
11. Qual o objetivo da inserção do STR de queimadas no rotas da assistência?
12. Como aconteceu a participação no sindicato na marcha pela vida das mulheres e pela agroecologia de ano ?

13. Como as mulheres do sindicato estão se preparando para participarem da Marcha das Margaridas?



## **QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA**

### **Questionários para as mulheres associadas ao STR**

1. Você participou ou participa de alguma atividade com temas sobre violência contra as mulheres?
2. Você participou de reunião com o tema “A marcha das Margaridas “ou Marcha pela agroecologia?
3. Você conseguiu algum benefício social através do sindicato Rural?
4. Você participa de alguma atividade de formação através do sindicato? do tipo curso, palestra, oficinas, se a resposta for sim, quais?
5. participar do sindicato Rural trouxe alguma mudança para sua vida?
6. Você já foi encaminhada para algum serviço através do Sindicato Rural?
7. Você já passou por alguma situação de violência doméstica, tipo psicológica, física, sexual, patrimonial e moral?
8. Você acredita que o sindicato contribui para o empoderamento, independência e autonomia das mulheres?